



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – OBRAS INACABADAS		
EVENTO: Diligência em Goiânia	Nº: 000801/01	DATA: 23/08/01
INÍCIO: 14:57	TÉRMINO: 21:47	DURAÇÃO: 5:07:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5:16	PÁGINAS: 149	QUARTOS: 65
REVISORES: AMANDA, GRAÇA, J. CARLOS, MYRINHA, NEUSINHA, ZUZU		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
HUMBERTO TANNÚS JUNIOR – Secretário Executivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás
ALVARO CESAR LOURENÇO – Representante do Secretário do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e de Habitação do Estado de Goiás
DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás
SILVIO BEZERRA DA COSTA – Gerente de Patrimônio da União
JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO – Chefe do 12º Distrito Rodoviário Federal - DNER - Goiás
CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas — AGETOP
MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Gerente Executiva do INSS
FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA – Diretor de Obras Rodoviárias da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas — AGETOP
GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Presidente da Saneamento de Goiás S.A. — SANEAGO

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Reunião externa realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Há palavras ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. A reunião foi interrompida por falta de energia elétrica. A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. A Câmara dos Deputados, designada para fazer um trabalho sobre as obras inacabadas neste País e a utilização do patrimônio da União, designou a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos nos Estados brasileiros e hoje visitando, trabalhando aqui em Goiás. Antes de nós começarmos os nossos trabalhos, nós queríamos passar a palavra à Deputada Estadual Lamis Cosac, 2ª Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, que, com muita satisfação, está aqui nos abrigando, para nós executarmos os nossos trabalhos, representando o Sr. Presidente desta Casa.

A SRA. LAMIS COSAC - Primeiramente, quero cumprimentar e desejar boas-vindas para o Presidente desta importante CPI de obras não acabadas. Nós queremos receber V.Exa., Deputado Federal Damião Feliciano. Damião Feliciano é do PMDB da Paraíba, bem-vindo aqui no nosso Estado de Goiás e na Assembléia Legislativa. Estendo os meus cumprimentos com muito carinho ao nosso conterrâneo e amigo, o Deputado Federal, de Aparecida de Goiânia, Norberto Teixeira, com o qual tive e tenho o prazer de conviver há muitos anos, na vida pública no Estado de Goiás. E também as boas-vindas ao Deputado Federal, do PFL, Carlos Alberto Rosado, do Rio Grande do Norte. Seja bem-vindo. O Nordeste, que nós tanto amamos e respeitamos, com aquela beleza maravilhosa, está aí no nordeste goiano. Queremos neste momento cumprimentar a Secretária-Adjunta da Secretaria de Educação, aqui representando a Profa. Raquel, o grande Secretário de Educação, Humberto Tannús, as boas-vindas. As boas-vindas para todos aqueles que se encontram presentes, Deputado Estadual Liosmar Mendanha, Deputado Estadual Agenor Curado, nosso Líder do Governo, Afrêni Gonçalves.



Enfim, queremos neste momento dizer, Presidente, da importância dessa CPI, porque é importante, sim, que se faça do Brasil uma radiografia da realidade das obras inacabadas que tem por este Brasil afora. Então, eu quero parabenizar pela iniciativa e dizer que o Estado de Goiás está aberto e feliz por recebê-los, porque nós também queremos fazer uma radiografia das obras federais aqui que estão ainda inacabadas, para que a gente, junto, possa tomar uma providência, e, com certeza, as administrações públicas vão cada vez mais se aprimorando, para que possamos fazer tudo o que é melhor para o nosso povo e para a nossa querida gente. Por isso, eu quero passar a palavra a V.Exa., para iniciar este importante trabalho. Encerro dizendo bem-vindo a Goiás, bem-vindo com esta CPI, que, sem dúvida alguma, é de suma importância para o povo brasileiro e, aqui em especial, para o povo do Estado de Goiás. Estejam à vontade. Eu vou pedir para me retirar, porque eu vou estar ali, abrindo, no plenário, a sessão ordinária, que começa a partir das 15h. Muito obrigada. O nosso abraço e estejam à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradecendo a acolhida da Deputada Lamis Cosac nesta Casa, nós vamos passar à Ordem do Dia. Esta reunião foi convocada para ouvirmos os depoimentos dos seguintes convidados do Estado de Goiás: Raquel Figueiredo Teixeira, Secretária de Educação; Carlos Maranhão Gomes de Sá, Secretário de Infra-estrutura; Alcides Rodrigues Filho, Secretário do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação; Fernando Passos Cupertino de Barros, Secretário de Saúde; Demóstenes Lázaro Xavier Torres, Secretário de Segurança Pública e Justiça; Silvio Bezerra da Costa, Gerente de Patrimônio da União; José Olímpio Maia Neto, Chefe do 12º Distrito Rodoviário Federal/DNER em Goiás; Carlos Alberto Rosemberg Gonçalves dos Reis,



Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas; Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Gerente-Executiva do INSS; Geraldo Ferreira Félix de Sousa, Presidente da SANEAGO. Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone, para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, o convidado não pode ser aparteado. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que desejarem interpelar o convidado deverão inscrever-se junto à Secretaria. *(Pausa.)* Inicialmente, eu queria convidar o Sr. Humberto Tannús Junior, Secretário-Executivo da Secretaria de Educação, representando a Sra. Raquel Figueiredo Teixeira, Secretária de Educação desse Estado.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Muito bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria convidá-lo para tomar assento à mesa, Sr. Secretário. *(Pausa.)* Eu queria passar a palavra ao Sr. Humberto Tannús Junior. V.Sa. tem dez minutos para as exposições iniciais.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Muito boa tarde aos nobres Deputados Federais, Deputados Estaduais aqui presentes, a todos, a imprensa. Eu queria, inicialmente, justificar a ausência da Secretária, que está, neste momento, em Caldas Novas, numa reunião lá com os professores, e não pôde aqui comparecer. Queria também justificar a nossa participação e dizer que recebemos o convite apenas na data de ontem, para aqui comparecer, se bem que a participação da Secretaria Estadual da Educação, no caso da CPI que está investigando as obras paralisadas do Governo Federal, é mínima. Na área de educação, nós temos algumas obras, em número de três, e aqui é bom esclarecer que estão paralisadas



desde antes do início do atual Governo. São obras paralisadas há bastante tempo e que, de nossa parte, só foram monitoradas. Nós não temos um acompanhamento efetivo. Convém salientar que essas informações que eu estarei prestando foram repassadas a nós, da Secretaria da Educação, pelas Delegacias ou Subsecretarias Regionais de Ensino, que nós temos em todo o Estado. São 35 Subsecretarias Regionais de Ensino. Basicamente, nós temos três escolas agrícolas paralisadas. A primeira, na cidade de Mozarlândia, escola agrícola na cidade de Mozarlândia. Ela está paralisada há vários anos, com a fase de paredes levantadas executada mais ou menos 20%. Quer dizer, essas obras, pelo conhecimento que nós temos, são de 80% de recursos do Governo Federal e de 20% de recursos da prefeitura. A segunda obra também é uma escola agrícola e está localizada no Município de Aragarças. Essa obra também está paralisada há bastante tempo, com recursos do Governo Federal e administração da Prefeitura que era na época. A terceira obra, na cidade de Hidrolândia, também uma escola agrícola, construção também... Essa construção está acabada, mas está paralisada, com recursos do Governo Federal e administração da prefeitura. Convém salientar que, em nenhuma dessas obras, há participação do Governo do Estado. São sempre parcerias do Governo Federal com prefeituras. Logicamente, se essas obras pudessem ser concluídas, seria de importância, porque a gente tem algumas outras escolas agrícolas no Estado de Goiás funcionando muito bem. Então, se pudessem ser concluídas... Agora, queria dizer aqui também que não temos — viu, Presidente? —, não temos dados mais aprofundados sobre essas obras, porque não estão afetas à Secretaria de Educação e nem ao Governo do Estado. Sempre — como eu disse — parceria do Governo



Federal com as prefeituras. Apenas pudemos levantar essas obras. É o que eu tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradecendo a exposição do Sr. Humberto Junior, eu queria passar a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, Deputado Norberto Teixeira, Srs. Deputados Estaduais, Dr. Humberto Tannús, Subsecretário da Educação, em primeiro lugar, Dr. Humberto, o objetivo dessa nossa reunião de hoje está exatamente casado com as informações que o senhor repassa para essa Comissão. O objetivo de ouvirmos tantas pessoas ligadas ao serviço público, seja ele estadual, federal, no Estado de Goiás e aqui na Capital tem a finalidade de trazer até a Comissão obras inacabadas e, por estarem inacabadas, não conseguem prestar o serviço à comunidade. Receberam recursos do povo, através dos impostos que o povo recolhe tanto ao Governo Federal, ao Governo Estadual ou ao Governo Municipal, mas que a não-conclusão dessas obras impede que aqueles recursos que chegaram até o Governo, através do imposto que o povo paga, executasse a sua função social de fazer com que este País crescesse, e crescesse com justiça social. Assim, é do nosso... Irão para o nosso registro as três escolas agrícolas mencionadas: a de Mozarlândia, a de Aragarças e a de Hidrolândia. Agora, é preciso que se veja que é muito provável que, quando essas escolas começaram a ser construídas, existia uma legislação específica a respeito do ensino profissionalizante, que foi absolutamente mudado ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso. A conclusão dessas obras, desde que levantadas as dificuldades que elas tiveram até agora para serem concluídas, é possível. Existem



recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID financiando exatamente isso, o ensino profissionalizante no Brasil. Agora, na mudança da política do Governo Federal não existe mais financiamento para a manutenção dessas obras. E aí a dificuldade, e muito provavelmente é o caso aqui da escola de Hidrolândia, que, como disse o Dr. Humberto Tannús, ela está acabada, mas não está exercendo a sua função de ensino, de repassadora de conhecimento e, através de repasse desse conhecimento, o crescimento da sociedade. É provável que mecanismos de junção, de cooperação entre Municípios, entre associações tenham que ser desenvolvidos. Aí entra o papel da Secretaria Estadual de Educação, que tem a obrigação de fazer com que um consórcio de Municípios que se situem em torno de Hidrolândia, um consórcio de que participe também a iniciativa privada, associações de produtores, sindicatos patronais agrícolas, sindicatos laborais, de forma que a manutenção dessa escola possa ser mantida e o investimento que foi feito até agora possa prestar a sua função social. Portanto, a minha palavra é de agradecimento pelas informações que recebo. Agradeço também ao nosso Presidente pelo uso da palavra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Dr. Humberto, essas três escolas agrícolas, Aragarças, Hidrolândia e Mozarlândia, estão paradas, sem definição. Não tem projeto da Secretaria de Educação, nem convênios. Estão paradas. Então, gostaria, Sr. Presidente, que requeresse, para que nós pudéssemos já ficar nessa CPI marcadas essas três obras como obras inacabadas. E também gostaria, Sr. Presidente, de requerer a visita desta Comissão em Hidrolândia, na



Escola Agrícola de Hidrolândia, que é aqui perto de onde vamos visitar, para que, amanhã, pudéssemos dar uma chegada nessa Escola Agrícola e visitarmos também como está a situação dela. Mas antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta Presidência acata a sugestão do nobre Deputado, e vamos colocar em execução.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Humberto, existe muito patrimônio da União que está sendo transferido para os Estados, como a Delegacia do MEC e outro patrimônio, que estão, ao tempo, sendo transferidos, os galpões da merenda escolar. Como que está esse patrimônio?

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Bom, eu queria antes esclarecer que nós temos... Como o Deputado disse muito bem, a educação profissional é uma coisa nova, com propostas, projetos novos do atual Governo. Eu queria esclarecer, por exemplo, que nós estamos em fase de projetos já liberados de construção de seis CEPs, no Estado, Centros de Educação Profissional, pelo PROEP. E eu queria dizer que estaremos trabalhando de agora em diante para que possa ser viabilizada a conclusão desse já iniciado, porque, já que estamos em construção de seis novos, nós podemos viabilizar, através do PROEP, a conclusão desses que, como diz o Deputado muito bem... Quer dizer, se financia a construção, a capacitação, mas não se financia, não tem o custo de manutenção. Quer dizer, isso, geralmente, são feitos com parceria com entidades organizadas, ONGs, entidades da sociedade organizada. Então, eu estarei levando ao conhecimento do Sr. Governador de um possível trabalho junto ao PROEP, para que seja viabilizado recurso para conclusão dessas obras. Agora, quanto à pergunta do Deputado, nosso companheiro aqui de Goiás, eu não tenho conhecimento específico. O que sei apenas é que... Nem se



esse da merenda escolar, esse prédio da merenda escolar (*ininteligível*), se ele está afeto hoje à Secretaria Estadual da Educação. Mas...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Humberto, a merenda foi, passou para o Estado.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Ela é escolarizada. Nossa merenda aqui, no Estado de Goiás, ela é escolarizada, descentralizada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Aqueles galpões que foram construídos no CEASA, diversos galpões que foram construídos no Estado, inclusive, não na época desse Governo, mas Governo anterior...

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Governos anteriores.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...é patrimônio hoje da Secretaria de Educação. Eu gostaria que o senhor pudesse fornecer a esta Comissão a definição de onde foi passado esse patrimônio. O que está sendo usado se está hoje com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Eu não posso aqui afirmar se está ou não, mas eu não tenho conhecimento, e muito provavelmente esses imóveis hoje não estão ligados à Secretaria Estadual de Educação, porque, no tempo que eu estou lá na Secretaria, eu não tenho conhecimento de nenhum desses imóveis. Mas não vou, não posso aqui afirmar, mas eu posso dar uma resposta à CPI o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria que o Dr. Humberto pudesse nos informar depois, dando um prazo de quinze dias, como colaborador, toda essa situação desse patrimônio hoje da FAE, da antiga FAE, da merenda escolar, aqui no Estado de Goiás. Mas gostaria de mais uma pergunta, Dr.



Humberto. Os CAICs. Os CAICs foram idealizados na época do Collor de Mello, e foram construídos diversos no Estado de Goiás, Luziânia, Aparecida, Goiânia, me parece que Anápolis também. E lá tem pré-escola e ensino fundamental. Os prédios que foram construídos para creche me parece que estão todos abandonados dentro do próprio CAIC.

(Interrupção da reunião devido à falta de energia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Reiniciando os nossos trabalhos, passamos a palavra para o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Humberto, os patrimônios dos CAICs, foram construídos diversos CAICs no Estado de Goiás. Ele era para o ensino pré-escolar e para o ensino fundamental. Os prédios onde foram construídas as creches me parece que estão todos abandonados, sem função. Há uma definição da Secretaria de Educação do Estado sobre essas creches ou pré-escolar que estão nos CAICs em Aparecida, Goiânia, Anápolis, Luziânia...

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Planaltina.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...Planaltina, em diversos locais no Estado de Goiás?

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - É, isso aí é bom realmente esclarecer, porque houve realmente, no Governo passado, no Governo do Fernando Collor, a construção desses CAICs. Esses CAICs foi meio que... Pelo que eu tenho conhecimento agora, não existe uma documentação. Ele foi repassado em alguns casos que as Prefeituras, que houve interesse por algumas Prefeituras, as Prefeituras assumiram esses CAICs. Em alguns casos, o Estado assumiu os CAICs. Por exemplo, aqui em Goiânia, os dois de Goiânia, o de Aparecida, o de Petrolina



foram assumidos pelo Estado. Agora, é bom esclarecer o seguinte: realmente, hoje nós temos a educação infantil, que são essas creches, nós temos a parte de educação do ensino fundamental e temos o ensino médio. Nesses CAICs, realmente, funcionavam pré-escola, ou a educação infantil, o ensino médio e o ensino fundamental. O que a gente tem feito, Deputado, em relação à pré-escola, à educação infantil... Porque a LDB é bem clara. Ela diz que a educação infantil é de responsabilidade dos Municípios, o ensino fundamental é de responsabilidade dos Municípios e do Estado, e o ensino médio, de responsabilidade do Estado. A política atual do Ministério da Educação é que essas pré-escolas onde o Estado ainda tem... E aqui, em Goiás, nós ainda temos algumas pré-escolas. Por exemplo, para educação infantil, nós temos Instituto... No IEG. Nós temos em Goiás Velho, temos algumas, umas três escolas que ainda funciona essa pré-escola, essa educação infantil. Mas a política nossa tem sido de repassar. E esses CAICs é bem diferenciado. A gente chama até de Caiquinho e CAIC, não é isso? Tem o Caiquinho, que é aquela parte menor, que era reservada a essas creches, educação infantil, e o CAIC, onde tem o ensino fundamental e o ensino médio. Em todos esses CAICs, nós estamos... Por exemplo, acabamos agora de municipalizar o CAIC de Petrolina... De Planaltina, desculpe. Quer dizer, hoje a educação infantil, que eu acho que já não existe mais lá, mas a primeira fase do ensino fundamental, ou seja, aquela de 1ª à 4ª, já é municipalizada. É o Município que é o responsável no Caiquinho. Estamos fazendo isso também em Goiânia, iniciando apenas... Porque, na administração passada, não houve municipalização no Município de Goiânia. Estamos iniciando agora, no Município de Goiânia, a municipalização dessas escolas dessa primeira fase do fundamental. No Município de Aparecida, ainda não



fizemos essa municipalização. Agora, a política nossa é de municipalizar essa primeira fase do fundamental e educação infantil, que eu acho que nenhum deles existe mais, só existe a primeira fase, segunda fase de ensino médio. Então, a política nossa é municipalizar esse Caiquinho, geralmente para funcionar a primeira fase fundamental, e o Estado ficaria com a segunda fase do fundamental e o ensino médio. Essa é a política nossa que estamos fazendo. Já fizemos em Planaltina e iremos fazer no outros CAICs. Agora, realmente, em termos de documentação, de repasse formal desses CAICs para o Município ou para o Estado... Por exemplo, esse de Aparecida nós assumimos, mas nós não temos documentação dele, inclusive com... É bom esclarecer aqui à CPI, que vocês... Uma quantidade enorme de equipamentos até hoje fechados lá, gabinete odontológico, outros materiais que estão lá fechados, porque nós não somos o proprietário legítimo. Quer dizer, assumimos o CAIC, mas não temos a documentação. É ministrada aula hoje lá, mas nós não temos a doação, a coisa formal, mas nós temos... Hoje, a atuação nos CAICs é dessa forma.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Humberto, todos os CAICs, para serem construídos, tinha que passar a escritura para o Governo Federal, de Aparecida, de Goiânia, todos os locais passaram escritura para o Governo Federal. O Governo não passou essa documentação para vocês até hoje?

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É importante registrar isso, Sr. Presidente, porque, em Aparecida, no CAIC, os maquinários estão todos encaixotados, maquinário caríssimo de cozinha industrial, hospitalar. Não deste Governo, já vem de diversos Governos.



O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - De Governos passados, é verdade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Por motivo de documentação do Governo Federal. A creche está fechada, totalmente abandonada, e quem está morando nessa creche é uma família. Por quê? Por causa do ensino fundamental. Mas gostaria de fazer um apelo: que pudesse esta Comissão também cobrar uma posição mais rápida sobre a situação dos CAICs no Estado de Goiás. Parece-me que são dez, não é?

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Acho que não chega a dez, não. Parece que são seis ou oito, viu, Deputado?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Me parece que são nove ou dez. E que hoje o Estado depende do documento. Os maquinários estão encostados, as creches fechadas, alguns Municípios não assumiram que isso está trazendo prejuízo muito grande para a União e para o Estado de Goiás e para a população de Goiás. Outra coisa, Dr. Humberto, acabaram-se as delegacias do MEC no Estado. Todas as delegacias foram extintas, no decreto, acabando e passando toda a função para o Estado. E o patrimônio dessas delegacias ficou com quem? Vocês assumiram esse patrimônio?

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Não. É bom esclarecer também que isso não foi no Governo atual. O que sei sobre a Delegacia Regional do Ensino, nós, realmente, a Secretaria de Educação assumiu as funções, até então, dessas delegacias. Pelo meu conhecimento, essa delegacia o patrimônio físico não tinha, que ela funcionava num lugar alugado. Era um lugar alugado. Quer dizer, o patrimônio móvel... Imóvel não havia. Agora, tem que ver os outros patrimônios, que



também não foi repassado nada formalmente ao Estado de Goiás ou à Secretaria de Educação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, gostaria, Dr. Humberto, o senhor vai me passar a informação sobre o problema da merenda escolar. E gostaria também que o senhor pudesse depois passar a informação sobre a delegacia também e os CAICs. Gostaria que o senhor pudesse também colaborar com esta CPI, que é importante. O senhor já colaborou, viu, Sr. Presidente — gostaria de deixar bem registrado. Houve uma colaboração muito grande, indicando as três obras das escolas agrícolas abandonadas no Estado de Goiás. Foi investido muito dinheiro. E também o patrimônio da merenda escolar, que hoje vai ser examinado pela Secretaria de Educação do Estado. Gostaria de agradecer e voltar a palavra para o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O Deputado Carlos Alberto Rosado quer fazer mais uma pergunta ao Subsecretário.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Subsecretário, Dr. Humberto, eu gostaria só, Dr. Humberto, de ratificar a informação fornecida pelo senhor, que o Governo Estadual não é responsável por nenhuma obra não concluída, seja em andamento, ou paralisada, em parceria com o Governo Federal na área da educação.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Não, não. Eu disse esses três.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Esses três. O senhor também disse que eram convênios diretos com os Municípios, não são com o Governo Estadual.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Disse, disse. Está certo.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Então, não existe nenhuma...

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - ... obra do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Outras obras em execução nós temos (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Em parceria com o Governo Federal.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Em execução. Em execução. Por exemplo, eu disse, por exemplo, no caso, seis CEPs, Centro de Educação Profissional.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Isso, perfeito.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Através do PROEP. Mas, em execução... Iniciando, inclusive. Alguns já em execução.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Bem, então, do conhecimento do senhor, as únicas obras que estão paradas são essas obras, convênio do Governo Federal com as prefeituras nos três Municípios já citados, não é? Aragarças, Mozarlândia e Hidrolândia. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria agradecer a presença do Sr. Humberto, representante da Secretaria de Educação, nesta CPI. Muito obrigado pela sua participação. Mas eu gostaria de entregar esse envelope a V.Sa., e aqui contém um questionário para que o senhor pudesse responder em



quinze dias, para que nós pudéssemos enriquecer de dados os questionamentos que, porventura, não forem esclarecidos aqui no seu depoimento. Muito obrigado, então.

O SR. HUMBERTO TANNÚS JUNIOR - Bom, eu queria, mais uma vez, cumprimentar esta Comissão Parlamentar de Inquérito por esse trabalho de descoberta até dessas obras paralisadas e de dar uma função, principalmente social, a elas, de concluí-las. Eu queria agradecer aqui ao Deputado Norberto Teixeira, aqui do Estado, ao Deputado Carlos Alberto Rosado e ao Presidente, Deputado Damião Feliciano, e dizer que estaremos, dentro do prazo de quinze dias, fornecendo as informações sobre os armazéns da merenda escolar da antiga FAE, a utilização e em nome de quem que está. Estaremos recuperando esse tipo de coisa, sobre os CAICs e sobre o patrimônio da extinta Delegacia Regional de Ensino. E dizer que a Secretaria de Educação está à disposição dos nobres Deputados para qualquer esclarecimento suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Muito obrigado. Continuando, eu queria convidar o Dr. Alvaro Cesar Lourenço, Presidente da Agência de Habitação, representando o Dr. Alcides Rodrigues Filho, Secretário do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação. (*Pausa*). Concedo a palavra ao Dr. Alvaro Cesar Lourenço. V.Sa. tem dez para a exposição inicial.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Bom, eu queria cumprimentar todos os integrantes da Comissão, aqui na qualidade de representante do Vice-Governador, ou melhor dizendo, do Secretário do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Habitação, no sentido de prestar todos os esclarecimentos necessários para o esclarecimento de quaisquer irregularidades. Nós desconhecemos qualquer obra



com recurso federal que tenha paralisação ou que tenha alguma suspeita de irregularidade no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e da Habitação. E que as perguntas aqui formuladas serão objeto de estudo, um maior aprimoramento, caso não seja prontamente esclarecido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Alvaro Cesar Lourenço, Presidente da Agência de Habitação aqui do Estado de Goiás, obrigado também pelo seu comparecimento e pelas informações que, com certeza, relevantes que o senhor dará à nossa Comissão. Mas eu gostaria de ratificar essa declaração do senhor, indagando novamente se é do conhecimento de V.Sa. a existência, dentro da sua área de atuação, ou até mesmo fora dela, de obras consideradas paralisadas ou que estejam lentamente sendo executadas. É oportuno lembrar que a pergunta objetiva-se a obras que tenham recursos federais.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - O.k., Sr. Deputado. Volto a reafirmar que todas as obras com recursos estaduais no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Habitação estão rigorosamente dentro dos prazos. Não temos nenhuma obra com esses recursos paralisados. No âmbito da educação, da habitação, todas as obras contratadas no Orçamento Geral da União 2000 estão absolutamente dentro dos prazos, algumas já em fase final de conclusão, e todas elas operadas pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, com a qual a Agência de Habitação, através da Secretaria do Meio Ambiente, tem contratos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, mais uma pergunta ainda. Dr. Alvaro Cesar Lourenço, é do conhecimento de V.Sa. a



existência de obras com início de irregularidade, mesmo que seja apontado por meio da fiscalização dos órgãos de controle do Estado, ou, claro, da fiscalização do Tribunal de Contas da União? Obras com indícios de irregularidades.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Não, não existem, no nosso conhecimento, nenhum parecer, mesmo que verbal, de alguma irregularidade por parte de qualquer órgão, federal ou estadual que seja, com indícios de irregularidade. Todas elas dentro, absolutamente, dos parâmetros adotados e fiscalizados, no caso da habitação, pela própria Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Uma última pergunta, Sr. Presidente. Nós temos no Brasil — ou tínhamos alguns anos atrás — cerca de 100 mil residências que haviam sido construídas durante o Governo Collor, ou terminadas durante o Governo Collor, que, por conta daquela mudança da UPC de fevereiro de 86, UPF — Unidade Padrão de Financiamento, essas casas, essas unidades se tornaram muito caras e tiveram uma difícil comercialização ao longo desse tempo. Algum desses conjuntos foi construído aqui, no Estado de Goiás? O senhor se lembra de alguma ação desse tipo? Isso remonta, naturalmente, ao final da década de 80.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Não, sem dúvida. Todos os sistemas a que o nobre Deputado se refere são empreendimentos construídos sob a égide do Sistema Financeiro de Habitação, com recursos provenientes do FGTS. E não só esses conjuntos habitacionais, mas todos os demais sofreram um grave problema do descasamento, que foi oriundo entre a questão salarial e a questão do índice de correção dos contratos habitacionais. E Goiás não ficou fora dessa realidade nacional. Nós temos diversos conjuntos que foram construídos com esses recursos



no âmbito da antiga COHAB, hoje Agência de Habitação. Tivemos conjuntos construídos pela própria Caixa Econômica Federal, diretamente com os recursos do FGTS, e que, recentemente, numa negociação autorizada pelo Tribunal de Contas da União, o Estado de Goiás quitou cerca de 37 conjuntos habitacionais desses conjuntos, os chamados PAI-H, numa operação inédita, em que visava levar a essa população o benefício da casa própria, com a quitação proveniente tanto das prestações já vencidas, assim como também do saldo devedor. Mas volto a insistir que, nessas obras, não consta nenhum indício de irregularidade. São obras que foram contratadas diante dos parâmetros da Caixa Econômica Federal, e a elevação da nossa taxa de juros, dos próprios índices de correção monetária é que causaram esse grande saldo devedor, chegando, em muitas vezes, a ultrapassar o valor do próprio imóvel. E esses casos, integrantes do PAI-H, foram devidamente saldados pelo Governo do Estado agora, recentemente, em maio último.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dr. Alvaro Cesar Lourenço, é do conhecimento de V.Exa. a existência de imóveis de propriedade da União ou de entidade da administração indireta federal que estejam abandonados, inutilizados ou sendo utilizados de maneira inadequada no Estado de Goiás?

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Não, Sr. Deputado. Não me consta nenhuma irregu... Não me consta prontamente a subutilização ou a utilização inadequada de algum imóvel federal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Eu agradeço a resposta do senhor e também lembro que, ao final do depoimento de V.Sa., o nosso Presidente, Deputado Damião Feliciano, deverá entregar ao senhor um questionário, acompanhado de um disquete, onde, se, por acaso, alguma lembrança dessas



obras inacabadas ou de algum próprio da União no Estado de Goiás que esteja sendo utilizado de forma inadequada ocorrer ao senhor, o senhor possa informar à Comissão e a Comissão tomar as providências para a qual ela foi criada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Alvaro, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor sobre a Fazenda Três Barras, o sistema de irrigação da Fazenda Três Barras. É uma obra muito antiga, contratada, antiga, que se vem arrastando anos e anos com diversas reclamações e discórdia na cidade, inclusive, nos meios e que recebe recurso do Governo Federal e tem recurso do Governo Estadual. Eu gostaria que o senhor pudesse explicar para nós a situação dessa obra hoje, a situação hoje do atual sistema de irrigação de Três Barras, em Cristalina, Estado de Goiás.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Deputado, eu desconheço neste momento a situação desse sistema de irrigação. Poderia, sim, fazer um estudo minucioso e estar, oportunamente, entregando esse estudo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Tá. Eu só quero dizer... Tem uma obra hoje no valor, este ano, no Orçamento, em 10 milhões. O valor do contrato é 35 milhões; o valor pago, 23 milhões; potencial... obra realizada, 65%; previsão de conclusão em novembro de 2001. Ela está em vistoria agora, no Tribunal de Contas da União, passou a (*ininteligível*) auditoria, não está concluso o processo ainda, mas houve um processo... Eu quero dizer que não tem... Esse processo já vem em discórdia em diversos Governos. Não é nada com o Governo atual e já está continuando o processo também da mesma coisa. Esse processo teve... O Tribunal



de Contas do Estado de Goiás... Em 1999, o Procurador-Geral de Contas do Estado, Dr. Antônio Carneiro Vaz, em 1999, considerou ilegal essa obra. Foi feita uma auditoria no Tribunal de Contas do Estado. Existe hoje uma denúncia da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cristalina. Essa denúncia está no Presidente do Tribunal, está no Ministério Público, foi encaminhada também ao Procurador-Geral da Justiça em Goiás e é uma obra meio polêmica. Eles estão denunciando o método do sistema de irrigação, estão denunciando... Inclusive, o procurador Agostinho, o auditor Agostinho Américo de Miranda, ele colocou no relatório dele, como denúncia procedente, (*ininteligível*) comprovado, indevida cobrança e diversas irregularidades que ele colocou no processo. Isso em 1999. E essa obra também agora continua com essa denúncia. Existe uma denúncia de uma cobrança de 553 milhões, (*ininteligível*), 912 a mais no processo. Existe uma denúncia também de treze transformadores, 180 transformadores não previstos no projeto de base, no valor de 1 milhão e 56 mil reais, e diversos tipos de denúncia. O que que o Governo atual... Esse processo foi realizado em... 240/97, a concorrência foi realizada em 1997. Quero deixar bem registrado isso. Em 1999, houve essa auditoria. O que o Governo do Estado está realizando hoje? A Secretaria está tomando providência lá na irrigação de Três Barras em Cristalina, no Estado de Goiás?

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Bom, caro Deputado, eu, como disse no início, vou tomar conhecimento desse processo, levar ao conhecimento do Secretário e registrar que, como aqui relata o documento, é uma licitação de 99, portanto, anterior...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Noventa e sete.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Desculpa, 97. O parecer é de 99.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, de 99.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - E que não é do nosso conhecimento esse parecer, mas estaremos procedendo todo... Estaremos efetuando, assim, todos os procedimentos para que sejam devidamente esclarecidas todas essas questões, esses levantamentos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer que esta Comissão pudesse requerer do Tribunal uma cópia da auditoria que está sendo feita do Tribunal de Contas da União e também que pudesse o Secretário nos fornecer durante quinze dias toda a documentação necessária da licitação e a situação da obra de Três Barras. E gostaria de convidar esta Comissão para que pudesse, semana que vem, fazer uma vista em Cristalina, na irrigação de Três Barras, para conhecer a situação. Eu vim inclusive convidar a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cristalina, para que pudesse passar essa informação, porque ele encaminhou essa denúncia para a CPI lá em Brasília. Gostaria também de fazer uma pergunta sobre Luís Alves, o sistema de irrigação Projeto Luís Alves. Como que está o projeto, se terminou, se já licitou, os recursos do Governo Federal, já foram encerradas todas as obras e me parece que já está colocando em licitação a venda dos lotes, não é isso?

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Olha, eu também, sobre essa área de habitação, nós temos total conhecimento de todas as ações e todo o andamento das obras relacionadas com recursos federais. No âmbito do meio ambiente, no qual a Secretaria também tem uma área de atuação, eu não tenho esses pormenores. Também poderia estar solicitando à Comissão, uma vez que esses assuntos não foram previamente solicitados, para que nós pudéssemos estar efetuando todas as



averiguações e, dentro do prazo estabelecido, estaremos reportando à Comissão as informações solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Continuando, eu queria passar a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de continuar. Então, eu gostaria que o Secretário pudesse nos passar informação sobre o projeto de irrigação de Flores do Goiás. Este ano, tem 21 milhões, foi contratado, o valor do contrato 49 milhões, foi realizado 9% — uma previsão de conclusão em 2004 —, está em auditoria também no Tribunal de Contas, começou a auditoria no Tribunal de Contas agora, o número do processo está aqui comigo, não está concluída a auditoria. Mas eu gostaria de pedir que pudesse fornecer para nós os dados, a situação real do projeto de Luís Alves, Flores de Goiás e também do projeto de irrigação de Três Barras, para que nós pudéssemos ter conhecimento de tudo. Outra coisa, Sr. Presidente: o problema dos aterros sanitários. Foi assinado um convênio entre o Governo Federal e o Governo Estadual no ano passado, para os aterros sanitários. Como que estão realizados esses projetos? Já foi terminado? Já foi concluído esse projeto do aterro sanitário em diversos locais, ou não? Ainda falta grande parte para ser concluído?

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Bom, eu queria, mais uma vez, reafirmar que esses assuntos relacionados ao meio ambiente, eles poderiam ser melhor esclarecidos oportunamente, através dos requerimentos formulados pela CPI. Como condutor da política de habitação, eu não tenho a informação dos processos desses convênios dos aterros sanitários.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas o senhor está respondendo pela Secretaria aqui. Está representando o Secretário.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Sim e estou justificando.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Que ótimo. Não, está certo. Eu estou entendendo. Existe um projeto na cidade Araguapaz. Um projeto muito grande, junto com o IBAMA, Governo do Estado, Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente, para povoamento de peixes do Rio Araguaia. Esse projeto hoje — são feitos de tanques, uma grande produção de peixe — estava, para bem dizer, parado. O Município não recebe ajuda, está colocando só ração, num projeto em que não foi dado o final. Eu gostaria de receber informação da Secretaria: como que está a situação do sistema de povoamento do Rio Araguaia, do projeto de Araguapaz?

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Bom, eu queria solicitar à CPI e aos membros da Comissão que todas essas questões relacionadas ao meio ambiente, elas poderiam estar sendo questionadas e que serão, oportunamente, respondidas, pelo fato de que sobre esses assuntos eu não tenho esclarecimentos prontamente para serem prestados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sr. Deputado, hoje nosso Relator, Carlos, gostaria de requerer que V.Exa. pudesse requerer do Secretário toda informação do projeto de irrigação de Flores do Goiás, toda informação e documentação do projeto de irrigação de Três Barras, todo o processo também do projeto de Luís Alves, sobre o povoamento do Rio Araguaia, do projeto do IBAMA, Governo do Estado, Governo Federal e Prefeitura de Araguapaz, e também toda a informação sobre os aterros sanitários e convênio entre Ministério do



Meio Ambiente e Governo do Estado, para que nós pudéssemos ter essa informação, para ver como está a situação das obras nesses locais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Será atendida, nobre Deputado, na forma regimental, a vossa solicitação. Eu queria, antes de encerrar as palavras do nobre Secretário, entregar para Alvaro Cesar um questionário, que eu gostaria que V.Sa. respondesse por meio magnético, para que nós pudéssemos encher os depoimentos, para análise final e a formação do relatório na CPI das obras inacabadas. Passando para as vossas mãos, agradecendo, ao mesmo tempo, a sua presença aqui, na nossa Comissão.

O SR. ALVARO CESAR LOURENÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, na qualidade de representante do Dr. Alcides Rodrigues, Secretário do Meio Ambiente, nós iremos proceder, de forma sistemática, a todas as informações, assim como a todas as providências necessárias para o bom andamento e esclarecimento das obras em questão, e ao mesmo tempo que nós agradecemos a participação aqui e nos colocamos ao inteiro dispor dessa nobre Comissão para maiores esclarecimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Muito obrigado. Continuando, gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Sr. Demóstenes Lázaro Xavier Torres, Secretário de Segurança Pública e Justiça. *(Pausa.)* Sr. Demóstenes, concedo a palavra a V.Sa. pelo período de dez minutos, para suas exposições iniciais.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Srs. Deputados, Srs. ouvintes, em Goiás, nós temos apenas uma obra paralisada com recurso do Governo Federal. Essa obra faz parte de um complexo penitenciário, cuja



construção se iniciou em 1994, aqui, no Estado de Goiás. Esse é o presídio de segurança máxima de Goiânia, onde, originalmente, o projeto previa a construção... Numa área de 103 mil, 643 metros quadrados, a área construída seria de 13 mil, 457 metros quadrados. E nós tínhamos ali três blocos, abrigando 657 vagas, com 219 vagas por bloco. O projeto previa, de acordo com a aprovação do próprio Ministério da Justiça, que tínhamos celas individuais, celas coletivas e celas, inicialmente, com oito pessoas, depois, foram readaptadas para oito detentos, e, por fim, algumas celas poderiam contar até com três detentos. Mas o Ministério Público do Estado de Goiás, entendendo que a Lei de Execuções Penais obrigava e obriga, segundo o entendimento do Ministério Público, que, em caso de regime fechado, o preso deve cumprir a pena em cela individual, ele ingressou com ação, ainda no ano de 1999, e conseguiu uma liminar impedindo a construção. Posteriormente essa liminar foi derrubada pelo Tribunal de Justiça, houve um recurso do Superior Tribunal de Justiça e, na semana passada, decidiu pela continuidade da obra. Foram gastos 2 milhões de reais. Nesse período também entrou na briga o Ministério Público Federal, uma vez que tinha participação do Ministério da Justiça e o Ministério Público Estadual já tinha perdido a demanda na Justiça Estadual, e hoje também o Tribunal Regional Federal autoriza a construção da obra. Agora, o que acontece é que depois de tanto tempo, 2 milhões de reais investidos, a obra paralisada, simplesmente agora nós temos de buscar recursos novamente dentro do Ministério da Justiça. Tive informações de que o Ministério Público Federal também vai ingressar na Justiça alegando que agora — a primeira alegação, a outra ação foi de que o presídio, a construção estava em confronto com a Lei de Execuções Penais. Mas agora há notícia de que o Ministério Público Federal vai entrar com ação para



alegar que há um superfaturamento da obra e que o contrato assinado em 1994 teve vários aditivos, várias emendas, que o contrato mudou de objeto, que inicialmente era para a construção apenas da casa de prisão provisória e que acabou, por aditivo, chegando até a construção desse prédio ou desse presídio, que abrigaria os presos em regime fechado, aqui do nosso Estado. Em síntese, é o que tenho a informar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradeço as palavras do nobre Secretário. Passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário Demóstenes Torres, além dessa obra, esse complexo presidiário, o presídio iniciado em 94, que previa a construção de mais de 13 mil metros quadrados de área coberta, o senhor tem conhecimento de alguma outra obra, dentro da área de atuação de V.Exa., dentro do Governo Estadual, que contenha obras paralisadas ou que estejam sendo lentamente executadas?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Não. Nós temos várias obras do Governo Federal. Várias. Eu tenho até um relatório que posso passar às mãos dos senhores da Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Temos centros integrados construindo no Entorno do Distrito Federal: são 14. Temos dois Institutos Médicos Legais também sendo construídos na região do Entorno do Distrito Federal, temos um Batalhão da Polícia Militar em construção, temos diversas outras cadeias, inclusive tivemos que restituir recursos, porque houve convênios celebrados no Governo passado, cujos recursos foram repassados para os Municípios, e as obras



não foram iniciadas ou foram feitas em desacordo com o cronograma estabelecido pelo Ministério da Justiça. Nós tivemos que repassar novamente esse recurso para o Governo Federal, ou então nós tivemos que fazer esta mesma obra com recursos do Governo Estadual. Então, nós temos várias obras nessa situação no nosso Estado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Secretário, de certa forma o senhor antecipa, com essa informação, a segunda pergunta, que era exatamente a existência de obras com indícios de irregularidades, mesmo que sejam apontadas por órgão de controle do Estado e não órgãos do Tribunal de Contas da União ou órgãos da União, quaisquer que sejam eles. Gostaríamos de receber relação dessas obras para cuja continuação o senhor teve que devolver recursos, provavelmente ao Governo Federal. E se envolvia no convênio a participação também das Prefeituras.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Não é? Parece-me isso.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Na realidade, Sr. Deputado, o convênio era firmado da seguinte forma: o Governo Federal repassava os recursos para o Município, mas com interveniência do Estado de Goiás. O Estado ficava na qualidade de repassador e fiscal da obra. E se a obra não fosse executada a contento pelo Município, se a fiscalização não fosse feita de forma rigorosa, o Estado teria que honrar a obrigação de devolver os recursos para o Governo Federal ainda que ele não tivesse executado a obra, ainda que ele não fosse responsável diretamente pela gestão dessas obras. Hoje a estrutura foi montada, o próprio Estado assume a responsabilidade, ainda que em convênios com Município, mas o Estado faz a aplicação desse recurso. Mas em épocas pretéritas, eram feitas dessa



forma e realmente alguns problemas aconteceram sem sinais de improbidade administrativa, mas mais de desleixo, ausência de fiscalização, etc.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito bem. O senhor tem a relação dessas obras?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Tenho e posso fornecer ao senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Agora, à Comissão?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Pois, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Obrigado. Como última pergunta, eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de imóveis de propriedade da União ou de entidade da administração indireta federal que estejam abandonados, inutilizados, ou utilizados inadequadamente aqui, no âmbito do Estado de Goiás, e, naturalmente, mais afeito ao âmbito da Secretaria de Segurança Pública que o senhor representa aqui.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Não. No âmbito da Secretaria de Segurança Pública, eu não tenho conhecimento de nenhum prédio ou repartição que esteja sendo subutilizado, mal empregado, ou abandonado. Na nossa área, com certeza, não há.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Prédio federal?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Sim, com certeza, não há.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Demóstenes, quero referir-me ao problema, inclusive, do presídio de segurança máxima no Município de Aparecida, em Goiânia. As obras estão paradas.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Há quantos meses, Dr. Demóstenes?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Há mais ou menos dois anos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Há dois anos. Ela tem, inclusive, dinheiro no Orçamento?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Tem recursos no Orçamento da União.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Hoje, a construtora continua com canteiro de obra no local ou retirou tudo?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Não, o canteiro de obra está desativado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor nos falou que o Ministério Público Federal entrou com um processo, agora, contra a obra também?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Por superfaturamento. O primeiro argumento foi o de que era obrigatório, em razão da Lei de Execuções Penais, de que um presídio que abrigasse preso em regime fechado fosse construído exclusivamente com celas individuais. E, hoje, após perderem essa demanda, entraram dizendo que em 1994 houve um superfaturamento da obra.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Demóstenes, a importância dessa obra — eu sei da importância, porque sou de Goiás —, mas está sendo gravado e eu gostaria que o senhor nos mostrasse qual é a importância dessa obra para o Estado de Goiás.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Essa obra é fundamental. Primeiro, porque o presídio que nós temos, o Centro de Custódia, o CEPAIGO, ele é absolutamente obsoleto, já fora de qualquer previsão de melhoria, de adequação, de progressão de regime, de recuperação do detento, que é a filosofia hoje de todo e qualquer sistema prisional. Para se ter uma idéia, ele foi construído no início da década de 60, com a concepção da década da 40 e 50, das décadas de 40 e 50. E nós tínhamos, a ambição nossa era que houvesse a construção desse presídio, que foi iniciada pelo Governo anterior, e que nós construiríamos, receberíamos recursos com a contrapartida do Estado e faríamos, porque nós utilizaríamos o atual prédio do CEPAIGO para transferir os presos para o regime semi-aberto. Aí, comportaria uma adequação, etc. Mas a primeira discussão, que foi absolutamente improdutiva, porque não existe nenhum, nenhum prédio, nenhum presídio no Brasil que se dedique exclusivamente a celas individuais, que tem exclusivamente celas individuais, inclusive no mundo inteiro também não existe. Essa concepção é obsoleta. Todos os especialistas na área, psicólogos, disseram o seguinte: se o preso ficar isolado numa cela individual, ele vai acabar até tendo problemas mentais, porque o homem, apesar de tudo, ou felizmente, é um ser social e precisa de integração. Se nós colocarmos um preso numa cela de oito metros quadrados, um só, isso não quer dizer que ele vai se recuperar. Quantos de nós já não moramos numa área muito menor com os nossos irmãos, não é verdade? Nem



por isso nos tornamos delinqüentes. Então, o argumento era realmente risível. Agora, se há superfaturamento na obra — que é o que o Ministério Público Federal discute agora —, naturalmente que essa obra deve ter o preço adequado à realidade de mercado, os responsáveis pelo superfaturamento deverão ser responsabilizados. Mas a obra não pode parar, porque há uma necessidade no nosso Estado de termos locais mais seguros para colocarmos os presos em regime fechado, que vêm a ser os presos mais perigosos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que o valor do contrato dessa obra é no valor de 11 milhões. Já foram realizados 63% dessa obra. Essa obra está parada há mais de dois anos, que fique realizada uma obra parada há mais de dois anos. Estava paralisada por liminar. Tem uma liminar da Justiça, suspendendo a obra, já faz dois anos, que era importante para a comunidade, é importante para o Estado de Goiás, para o sistema penitenciário. No Orçamento deste ano, ela tem 5 milhões e 95 mil reais no Orçamento da União para este ano. Então, eu gostaria de requerer desta CPI toda informação, toda documentação necessária dessa obra para que nós pudéssemos tomar uma providência, ajudar inclusive o Estado de Goiás a ser beneficiado nessa obra tão importante para o Estado.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Só uma observação, Sr. Deputado, Sr. Presidente, na realidade os 63% dizem respeito ao complexo do que foi feito, casa de prisão provisória, etc. Agora, do Presídio Regional de Goiânia apenas 10% da obra foi realizada, gastando-se o montante de 2 milhões de reais, quer dizer, mas são 2 milhões de reais enterrados, emperrados e que poderiam ter dado resultados práticos, caso não houvesse essa paralisação.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sim, mas o complexo todo.

Mas, na realidade, do complexo todo foi realizado 63%.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A obra que está parada, os pavilhões que estão parados foram realizados 10%?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Dez por cento da obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer também uma visita a essa obra amanhã para que a CPI pudesse visitar **in loco** para ver a situação. É pertinho, inclusive o Presidente da Agência Prisional está aqui presente, Dr. Rodrigo. Que nós pudéssemos visitar essa obra **in loco**, para ver a importância que é para o Estado e a importância que é para resolver o problema. Se é superfaturamento, vamos tomar providência. Se é por motivo que a obra está sendo malfeita, vamos tomar providência. Vamos ajudar naquilo que for necessário, para poder essa obra retornar e dar resultado para o nosso povo. Não pode é ficar parado, abandonado do jeito que está abandonado. Mas eu gostaria de fazer mais perguntas ao nosso Secretário. Eu gostaria de uma informação de que está sendo recebido recurso do Governo Federal, o Centro Integrado de Operações da Polícia Militar em Águas Lindas, no Lote 1, no valor de 349 mil. Já foram realizados 8%, faltam 92% para serem realizados. São recursos do Governo Estadual e Governo Federal. Essa obra está parada ou está continuando?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Não, todas essas obras já têm... Em Águas Lindas nós temos dois Centros Integrados, um batalhão, em Cidade Ocidental mais um Centro Integrado, e Centro Integrado também em



Cristalina, Formosa, duas áreas, em Formosa também um IML, Luziânia duas áreas,...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Cidade Ocidental.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - ...e mais um IML, Cidade Ocidental também, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. Essas obras foram licitadas, têm todas ordens de serviço, o Governo Federal já repassou para cada uma delas do CIOPs 280 mil 373 reais e 34 centavos, com a contrapartida do Estado de 70 mil 093 reais e 34 centavos. E para o 17º BPM em Águas Lindas, a União repassou 400 mil reais e 100 mil reais do Estado, e para os IMLs 343 mil reais da União e 85 mil reais do Estado. As assinaturas da ordem de serviço foram dadas no dia 5 de dezembro, com vigência até 2 de julho. Tivemos problema com a chuva para começar as obras, mas todas elas estão em plena execução, inclusive está em fase de licitação a aquisição de mobiliários e equipamentos, que foram feitos através de um termo aditivo, cuja importância repassada pela União foi de 159 mil reais para cada IML mais a contrapartida do Estado de 39 mil reais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o Centro Integrado foi de 348 mil, 280 mil?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Duzentos e oitenta mil, mais 70 mil do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas essas obras hoje terminaram já?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Não. Todas estão em andamento e em estado adiantado.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então foi pedida uma prorrogação do... que é para se encerrar em junho o convênio.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Sim. Todos eles tiveram termos aditivos aprovados pelo Ministério da Justiça.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Até dezembro?

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Até dezembro. Esperamos que até lá essas obras já estejam todas concluídas. Elas estão a cargo, a execução, da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Era só isso que eu gostaria de perguntar. Agradeço ao Secretário. Gostaria que a CPI pudesse requerer toda a documentação da prisão de segurança máxima de Goiás, para que nós pudéssemos tomar providências, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Sr. Deputado, V.Exa. será atendido na forma regimental e já está aprovado que no dia de amanhã vamos fazer a visita ao presídio. Agradeço ao Sr. Secretário a participação, Demóstenes Torres, e necessitamos que o senhor deixe aqui na Comissão aquela relação das obras que o senhor nos havia garantido ter em mão.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Em relação ao presídio regional, amanhã, quando os senhores forem à agência prisional, o Dr. Rodrigo passará toda a documentação de que os senhores necessitarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Quero passar a V.Exa. um questionário que a Comissão apresenta a cada um dos depoentes, de forma que o senhor possa colocar nesse questionário principalmente na resposta eletrônica, no disquete, ou no CD-ROM, exatamente essas informações



complementares que possam ter fugido da lembrança do senhor nesse momento atual. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - Qual o prazo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Quinze dias.

O SR. DEMÓSTENES LÁZARO XAVIER TORRES - O.k. Muito grato. Fico feliz de ter comparecido. O que o senhor precisar do Estado, na nossa área, o senhor fique inteiramente à vontade. Amanhã, o Dr. Rodrigo, que é o Presidente da Agência, o receberá e o acompanhará em tudo o que o senhor precisar na obra paralisada, infelizmente, do Presídio Regional de Goiânia. Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Muito obrigado. Convidamos agora o Dr. Silvio Bezerra da Costa, Gerente de Patrimônio da União. Dr. Silvio Bezerra da Costa, o senhor tem 10 minutos para discorrer perante os membros da nossa CPI sobre o assunto afeito ao cargo e à ação que o senhor executa junto ao Governo Federal.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Primeiramente, preciso fazer uma colocação a respeito da Secretaria do Patrimônio da União. É uma secretaria especial, que tem no seu regime interno a finalidade de administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação. O patrimônio imobiliário da União implica terreno, imóvel e benfeitorias. Então, quando um órgão da administração direta ou indireta precisa de um imóvel para construção, ele recorre à Secretaria de Patrimônio da União, nas suas regionais, e nós, então, providenciamos junto ao Município ou a forma de aquisição esse terreno. Vamos colocar a nível de terrenos, porque interessa à Comissão obras. Então, nós, como cartório da União,



legalizamos a aquisição, a doação e, em seguida, entregamos esse terreno ao órgão que necessita. Vou citar um exemplo: a delegacia da Polícia Federal em Jataí, precisando, conseguimos com o Município um lote, legalizamos a doação desse lote, vai à Secretaria, à nossa Secretária, que autoriza a aceitação dessa doação, autoriza através de um termo de entrega à Polícia Federal, estou colocando como exemplo, e ela então licita a obra, repassa seus recursos, fiscaliza a sua execução. Então, a parte executiva da obra cabe ao órgão. A fiscalização é compatível com quem forneceu os recursos. A SPU, ela não é fiscalizadora, não é fiscalizadora, de aplicações de recursos em obras. Passada essa primeira fase do terreno, passada a fase da execução da obra, então entra novamente o patrimônio da União. Pega-se essa obra pronta e averba-se em cartório, sendo nós o cartório da União e junto ao cartório imobiliário. Após essa incorporação com as averbações dessa obra, fazemos nova entrega ao órgão e, aí sim, nós passamos a fiscalizar a utilização desse imóvel pelo órgão da administração direta ou indireta, se assim for cedido. Dependendo da sua má utilização, podemos retomar, porque no espaço de 2 anos nós voltamos a verificar como foi a utilização desse imóvel, dessa benfeitoria, se está atendendo às necessidades, se não há qualquer irregularidade como, por exemplo, colocação de lanchonete, colocações de agências bancárias, outro fim diferente daquele para o qual o objeto foi entregue. Então, depois de 2 anos, nós fazemos uma ratificação desse imóvel. Isso é uma forma de chegar o imóvel na União. A outra forma é por execução fiscal. Quando alguém, uma empresa, por algum motivo, sofreu uma execução, chega esse imóvel a nível de dação fiscal. Então nós a recebemos do jeito que chegou. Procuramos legalizá-la junto aos cartórios, junto aos órgãos competentes, e damos uma destinação ou alienamos, se



for o caso. Por muito tempo, a SPU controlava seus imóveis por um sistema chamado SPIU — Sistema Patrimonial Imobiliário da União. Esse sistema, ele está sendo substituído agora pelo que nós chamamos de SPIUNet. Estão sendo recadastrados a nível nacional todos os imóveis da União com a nossa meta de terminar este ano, quando eliminamos esse sistema SPIU e passaremos a utilizar SPIUNet, por ser mais gerencial. O sistema SPIU hoje não é gerencial, não é confiável. Nós temos dados hoje ainda infundados, e, por isso, então, essa administração da SPU desenvolveu esse **software**, esse programa que está servindo, inclusive, de modelo para Estados. Nós já colocamos à disposição, inclusive, do Município para que ele assim também, se for do conveniente dele, abrigar e adotar esse sistema de cadastramento de imóveis. Então, nós estamos fazendo como se fosse um peneiramento nesses dados. Nós estamos expurgando alguns dados que eram inconsistentes, porque realmente acontece isso, e estamos conhecendo, na realidade, qual é o patrimônio da União. Então, nós, nessa busca, encontramos também imóveis por extinção de órgãos. Cito o exemplo com a extinção da LBA. Falei, há pouco, então, que nós conseguimos esses imóveis através de dação, através de doação, através de extinção de órgãos. Por exemplo: a extinção da LBA. A LBA foi extinta como fundação, ela tinha o seu patrimônio próprio, a sua administração própria, como fundação, como autarquia. As autarquias também as têm, as fundações e autarquias. Então, com a extinção, aí, sim, o imóvel é incorporado ao patrimônio da União. Então, nós estamos procedendo essas incorporações. Encontramos problemas? Sim, porque nem sempre o patrimônio, a parte imobiliária é administrada como se deve. Mas nós recebemos isso como uma herança difícil. Então, o nobre Deputado pergunta: há obra inacabada? Existe.



Exatamente da LBA. Eu, pessoalmente, fiz as vistorias no Estado de Goiás, em vinte Municípios, faltam seis, mas graças a Deus encontramos uma única obra, um centro de convivência do idoso, no Município de Jataí. A LBA passou recursos para o Município e o Município não concluiu a obra, está inacabada. Mas como a nossa tarefa é incorporar esses imóveis, incorporamos, já estamos procurando uma definição para ter uma boa utilização desse imóvel. Há órgãos do Governo Federal, da administração direta, precisando de imóvel naquele local. E localizamos o TRT, que se interessou, e há interesse de ele concluir essa pequena obra, de trezentos e poucos metros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Em Jataí?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Em Jataí. Foi a única obra que nós temos, dentro do nosso acervo, que não está concluída.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Pois não, pela ordem, Deputado Norberto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de orientar o nosso convidado que a CPI não é só de obras inacabadas. Ela é de bens patrimoniais, todos os bens da União, obras com suspeita de irregularidades, obras inacabadas e bens de patrimônio. Então, nós estamos discutindo os bens de patrimônio da União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Rosado) - Muito obrigado, Deputado Norberto. Foi muito bem lembrado esse assunto. E, depois, a gente está também nos atendo, ou pelo menos através da imprensa, às obras que estão paralisadas, inacabadas. Na verdade, a Comissão de Inquérito tem o objetivo de investigar as possíveis irregularidades atentatórias aos princípios constitucionais da



legalidade, da moralidade administrativa e da economicidade das obras iniciadas e não concluídas. Tudo o que está em andamento, com recursos do Governo Federal, é objeto de investigação desta Comissão. E, complementando o objetivo, estão incluídos aí os bens imóveis que não estão sendo utilizados ou estão sendo utilizados inadequadamente pela administração federal. E, aí, Dr. Silvio, reside exatamente a grande contribuição que nós esperamos que o senhor dê à Comissão. Naturalmente, esperar uma grande contribuição não significa dizer que nós esperamos que o senhor diga que existem muitos imóveis utilizados inadequadamente ou que não estão sendo utilizados, e, sim, que o senhor, no exercício do seu trabalho, procurando fazê-lo com o zelo maior possível, tenha detectado algum imóvel da União que não está sendo utilizado adequadamente, e, aí, possa esta Comissão, a partir da informação de V.Sa., tomar as medidas legais, cabíveis, importantes, para as quais a Comissão foi criada. Passo a Presidência novamente ao Deputado Damião Feliciano.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Eu digo que nós estamos satisfeitos, tranqüilos, com essa atribuição a que o senhor se referiu. Cito como exemplo o caso de um prédio do ex-INAMPS, que, com a extinção do INAMPS, nós tivemos que incorporar um prédio de quinze pavimentos ali na Rua 82 com a 83, onde estavam, desde sindicatos, desde associações, Secretarias, escritórios do Estado, no próprio federal, no próprio nacional. E nós tínhamos órgãos da administração direta pagando aluguel. Então, como depois nós verificamos que a Secretaria de Saúde do Estado abrigava-se naquele prédio simplesmente para atividades administrativas, nós acionamos, primeiramente, através de conversas, de reuniões, mas precisamos chegar até a solicitar a reintegração de posse, que é uma das nossas atividades



regimentais também. E nós conseguimos desabrigar essas instituições. Em compensação, colocaram ali, em três pavimentos, a Advocacia-Geral da União, a FUNASA — Fundação Nacional de Saúde, agora o núcleo do Ministério da Saúde e a própria GRPU, a nossa gerência. Então, esse cuidado, Sr. Deputado, nós temos até facilitado pela quantidade de imóveis, que não é tão grandes no Estado de Goiás. E esse recadastramento que estamos fazendo nos deixa satisfeitos por não encontrarmos nenhum imóvel subutilizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dr. Silvio, só ratificando a informação. Então, o senhor não tem conhecimento da existência de nenhum imóvel de propriedade da União ou da administração indireta federal que esteja abandonado, inutilizado ou utilizado inadequadamente, com a única exceção daquela construção inacabada, Centro de Convivência de Idosos, no Município de Jataí, que já foi repassado, está sendo para a administração do...

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - TRT.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - TRT. Obrigado.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Então, nós ratificamos essas informações que colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Silvio, gostaria de saber quantos imóveis que a União tem em Goiás.



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Como disse agora, estamos completando o recadastramento. A nossa meta é até o final do ano, quando eliminaremos o sistema SPIU, e entraremos no SPIUNet. O SPIUNet, que vai ficar, inclusive, na Internet, com acesso para todos os brasileiros. Logicamente, dentro de dados técnicos que ficarão conosco. Então, até dezembro teremos a migração desse sistema para o outro. Então, no sistema falho, no SPIU, temos — como nossa Gerência é Goiás e Tocantins — no sistema 632 imóveis, mas esse é um dado não consistente. Nós estamos hoje com praticamente 90% dos imóveis já vistoriados, vistoriados, não migrados, vistoriados. E aqui no Estado de Goiás contamos com 258 imóveis até o momento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existe algum imóvel na mão de terceiros, invadido na mão de terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Existe, sim senhor. Existe na faixa de 92 imóveis. Mas desses 92 imóveis, por exemplo, lá em Jaraguá, são casos muito típicos, em Jaraguá houve uma execução fiscal, na qual vieram para a União 36 pessoas que já ocupavam uma área no centro da cidade. Então, esse é um processo difícil de legalização. A União recebe esse imóvel complicado. E para nós relegalizarmos, já estamos trabalhando nisso. Já existe um recadastramento, mas o senhor sabe, a realidade. Quando você faz um recadastramento hoje, quando chega amanhã, ele já vendeu para um segundo, vendeu para um terceiro e começa tudo de novo. Então, nós estamos concluindo esse trabalho em Jaraguá, como aconteceu também, não é na área de vocês, mas em Tocantins, que é a minha área também, quando a aeronáutica cedeu um pedacinho do aeroporto para passar uma estrada, de imediato naquele pequeno triângulo se alojaram 397 pessoas. Então, há esses



complicadores na legalização dos imóveis da União. Agora, repito, aqueles nos quais nós fazemos aquisição através de doação para fazer entrega a órgãos federais para construção de obras, esses nós não trazemos problemas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não. Então vamos repetir simplesmente. Nós temos em Goiás 258 imóveis, é isso?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Invasões?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Noventa e dois.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Noventa e dois invasões. Na mão de terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Na mão de terceiros.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Uso inadequado, não é?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Invasões.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Pois é, então estão com uso inadequado.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Exatamente, nesse sentido sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Então nós temos alguns problemas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então nós temos 92 imóveis invasões com uso inadequado em Goiás. É isso? Bom, quantos estão sendo paga taxa de uso de ocupação?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Desses, todos. Todos estão cadastrados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Estão pagando a taxa?



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Estão inadimplentes, mas há...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então não estão pagando a taxa, estão inadimplentes.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Alguns estão inadimplentes.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Alguns?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Alguns estão inadimplentes. E para isso há uma cobrança muito firme da SPU ao ponto que ainda vamos, acho que mais um mês, um mês e meio, levar todos a nível da Procuradoria da Fazenda Nacional. Inclusive aquelas outros que também estão inadimplentes no Tocantins. É por orientação e cobrança do órgão central nosso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os antigos prédios que eram do INAMPS, do IAPAS, na Avenida Goiás, continuam com a União ou já foram cedidos por ele?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, esse foi para o INSS.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - INSS?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - É. Esse, o INSS ainda existe e está ocupando lá.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está ocupando todos?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - É. E os imóveis do INSS, por ser uma estrutura especial, ela administra seus imóveis. Isso aí o senhor vai ter que perguntar para o INSS.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Certo.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não é conosco.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não é com vocês? Da Fundação Nacional de Saúde é com vocês?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - É conosco, porque o imóvel é da União. Agora os imóveis específicos da Fundação Nacional de Saúde é com a Fundação Nacional de Saúde. O patrimônio da União administra o que é aplicado à administração direta e aquele que vem por dação, por execução fiscal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A União não tem nenhum galpão da antiga CIBRAZEM hoje que está na mão do patrimônio?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, Deputado, porque o CIBRAZEM é empresa, empresa exige a sua administração patrimonial.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas foi terminada? Hoje vocês não examinam a CIBRAZEM?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Qual foi o órgão que substituiu a CIBRAZEM? A CONAB. Então a CONAB assume os imóveis da CIBRAZEM. Está certo? Nós somos imóveis da União, da administração que cuida dos imóveis que estão a serviço público dos órgãos da administração direta. De fundação podemos fazer cessão a essas fundações, mas a fundação, todas as hierarquias que têm seu patrimônio próprio, a sua administração patrimonial.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Aquela obra inacabada da LBA que está hoje em Jataí, que está sendo passada para a 18º Regional do TRT de Goiás, já assinaram esse convênio? Parece-me que esse convênio está há muito tempo parado em Brasília.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, não tem muito tempo. Isso não tem 20 dias — não tem 20 dias — afirmo para o senhor.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Gostaria que o Ricardo pudesse pegar o fax para mim, porque estou acompanhando esse processo há mais de 60 dias.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Esse?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não acredito. Desculpe a forma que eu coloquei, porque fui eu que remeti esse processo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixa eu explicar para o senhor: esse processo já retornou favorável. Quero saber se foi retornado com a definição.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, ainda ontem conversei com o nosso órgão central com a gerência que cuida de próprios nacionais. Na medida em que nós incorporamos ele passa ser um próprio nacional, então temos uma gerência específica para essa área. E eu consultei e a informação é que já estava todo prontinho, faltava só a liberação da senhora Secretária.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu estive ontem na Secretaria, no 2º andar, no Bloco C, vi Sr. Presidente, para ver o problema dessa obra inacabada em Jataí. Eu queria conferir se estava passando para a 18ª Regional. Eu não pude falar com a Secretária. Falei com o Ministro, falei tudo, mas não pude falar com a Secretária, nem com a secretária da Secretária para dar uma informação, mas me informaram — gostaria que colocasse isso na CPI — que ficou de vir para a Regional daqui de Goiás até hoje. Hoje, o máximo dois dias demorava o malote. Então, eu gostaria, depois, que o Superintendente me desse informação melhor para a CPI se esse prédio já foi passado para o 18ª. Porque não pode, a 18ª Regional do Ministério do Trabalho pagando aluguel, e nós temos prédio lá da LBA abandonado,



com recurso do povo, abandonado. E se demora nem informação nós não conseguimos — nem informação. É importante que nós possamos dar uma definição final. Então, eu gostaria, eu não tenho nada a ver com 18ª, eu queria saber porque houve uma denúncia sobre esse prédio abandonado lá em Jataí e eu quis acompanhar. Quando eu fiquei sabendo que ia para 18ª Regional do Ministério do Trabalho, eu fui tomar informação. Só que essa informação, infelizmente, eu recebi de uma porteira do prédio, nem foi da secretária da secretária da secretária não foi, está certo?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Ontem, eu tive do nosso gerente que já tinha sido analisado e estavam de acordo, foi bem instruído o processo e estava no seu trâmite normal para autorização da Sra. Secretária. Ontem que eu tive essa informação, mas não têm vinte dias, Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixa eu fazer uma pergunta ao senhor. Sobre o prédio da SUTEGO, antiga SUDECO, da Avenida Portugal,...

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Da SUDECO. Sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... que dá no Ministério, foi passado para o Tribunal Regional do Trabalho?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Veja bem. Os órgãos da administração direta, eles não têm personalidade jurídica para registrar o imóvel. O imóvel fica em nome da União. Se o órgão é da administração direta, nós fazemos entrega. Entregamos, porque esse é o termo técnico: entrega do imóvel à instituição, ao órgão. Então, isso já foi feito há muito tempo e depois fazemos uma entrega provisória para ver como o órgão se manifesta ou se ocupa, como ele vai fazer isso em dois anos. É o prazo que nós damos para ele se adaptar. Às vezes, o órgão



precisa fazer adaptações. Então, nós fazemos acompanhamento e, depois de dois anos, nós ratificamos, ou não, aquela entrega. Então, eu afirmo para o senhor que também já foi ratificada. Quer dizer, aquilo está entregue até que o TRT faça mal uso do imóvel para nós retomarmos e darmos uma outra destinação mais digna, se for o caso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Edifício-sede da LBA na Avenida Anhanguera, em frente ao instituto. Ele teve essa destinação também?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Aquele ali no Setor Universitário?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Esse imóvel está sendo incorporado, como todos os outros, são mais de 76 imóveis. Vamos analisar, sentar junto com os Municípios e com o Ministério da Previdência e Assistência Social para vermos a utilização que se pretende fazer ao imóvel. Aqueles, já existe um parecer, nós estamos seguindo parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que nos recomenda que aqueles imóveis que estão afetos às atividades devem ser entregues ou cedidos a quem estiver administrando. No caso específico daquele prédio, vamos precisar administrar a situação, mas logo após a incorporação que deve acabar até o final de setembro. É a nossa previsão. Até o final de setembro incorporarmos todos os imóveis da LBA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, setenta e seis imóveis da LBA, esses estão fora dos 258?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, porque no sistema ele já entrou para nós. Por lei, ele já entrou. Quando eu falo a incorporação, é a parte processual.



Ir a cartório, trazer, registrar, mas como patrimônio já está conosco, já está incluso aí. São 49 aqui no Estado de Goiás e o restante no Tocantins.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor. Existe alguma propriedade que hoje ainda está na Justiça, que receberam por dívida e está sendo ocupado por terceiro?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não entendi.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existe — nós encontramos muito no Sul isso. Muitas empresas antigamente entregavam por dívida alguns imóveis: galerias, **shopping** até encontramos, hotéis. E, depois, fica ainda entrando na Justiça para poder segurar esse imóvel, mas está à disposição da União já. Aqui temos?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não. No caso de Goiás, nós não recebemos. Inclusive são muito poucos. Esses que eu lhe falei de Jaraguá é coisa muito antiga. Só recentemente nós recebemos um imóvel por execução fiscal na cidade de Itaberaí, uma propriedade, uma fazenda, que está encravada numa área maior e veio com erro técnico e nós já mandamos corrigir a nível cartorial e já estamos procurando uma destinação para esse imóvel. Já conversei com a escola, com a CEFET, centro, que era a escola técnica antiga, para ver se há interesse naquela pequena área. Se não me falha a memória são 4.8 hectares, alqueires. Então, ela se interessou muito e ficou de visitar. Nós ofertamos os imóveis que chegam desse jeito aos órgãos da administração direta. Se eles não se interessarem, nós fazemos mais uma análise da vocação daquele imóvel. Se vai ficar na União, ou não. Então, nós, Gerência, sugerimos ao nosso órgão central uma alienação, uma doação, o que quer que for mais correto, mais vocacional para



aquele imóvel. Então, nesse caso estamos no primeiro passo. Isso já existe há três meses. Então, é um processo que está bem administrado também. É o único caso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria de agradecer, mas gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, que são 258 imóveis no Estado de Goiás, 92 usados por terceiros, 92 pessoas estão usando imóveis da União, algumas com inadimplência, com taxa de ocupação com inadimplência, outros com pagamento em dia. Mas gostaria de registrar sobre isso. E gostaria de registrar também que o prédio, a obra inacabada de Jataí, do antigo prédio da LBA, que nós recebemos e-mail, tudo, denúncia, ela já foi transferida para a Justiça do Trabalho da 18ª Região. O processo foi formado em 96.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Vamos começar de novo?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O processo foi formado em 96.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Do?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - De Jataí.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sim. Em 96, eu tenho o número dele barra 96.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Só um minuto. Com licença.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ele foi e voltou. O senhor pode até ter conhecimento disso, mas em 96 que começou a formar o processo de doação hoje do terreno de Jataí.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Permita-me um esclarecimento. Esse processo é o original da LBA. Esse processo tem essa idade, essa data, porque é o da LBA. Um processo, processo, capa de processo, primeira página, isso data de



96. É processo de LBA. Nós incorporamos, para o senhor ter uma idéia, nós incorporamos esse imóvel não tem um mês.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, eu vou explicar para o senhor o que está faltando. É que esse imóvel é o seguinte: o terreno era do Município e o prédio da LBA. Não, o terreno da LBA e o prédio do Município.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, eu explico para o senhor. Quando a LBA ia fazer uma construção, fazia um convênio com o Município. O Município entrava com o terreno e a LBA repassava o recurso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - E em contrapartida a doação era para LBA, do terreno. Como a execução física também era recurso de LBA, o imóvel como um todo, terreno e benfeitoria, era um bem da LBA. Então, esse processo de LBA é de 96. Com a extinção da LBA, levaram-se esses anos todos até a Procuradoria da Fazenda Nacional definir que os imóveis da LBA deveriam ser incorporados ao patrimônio da União. Esse imóvel, eu afirmo para o senhor, foi incorporado recentemente e não têm vinte dias que ele se encontra no nosso órgão central, já com destinação para retomada dessas obras, após nós fazermos uma vistoria técnica, um laudo específico para aquela execução que, nós temos certeza, tem complicações administrativas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, é importante denunciar que a obra deu uma destinação final. É isso?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Exato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Já está na mão da Justiça do Trabalho?



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Saiu daqui para isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas a afirmação da secretária da Secretária em Brasília ontem a minha pessoa, a um membro desta Comissão, que já foi dada definição que viria aqui para Goiás a informação.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Então, está ótimo. O senhor pode passar para o Ricardo essa boa notícia, então, viu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Só isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Sr. Silvio, eu gostaria só de fazer dois questionamentos. Primeiro, o número dos imóveis da União. O senhor falou que o total aqui no Estado todo é de quanto?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Duzentos e cinqüenta e oito. É porque o senhor não estava no início, mas eu comentei que nós estávamos recadastrando em nível nacional todos os imóveis da União, porque os dados que nós tínhamos até então no nosso sistema antigo, no SPIU, ele era muito inconsistente, ele não representava a realidade. Então, nós estamos já hoje com quase noventa e poucos por cento do nosso recadastramento. Isso implica vistoria do imóvel **in loco**, a avaliação técnica feita por nossos engenheiros. Eu também sou arquiteto e costumo ir fazer essas vistorias. E hoje nós temos esse quantitativo. Então, a nossa expectativa é que varie no máximo mais uns trinta, quarenta imóveis, porque nós estamos recebendo dados também das fundações para compor todo o sistema imobiliário, as fundações e a administração direta. Então, esse número vai variar ainda um pouquinho, mas hoje ele é mais consistente do que o sistema antigo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria perguntar para o senhor o seguinte: desses 258, noventa e dois imóveis estão na mão de terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - São normalmente fazendas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Veja bem: eles estão na mão de terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - De terceiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Vamos dizer: o senhor sabe e deve saber naturalmente no cadastro o nome de todos os terceiros que estão ocupando os imóveis?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Esses cadastros nós temos no nosso sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - De todos os terceiros têm o nome?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Agora, deixa eu colocar um pouquinho mais assim também. O que nós temos... Como estamos resolvendo? Esses imóveis, pelo menos os 36 de Jaraguá, esses nós já vamos... está em fase também de decisão de venda desses imóveis, porque eles não têm vocação pública. E o ASTU(?), ela não é uma grande imobiliária. Esses imóveis, então, que não têm vocação ao serviço público, que é a primeira premissa do nosso Regimento Interno, nós devemos estar fazendo uma limpeza nesses imóveis, porque eles são residenciais, são lotes urbanos, são lotes que não têm vocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deixa eu só dar seqüência. Dos 92, trinta e seis são...



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Só de Jaraguá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - ... são de Jaraguá. Mas eles estão com terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Com terceiros. E uma escola municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E esses terceiros pagam?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Pagam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eles estão sob a forma de quê?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Eles estão na forma de ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - De foro?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não. Aí é de ocupante. Os foros são só no caso lá de Tocantins. O foro ele implica uma negociação. Por exemplo, lá no Tocantins nós preferimos, inclusive, fazer a remissão desses foros e vamos vender, que é uma sociedade muito pobre e também, da mesma forma, não tem vocação para o serviço público nenhum esse espaço. Então, nós estamos fazendo a desmobilização desse grande volume de imóveis pertencentes à União, sem vocação para o serviço público. Porque a Secretaria do Patrimônio administra os imóveis do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não, mas veja bem. Quero saber o seguinte: quantos são ocupados por terceiros?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Desses noventa e dois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Sim.



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Eu não vou ter o número exato agora para o senhor, mas em torno de uns setenta, mais ou menos. Os outros imóveis...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Setenta. O senhor sabe o nome desse, o senhor tem a referência de todos os que estão ocupando?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E quanto é que paga cada um por ano? Por exemplo, uma fazenda dessa que está sendo ocupada lá por terceiro, o senhor se lembra quanto é que ele está pagando por ano?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, fazenda... Nós temos esses lotes aí são lotes urbanos. Esse aí são 6% do valor do imóvel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Quem avalia o imóvel?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Nós, os nossos engenheiros aqui da ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Da sua Secretaria?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Avalia e paga 6% ao ano?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Ao ano. Isso é lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O senhor avalia mais ou menos quanto arrecada por ano a sua Secretaria aqui, a Gerência?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - De cabeça eu não tenho não, mas mensal vem esses valores para nós e é bem acompanhados. Isso aí tem no nosso órgão central também. Há um grande problema...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O senhor tem dois tipos de terceiro. Eles pagam a maneira de foro.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - De foro, de ocupação e aluguel. Há também casos, por exemplo, no nosso prédio, onde nós estamos instalados, há uma agência do Banco do Brasil. Então, eles pagam aluguel para nós daquilo ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E quem avalia também o valor do aluguel?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Somos nós. Nós temos engenheiros especializados, feito cursos, atualizadíssimos, no nosso órgão central e são peritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O senhor avalia que esses imóveis, eles são ocupados por um preço menor ou que seja assim posto em outras mãos ou então, na questão privada, teria possibilidade de aumentar essa arrecadação?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Eu afirmo para o senhor que não, porque a avaliação não é uma situação emotiva, ela é exclusivamente técnica. Para o senhor ter uma idéia, os nossos engenheiros, como eu também que sou arquiteto, nós fazemos curso para avaliação. E é impressionante como nós, fazendo nossas pesquisas, nós vamos depois em imobiliárias, vamos com corretores, vamos nos cadastros de Prefeitura, é o único que normalmente fica diferenciado um pouco são os cadastros municipais, mas até isso nós fazemos. Então, há todo um roteiro, todo um procedimento, toda uma postura do engenheiro ou do arquiteto para fazer uma avaliação. Ela não é emotiva. Então, eu afirmo para o senhor, pelo fato de nós termos dados concretos, pela característica dos nossos Estados, que são interioranos, então, nós temos a avaliação correta. É diferente. Não sei se o senhor



está querendo se referir ao caso do litoral, que aí eles não têm outros parâmetros. São outras coisas diferentes dos nossos de interior, que os nossos são realmente pesquisa imobiliária mais ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Como é que vocês avaliam o ocupante? O ocupante paga, isso é uma outra forma de pagar. Além de foro e aluguel, você disse que são três formas de pagar.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Isso, exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - É o ocupante que vocês chamam?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - É o ocupante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Como é que vocês avaliam o ocupante? Ele ocupa o terreno e aí depois vocês cobrar dele?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Exato. Nós emitimos o DARF e ele paga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O ocupante tem uma avaliação diferente do foro e do...

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - É pela condição, pela característica da forma como foi feita, vamos chamar, a ocupação. Então, por exemplo, até 87, nós fazíamos foro. A partir de agora, só ocupação — só ocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Depende de aluguel, o foro?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, aluguel é outra coisa. O foro é 0,5%...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Sim. Quero saber como vocês avaliam o ocupante? E o ocupante, como vocês avaliam?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - O imóvel. Nós não temos nada a ver com a pessoa, com a condição dele. Nós avaliamos o imóvel, o terreno, a benfeitoria. Nós avaliamos isso. E em cima desse valor é feita, então, essa contabilidade, que é técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O.k. Passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dr. Silvio Costa, primeiro agradecer as informações relevantes que o senhor está prestando aqui à Comissão. Agora, desses noventa e dois imóveis, alguns deles são ocupados por pessoas jurídicas?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Também.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Também?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Também.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dos noventa e dois somente trinta e seis, os de Jaraguá, são imóveis residenciais?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, senhor. Lá em Pires do Rio nós temos onze.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Residenciais também.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Residenciais.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Mais curiosidade agora. Como é que os trinta e seis de Jaraguá vieram para a mão da União? Através de uma execução fiscal?



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Execução fiscal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Houve alguma ação judicial para reintegrar a posse? Eles já vinham ocupado quando houve a execução fiscal?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - O senhor diz esse caso específico?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - De Jaraguá.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Quando a execução fiscal ocorreu, ele já estava. Era uma grande área de um empresário; que ele já mantinha aquelas pessoas ali. Ele já alugava para aquelas pessoas. Com a execução fiscal do grande comerciante, então, a União recebe aquilo. Quer dizer, é a nossa revelia. Então, nos cabe fazer esse cadastramento e continuar com... até darmos um fim, uma destinação para esse imóvel.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Não houve até agora nenhuma medida judicial com o objetivo de reintegração dessa posse?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, doutor, porque quando acontece isso, a execução fiscal é através da Procuradoria da Fazenda Nacional. É decisão final, já.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sim, é...

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Veja bem, é diferente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Mas eu quero saber o seguinte: reintegração de posse para a União. Ou seja, vocês conseguiram receber os imóveis, mas os imóveis estão ocupados.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Sim.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - E, aí, estando ocupado... A liquidez do imóvel, no caso de uma venda, no caso de um leilão, é muito diminuta, cria alguns problemas. Se houve alguma ação judicial no sentido de que União recebesse o imóvel desimpedido?

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Não, isso nem cabe a nós. Já vem pronto. Está certo?!

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - O.k. Obrigado.

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Quando há um período ainda de análise junto à Receita Federal e Procuradoria da Fazenda, às vezes o comerciante se propõe a pagar dívida através de bens. Quando há essa negociação, vem para o patrimônio da União avaliar, ver se aquilo vale realmente o que está sendo negociado. Coisa que normalmente já vem feito por um perito judicial. Mesmo assim é ouvido a nossa Regional. Eu particularmente já fui ao Município de Itumbiara com um aval, com um parecer técnico da perícia judicial dizendo que o imóvel valia "x"; eu cheguei à conclusão que valia "x" dividido por três. Então, recomendei à Procuradoria da Fazenda Nacional que não aceitasse aquilo. Mas execução fiscal já é diferente. Aí vem de cima abaixo. Nós recebemos o pepino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu gostaria de agradecer a presença de V.Sa., mas eu gostaria de entregar um questionário, que gostaria que se o senhor pudesse nos responder pelo meio magnético a algumas informações, para que pudesse ilustrar mais ainda... Preenchidas informações, os assuntos pertinentes a nossa CPI, a sua pasta...

O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Será entregue. Foi um prazer!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Muito obrigado.



O SR. SILVIO BEZERRA DA COSTA - Quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Num prazo de 15 dias, por gentileza. Nós vamos agora chamar mais um convidado, dizendo que nós vamos ter que suspender a nossa sessão daqui uns 45 minutos, porque nós temos audiência com S.Exa. o Governador do Estado, às 18 horas. Eu gostaria de convidar o Sr. José Olímpio Maia Neto, do 12º Distrito Rodoviário Federal, DNER, em Goiás. *(Pausa.)* Bom, diante do tempo, nós vamos solicitar ao Dr. Olímpio que nos fornecesse as respostas um pouco mais rápido, e também aos debatedores para fazerem as argüições mais diretas. Mas o senhor tem 10 minutos, Sr. Olímpio Maia Neto, para fazer as suas exposições iniciais.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Boa tarde a todos! Sr. Presidente da Comissão, o 12º Distrito tem sede aqui em Goiânia. Ele tem uma rede na faixa de 3.700 quilômetros e compreende o Estado de Goiás e o Distrito Federal. O 12º ele tem como rodovias principais as radiais 010, 020, 040, 050, 060, 070, 080; também as Rodovias 153, a Rodovia 452, Rodovia 414, Rodovia 364. Nós podemos destacar nessa rede do nosso 12º Distrito as condições... Ela tem mais ou menos 37% de condições boas, 34% de condições regulares e 29% de condições péssimas. Isso vem acontecendo em quase toda a rede nacional. Dentre das obras de grande importância que tem aqui no 12º Distrito, nós destacamos as obras estratégicas em que está em duplicação o trecho de Brasília-Anápolis; são 125,7 quilômetros em duplicação. O trecho da BR-153, entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, com 189 quilômetros. No trecho da BR-060 que o início da duplicação foi em 98, final de 98, nós estamos já com 63 quilômetros já duplicados dos 125, 126, aproximadamente. Quer dizer, o trecho já está com quase mais de 60% da obra já concluída e a sua



previsão é para julho do próximo ano. Nesse trecho, o valor dos contratos foi de 132 milhões, foram já gastos 84 milhões e restam ainda para conclusão da obra 47 milhões, 726 mil. No trecho da BR-153, de Aparecida de Goiânia até Itumbiara, tem 189,4 quilômetros. Esse também está dentro do plano estratégico do Governo; as obras estão com... São cinco lotes. Eles estão... Com exceção de apenas um lote, todos eles estão em andamento, e nós já estamos com 28 quilômetros concluídos, sendo que já foram consumidos 26 milhões de reais para um total da obra de 150 milhões de reais API. Deverá ter um reajuste devido ao índice inflacionário; que nesse aqui não está computado o reajuste desses valores. Bem, além dessas obras estratégicas em que é importante frisar essa duplicação de 126 quilômetros mais 189 quilômetros, nós temos ainda em andamento obras nos contornos, contorno de Anápolis; tem para iniciar o contorno de Goiânia. Nós estamos também iniciando a restauração da 452, e, além dessa obra, além da obra da 452, a BR também, iniciando a BR-070; e, em fase de paralisação, a BR-080. Encontra-se parada a obra 414, a BR-414. A BR-080 e a BR-070, que, apesar de não ter iniciado, ainda está com alguns probleminhas que devem ser sanados; e, logo em seguida, reiniciado. Bem, no trecho da BR-060, entre Anápolis, aliás, Brasília-Anápolis, o trecho compreendido dentro do Distrito Federal de 31,5 quilômetros, essa obra encontra-se paralisada devido a problemas de fiscalização do TCU, em que ele pediu para que fosse feita a remedição, e que foram refeitas já. As medições... Tinham sido feitas três medições no estado inicial e, em seguida, foi feita uma quarta medição, atendendo já à solicitação do TCU, em que foram levantados todos os serviços realmente já construídos nesse período. E estamos aguardando essa liberação para dar reinício a essa obra. Esse problema do TCU, quando foi feita essa fiscalização, o



DNER constituiu uma Comissão de reavaliação; constituiu também, contratou uma firma independente, a firma que se chamava ONA, em que foi feito um levantamento de todos os serviços até então executados. E esse relatório já foi encaminhado também ao TCU. O TCU, ainda não conformado, ainda solicitou ao Batalhão de Engenharia, Batalhão de Engenharia Rodoviária do Exército que fizesse uma nova verificação, que está sendo executada e está na fase final de execução. Essa BR-060, duplicação dentro do Distrito Federal, essa que estou me referindo em que aconteceu esse problema com a fiscalização do TCU e que foi feito esse levantamento e que, depois, o DNER já providenciou uma firma independente; foi fiscalizado, foi revisto, formou a Comissão e nova Comissão foi formada com o Batalhão do Exército. Agora, as obras que se encontram paralisadas... Ressaltamos ainda a BR-414. A BR-414 ela liga a parte não pavimentada, Cocalzinho até Niquelândia. Uma parte já foi liberada, mais de 52 quilômetros foi do primeiro trecho, e o restante do trecho, aproximadamente de 170 quilômetros de Cocalzinho até Niquelândia, ele foi paralisado também pelo TCU em virtude de ter constatado, primeiro, a não-existência da licença ambiental, o que foi providenciado e hoje já se encontra liberado, e, também, a execução do projeto executivo, a aprovação do projeto executivo. Essa é uma obra delegada ao Estado de Goiás, que foi iniciada há bastante tempo e que hoje está dependendo, então, dessa aprovação pelo DNER desse processo executivo. A parte ambiental já está concluída e estamos aguardando, então, a análise e aprovação pelo DNER do projeto executivo para ela reiniciar as obras da BR-414. Bem, ainda sobre obras paralisadas, nós temos ainda a BR-080. A BR-080 é a ligação de Brasília com o Norte; então, no trecho específico entre Dois Irmãos e Barro Alto, 37 quilômetros foi o que ficou faltando para ser



pavimentado. Esse contrato está paralisado em função da inexistência de empenho para a conclusão da obra. E também o contrato, que é com a firma ENZA, ele não dá para concluir a obra. Esses 37 quilômetros, mesmo que sejam alocados todos os recursos destinados ao contrato, até que seja encerrado o valor que comporta esse contrato. Ele está na faixa de uns cinco milhões de reais. E o contrato, esses cinco milhões dariam para executar uns 14 quilômetros mais ou menos e restando ainda 25 quilômetros para serem concluídos. Esses 25 quilômetros deverão ser — posteriormente após a conclusão ou a entrega da obra —, deverão ser licitados ainda também pelo Estado, que é uma obra delegada ao Estado de Goiás. Bem, ainda na... Falei da 060, da 414, 070... A 070: nós temos dois trechos que estão em fase de iniciar a implantação definitiva, a pavimentação. O trecho de Cocalzinho e Itaguari, quase 99, quase 100 quilômetros, e o trecho de Aparecida de Rio Claro, Aragarças também, nessa faixa de 100 quilômetros, perfazendo 300 quilômetros. Nesse trecho inicial que eu citei, de Cocalzinho e Itaguari, existe uma ponte que foi construída. Isso há uns 40 anos atrás. Essa ponte ela talvez — não foi construída pelo DNER — tenha sido construída, não sei se pelo DER, há muitos anos. Então, ficou abandonada por esse tempo até que foi dado início ao novo projeto, e foi licitado. Está na fase já de divulgação dos resultados. E, provavelmente, deverá ser aproveitada nesse novo traçado. Talvez tenha que ser feito um reforço, porque, devido à época que ela foi calculada e que ela foi construída, mas possivelmente deverá ser aproveitado. Então, nesse trecho de Cocalzinho até Itaguari possivelmente deverão ser iniciadas ainda as obras este ano. De Aparecida do Rio Claro até Aragarças, esse trecho também era um trecho que pertencia ao Estado, obra delegada à AGETOP e que retornou ao DNER. Esse trecho foi também



fiscalizado pelo TCU. Ele fez algumas contestações com relação ao projeto. E o DNER... E exigiu que o DNER adequasse esse projeto às normas vigentes, o que foi feito. E deverá também ser iniciada ainda este ano. *(Pausa.)* Bem, aqui eu também chamo a atenção que houve agora a licitação e também já a conclusão da parte do Projeto CREMA, no Goiás. Na primeira licitação nacional, ela foi contemplada com 716 quilômetros de rodovia para ser restaurada e mantida nesse processo Crema. É um processo financiado pelo Banco Mundial, em que ele fica, transfere para a iniciativa privada, no período de cinco anos, e a empresa terá que cuidar da rodovia, com todos os detalhes, deixar em boas condições de tráfico, restaurando e conservando, sinalizando; e será como uma concessão sem pedágio. Isso aí, esse contrato do Crema deve estar iniciando agora no próximo mês de setembro. Bem, estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria agradecer a presença do Dr. Olimpio Maia Neto, fazendo referência que o Dr. Olimpio é paraibano e é meu conterrâneo, com muita satisfação e orgulho. Eu queria passar a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado, pedindo desculpas aos outros que vão, que são convidados, depois, do Dr. Olimpio. Nós vamos ter que suspender a sessão por uns 30, 40 minutos, porque nós temos uma audiência com o Governador do Estado, Dr. Marconi Perillo. Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Depois que o Deputado Damião Feliciano descobriu essa proximidade com o nosso convidado Dr. José Olimpio Maia Neto — Damião é de Campina Grande; eu já soube que José Olimpio é de Brejo do Cruz. E como ele é Maia, a minha avó era Maia também, eu devo ser parente do José Olimpio. Depois a gente descobre esse parentesco!



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Com certeza!

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Mas, pela declaração do senhor, Dr. José Olímpio, nós temos obras paralisadas no Estado de Goiás e no Distrito Federal. A 414, que me parece que monta também com a BR-060, a BR-80 e a BR-70. A 414, cerca de 170 quilômetros paralisados; a BR-80, 37 quilômetros paralisados; e a BR-70, uns trechos assim mais complicados que eu não consegui entender direito, mas, com certeza, o Deputado Norberto Teixeira, que conhece como a palma da mão esse chão do Estado de Goiás, que é seu, com certeza deverá pedir os esclarecimentos adicionais. Mas eu gostaria de perguntar ao senhor o seguinte: além dessas, Dr. José Olímpio, dessas que o senhor declarou, existem outras obras que estejam paralisadas ou estejam sendo executadas muito lentamente?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Existem. Nós ressaltamos a obra... Primeiro, o contorno noroeste de Goiânia não podemos dizer que foi paralisada, mas ela não foi iniciada. Porque era uma obra também delegada ao Estado, e, ao retornar para o DNER, o TCU também, na fiscalização, ele pediu que fosse justificado o aumento de custo do novo projeto, do projeto do Executivo — porque, quando a gente licita a obra, licita pelo projeto básico —, em virtude de ter, antes de iniciar a obra, já ter aumentado o custo, ele pediu a justificativa. Essa justificativa se prende ao fato de terem sido enquadradas as normas, e também de o serviço ter sido... outros serviços terem sido considerados em virtude de ser um perímetro urbano e do tempo em que decorreu a licitação e o início da obra. Esse tempo, então, a cidade já se aproximou, e as necessidades já tornaram-se outras; inclusive, com o aumento da quantidade de viadutos, a realocação do eixo, em virtude da rede



de alta tensão. E, com isso, o DNER já fez essa justificativa, e nós estamos aguardando ainda a liberação junto ao TCU. É uma obra que não foi iniciada. É uma obra de 50 quilômetros de extensão; obra muito importante para o perímetro urbano de Goiânia. Bem, nós chamamos a atenção também para o trecho de Goiânia a Rio Verde. Essa é uma obra de restauração; um trecho da BR-60. É um trecho de grande importância. Um trecho que atende a uma região altamente produtiva. E essa restauração foi iniciada... Vou dar uma olhada aqui. *(Pausa.)* Essa obra foi iniciada em 1995. Devido à escassez da locação de recursos, até hoje não foi concluída. E a firma encontra-se no trecho. Com pouca coisa seria até concluída essa licitação, essas obras de restauração. Eu repito: o trecho é de grande importância. O trecho ainda... Essa restauração é uma restauração fácil, porque o trecho ainda não foi deformado. O trecho é um trecho de grande importância. Essa restauração é uma restauração fácil, porque o trecho ainda não foi deformado. O trecho é um trecho relativamente bom; o pavimento. E aqui, para essa conclusão dessa obra, o trecho de Acreúna a Rio Verde necessitaria mais ou menos de 100 milhões de reais para a conclusão da obra, além de outras partes, outras menores parcelas no trecho entre Goiânia e Maripotaba, Goiânia e... são vários lotes: Goiânia a Maripotaba, Maripotaba a Acreúna e Acreúna a Rio Verde. São 3 lotes. É obra muito lenta. Eu acho que merecia um tratamento especial para que fosse concluída, devido à grande importância dessa obra. Agora, mais o que tem de paralisada? Não tem... Nós estamos iniciando agora a 452, e o problema também... O contorno Sudoeste também foi paralisado, mas já está em fase final, e a parte que está sendo é uma obra... O contorno Sudoeste de Goiânia é uma obra também delegada ao Estado de Goiás e que tem 29,47 quilômetros de extensão e que foi possível



executar somente 17,4, restando ainda 12,07 a ser concluídos. Esse contorno sudoeste também teve um problema com o TCU, mas também já está em fase ainda de averiguações. Foi um processo que foi para a Justiça Federal. Foram feitas já várias Comissões e deve estar já na fase final de concluir, de justificativa desses levantamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dr. José Olimpio Maia, o senhor falou em várias obras que haviam sido delegadas ao Governo Estadual e que terminaram voltando para responsabilidade do Governo Federal através do DNER.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Qual o motivo de essa obra ter voltado para a responsabilidade do DNER?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Bem, eu acho o seguinte. A obra delegada não é boa coisa para o DNER. A obra delegada eu acho que nem deveria existir, porque a DNER tem condições de fazer uma fiscalização mais eficiente. Todas as obras delegadas, de uma maneira geral, têm dado problemas com fiscalização do TCU, com o Ministério Público, de uma maneira geral. Então, algumas obras que estavam sendo delegadas e que depois retornaram ao DNER, a razão... não posso afirmar qual foi a razão, realmente. Mas eu considero positivo esse retorno, uma vez que o DNER, nas obras delegadas, tem se responsabilizado por uma fiscalização que ela não tem condições de executar a contento, porque o DNER, na obra delegada, não contrata a firma fiscalizadora — que, no caso, quando é obra feita depois da administração direta, o DNER terceiriza a fiscalização e



executa uma boa fiscalização. Então, todas essas obras delegadas, de uma maneira geral, têm dado problema para o DNER.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Quando o DNER recebe de volta uma obra delegada, o processo licitatório, provavelmente feito pelo Governo Estadual, é recebido também pelo DNER? É reajustado, é cancelado? Qual o procedimento do DNER?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - O DNER recebe o contrato com a firma, o contrato em vigor. Ele é... o projeto é feito já... ajustado o projeto, e continua vigorando o contrato como ele veio do órgão inicial, estadual.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira, lembrando que nós só temos mais 20 minutos, em função da audiência com o Governador.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu tenho uma notícia boa para o povo de Goiás. Uma obra que estava parada há muito tempo - e aliás, nem começou a iniciar — deu muita polêmica; uma obra importante inclusive para o meu Município e para Goiânia, que é o contorno. Nós temos 2 contornos: o contorno Noroeste e o contorno Sudoeste. O contorno Sudoeste é uma obra delegada do Governo do Estado, ligando a BR-060 à BR-153, que vai tirar quase todo o tráfego de caminhões pesados dentro de Goiânia. Está parada a obra por motivos de desapropriação no valor de quase 100 mil, 150 mil reais somente. Uma obra importante para o Estado, importante para o povo, importante para Goiânia e importante também para meu Município. Mas outra obra importante, que inclusive



está no questionamento do Tribunal de Contas da União, foi legalizada agora, já com ordem de serviço para reiniciar as obras a partir de hoje, 22/08, é o Contorno Sudoeste. Acabei de receber de nosso assessor do Tribunal de Contas da União, que está aqui presente. Quero agradecer a ele pela eficiência e pelo apoio que tem dado a esta CPI. O Marcos e o Roberto. E eu recebi isso; para mim é o maior presente que acho que vou ter — ligando esses contornos e trazendo uma solução melhor para Goiânia e para meu Município. Então, o Contorno Sudoeste foi legalizado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Deputado, eu gostaria que o senhor repetisse o contorno.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Contorno Noroeste. Recebemos hoje a decisão do Tribunal de Contas da União para retomar as obras e adequando os valores, tudo com a empreiteira, junto com o DNER. Então, está aqui a decisão do TCU, hoje, 22/08, que acabou de sair do Ministro-Relator, Dr. Walton Alencar Rodrigues. Inclusive, quero passar essa cópia ao Dr. José Olímpio para ele conhecer e voltar um sonho ao povo goiano, o povo do meu Município, para retomar essas obras.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Isso é muito importante, essa notícia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu gostaria, Dr. José Olímpio, que o senhor respondesse “sim” ou “não”. O nosso tempo está meio escasso. Eu tenho um questionamento para fazer sobre a BR-414.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A BR-414, ela é delegada ao Estado ou é uma obra que o próprio DNER está tocando?



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É obra delegada ao Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor não tem conhecimento sobre o problema de medição, sobre o problema também do EIA/RIMA, sobre o problema de valor de medições, nada?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - O problema do EIA/RIMA não existia, mas foi legalizado recentemente, porque o EIA/RIMA depende de audiência pública. Foi feita essa audiência pública, e posteriormente já foi concedida a licença ambiental. As medições são executadas pelo...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A 414, então, é totalmente delegada ao Estado?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Totalmente delegada ao Estado. Inclusive lembramos o seguinte: a 414 é a obra de Cocalzinho a Niquelândia. Já tem mais de 60 quilômetros executados. Ela está sendo pavimentada; e, agora, o trecho de Cocalzinho a Anápolis — são quase 70 quilômetros, 69 e um quebrado. Está sendo também delegada a obra de restauração desse trecho. Está sendo feito convênio com o Estado. Essa obra vai ser feita com recursos do BID e posteriormente ela será devolvida, será estadualizada. A 414 passará a ser rodovia estadual, juntamente com a 452.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas toda obra que foi executada lá foi pelo Governo do Estado?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Toda obra foi pelo Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor não tem conhecimento de medições, nada?!



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Ah, sim, tenho conhecimento. O DNER recebe as medições. A fiscalização do DNER é que é difícil de ser realizada, uma vez que toda a equipe é feita diretamente pelo Estado. É uma equipe de fiscalização, uma equipe muito grande que depende de topógrafos, de laboratórios, esse negócio todo, e nós não possuímos isso. É feita uma fiscalização simplesmente pelo engenheiro-residente. O engenheiro-residente tem outras atribuições, além de fiscalização de vários outros trechos. Ele também tem a parte burocrática, parte administrativa. Ele é uma pessoa só. Para fazer verificações da qualidade, da quantidade dos serviços que foram executados para uma obra delegada, é impossível. O DNER recebe, o DNER assina esses valores, e, no final, é responsabilizado pelo TCU quando há alguma irregularidade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, mas eu estou com um problema sobre o próprio TCU. Nós estamos no lote 2, Estaca 21/98 e Estaca 30/92. A quantidade medida de fatura foi 35,32 quilômetros e executada só foi 21 quilômetros. Depois, o lote 3, Estaca 30/92, Cocalzinho, a quantidade medida foi 22,44 e executada só 11,50. O senhor está a par de...

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Bem, eu estou a par que o TCU fez essas verificações. O processo que fez a verificação também; o TCU é muito rápido para fazer verificações. Ele demora pouco tempo. Ele fez em termos... Pelo menos, o último que eu vi foi termos proporcionais. Isso aí não é válido. Digamos, ele faz... Vou dar um exemplo: quanto é que tem de desmatamento no projeto. O projeto tem tantos mil de desmatamento. E quanto tem de obra pronta? Tem tantos quilômetros. Ele divide pela obra total, o total do desmatamento, e quando ele verifica que a obra,



vamos supor, tenha 10 quilômetros feitos e que esse valor está acima de projeto, ele considera que está irregular. Mas esse...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas já foi corrigido isso?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Acredito que sim. Já foi justificado, porque as coisas não são lineares. Você pode ter, digamos, um determinado serviço concentrado em determinado ponto, e outro ponto você ter quantidades bem menores do que realmente tem a média. E isso aí, o TCU, quando faz as suas verificações, ele passa para o DNER. O DNER, conseqüentemente, passa para a AGETOP, e normalmente é justificado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas deixa eu explicar para o senhor. Então, não houve danos ao Poder Público...

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Acredito que não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A situação já foi regularizada?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Especificamente, Deputado, eu não sei ainda se esse relatório já foi encaminhado e se já foi aprovado pelo TCU. Eu sei que o DNER recebe, o DNER convoca a AGETOP, e ele é esclarecido. E, logo em seguida, remete ao TCU, e eu não sei se já veio a resposta, se já foi liberado ou não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, a BR-060 no Município... na divisa de Brasília com o Estado de Goiás, Distrito Federal e Estado de Goiás, é uma obra que está parada.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, perfeitamente. Está parada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, é uma obra parada.



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É uma obra parada. É uma obra que, devido a essa paralisação, hoje já está dando para a União... Porque os serviços que foram executados. A não ser que não haja reconhecimento nem recebimento dos serviços que estão concluídos... Tem 16 quilômetros pavimentados e imprimados. Ele está exposto ao tempo, está sendo erodido, está sendo aos poucos danificado. Ao retornar, vai haver perda de serviço, vai ter que recompor todos esses serviços que estão paralisados há mais de ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a esta CPI. Como é uma obra muito perto de Brasília, é uma obra que é dentro do Distrito Federal, que é na divisa com Goiás, para que esta CPI pudesse visitar. Uma hora, duas horas de viagem, só ida e volta, para conhecer esse trecho que o nosso Superintendente do DNER está falando, que está trazendo, inclusive, prejuízo. Ele mesmo confirma que está trazendo prejuízo — é uma pessoa correta —, e que tem trazido um certo transtorno. É uma obra que está paralisada. Foi uma obra delegada ao Governo de Brasília, que vai trazer prejuízo para o Estado de Goiás também. É muito importante essa CPI visitar o trecho que está parado há quase um ano, mais ou menos, não é?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, já tem um ano de paralisação. E realmente o usuário não entende, porque era para estar concluída essa duplicação. Devido a esses transtornos, a obra foi paralisada. Eu acredito que podia ter tido outra solução de reter pagamento, qualquer outra coisa. Devia ter proposto uma idéia melhor, e isso deve ser concluído.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Porque, viu, Sr. Presidente, aquela obra precisa ser tomada providência, inclusive se a CPI entrar, até se for



preciso, porque não pode continuar... A duplicação entre Anápolis e Brasília está a todo vapor, a divisa, e tem esse trecho parado. Não sabemos qual é o motivo, mas gostaria que pudesse a CPI visitar esse local semana que vem, ou o dia que o senhor pudesse marcar, para conhecer essa realidade. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor também. A rodovia entre Goiânia e Anápolis, a BR-060, está ainda delegada ao Estado?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - A Goiânia-Anápolis, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não está delegada?!

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - A Goiânia-Anápolis foi delegada a sua... Aliás, ainda não foi recebida. Ela foi delegada, a sua duplicação, ao Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas o DNER não recebeu?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Até agora, até o presente momento, ainda não foi recebido.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, Sr. Presidente, o trecho entre Goiânia e Anápolis continua sob a responsabilidade do Estado. É isso?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não. Porque, quando é delegada, é delegada a duplicação. No caso, não foi nem feita a restauração. A restauração tinha um contrato antigo e, depois, foi rescindido esse contrato. A pista velha não foi restaurada, e a pista nova foi duplicada pelo Estado. Após essa duplicação, nós teríamos que receber a duplicação. A conserto, não. A conserto já é feita pelo próprio DNER.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, mas só a duplicação, "sim" ou "não": o DNER não recebeu a obra?



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não recebeu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, o DNER não recebeu a obra. Eu vou chegar ao tempo. Me parece que o secretário que é responsável por essa área está aqui. Eu gostaria de saber sobre a BR-060, de Goiânia a Anápolis, a duplicação. Então, está sob a responsabilidade do Estado. O DNER não recebeu a obra ainda. É uma obra que está dando problema, Sr. Presidente. Inclusive nós recebemos denúncia. A CPI recebeu, li o **e-mail** todo, sobre a situação da duplicação daqui para Anápolis. A pista está toda deformada. É uma obra nova, de pouco tempo, começou no Governo anterior e terminou no Governo anterior também. Parece que dois ou três Governos já vêm realizando essa obra, não é, Carlos? Acho que é dois Governos mais ou menos.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, a obra foi iniciada na época do Henrique Santillo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Henrique, depois passou para o outro Governo, depois passou ao último Governo.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - No Governo do Maguito é que foi inaugurado, em 98.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas ainda continua sob a responsabilidade do Estado e está tendo alguns defeitos na pista, que ainda é problema da obra. Então, eu gostaria de frisar que não é responsabilidade do DNER. O responsável continua o Governo do Estado. Para poder responder a denúncia que foi feita.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Eu quero informar também que houve uma certa contestação pelo Ministério Público. Que tinha alguns pontos críticos da



obra, não só de Goiânia a Anápolis, como também no perímetro urbano de Goiânia. E nós estamos licitando, para estudo e solução desse problema, um projeto para solucionar os problemas críticos da rodovia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A BR-070.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - A 070 é como eu falei. Ela tem esses dois trechos: Cocalzinho-Itaguari, que está em fase já de divulgação dos resultados da licitação; nós estamos também já licitando o EIA/RIMA e o projeto do Executivo. Ele foi licitado baseado no projeto básico e acredito que, ainda este ano, o primeiro lote entre Cocalzinho e Itaguari deverá ser iniciado. O segundo lote é Aparecida do Rio Claro-Aragarças. Esse também era uma obra que era delegada ao Estado e que retornou ao DNER. E, depois, esse projeto do Executivo que está adequando as normas vigentes, ele deverá ser também iniciado agora.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixe eu informar ao senhor. É uma obra que tem muitas.... Tem umas obras de arte paradas há vinte anos, não é?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Essa é uma ponte, que eu me referi. Essa ponte do Rio Pari foi construída há 40 anos atrás. Foi uma ponte que eu acho que deveria existir a intenção de construir a 070, até porque ela é realmente uma rodovia importante. Ela liga a Capital Federal a Cuiabá. Para quem vai para Cuiabá teria um percurso diminuído em mais de 100 quilômetros, de 100 a 200 quilômetros de distância, e que, eu não sei qual razão, na época não foi concluído esse projeto. A ponte foi construída e abandonada. Nesse novo projeto nós estamos tentando reaproveitá-la.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem uma fotografia dessa obra que possa fornecer para nós?



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Tenho sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor pode passar para nós agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu só queria pedir licença ao Dr. Olímpio, interrompendo as perguntas do Deputado Norberto Teixeira, porque nós estamos em cima da audiência do Governador. A gente pode suspender aqui esta sessão e voltarmos daqui a uns 40 minutos para cá, uma hora, então.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de passar para o senhor, antes de suspender a sessão, que juntasse à CPI essa obra inacabada de 40 anos hoje sobre o Rio Pari, no entroncamento da BR-153 e da BR-070.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Então, está suspensa a nossa sessão no intervalo de uma hora.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Nós queríamos pedir desculpas pelo atraso, mas não foi... Foi em função de compromissos outros com a audiência com o Governador. Vamos reiniciar os nossos trabalhos, para que nós possamos concluir. Estamos reiniciando os nossos trabalhos e vamos reiniciar onde nós paramos. O Deputado Norberto Teixeira estava argüindo o Dr. Olímpio. Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. José Olímpio, a BR-070. Eu estava questionando sobre as pontes. O senhor me passou uma fotografia mostrando uma ponte de 45 anos, que foi feita com recursos e está abandonada. Inclusive, está virando até mato em volta dela. Mas é uma rodovia importante. O que



está faltando na BR-070 de licitação e o que está faltando na BR-070 para terminar as obras, iniciar e terminar? Hoje ela está parada.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Hoje não está iniciada. Aliás, os trechos que faltam para concluir a rodovia são esses trechos de Cocalzinho a Itaguari e de Aparecida de Rio Claro a Aragarças, na faixa em torno de 200 quilômetros e que... O restante já está concluído. A 070, então, já está concluída de Brasília a Cocalzinho e, depois, interliga com a 414 e, a partir da 414, ela não tem ligação nenhuma com o restante da rodovia. Quando ela atinge Itaguari... Ela não tem acesso para Itaguari. Ele é feito numa rodovia estadual, passando por Jaraguá e, após Itaguari, até Itaberaí ela está concluída. São 25 quilômetros que foram construídos recentemente. Está para ser inaugurada, mas que está um trecho isolado por o indivíduo não ter essa ligação entre Cocalzinho e Itaguari. Após Itaberaí até Goiás ela está concluída e está a cargo do Estado. E de Goiás também tem um pequeno trecho nesse intervalo, entre Goiás e Aparecida, que falta ainda pavimentar, é pouca coisa, sete quilômetros, se não me engano; e a partir de Aparecida do Rio Claro até Aragarças estão para ser iniciadas também as obras. Acredito que todos os dois trechos, tanto de Cocalzinho a Itaguari, como Aparecida com Aragarças, ainda deverão ter início no corrente ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, na realidade a BR-070 são quantos quilômetros, total?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Eu tenho que verificar. *(Pausa.)* A 070 tem as seguintes divisões. Da divisa, dentro do Estado de Goiás, divisa do Distrito Federal com Goiás até Cocalzinho, onde está pavimentado, são 65 quilômetros. Esse está pavimentado; é uma rodovia de grande fluxo turístico. O pessoal... Dá



acesso a Pirenópolis e mais Corumbá; há muita movimentação no final de semana do pessoal que vem de Brasília. Em seguida, de Cocalzinho a Itaguari, são 99,5 quilômetros, de Itaguari a Itaberaí mais 25, de Goiás até Aparecida do Rio Claro 139,4, e Aparecida do Rio Claro até Aragarças, que é esse trecho que está para ser iniciado, 99,2. Teria que somar aqui para...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dá um total de quase 500 quilômetros?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É. Dá 65 mais 100, 165; com mais 25, 165; 180... 180 com mais 140, 420... É... 520 quilômetros aproximadamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quinhentos e vinte. Desses 520, quantos quilômetros têm prontos?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, resta praticamente somente esses 200 quilômetros que estão sendo... Deverá ser iniciado ainda este ano.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Duzentos quilômetros restante.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não. Tem entre, também, Goiás e Aparecida do Rio Claro tem um pedaço pequeno, acho que uns 7 quilômetros, também que ainda falta ser...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, 210 quilômetros.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, 210 quilômetros aproximadamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dos 210, já tem licitado 210 quilômetros restantes?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Duzentos quilômetros estão licitados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Obra delegada ou obra do DNER mesmo?



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não, a obra... A obra de Aparecida do Rio Claro a Aragarças tinha sido delegada mas retornou ao DNER. E a obra de Cocalzinho até Itaguari já é pelo DNER; está sendo licitada pelo DNER e está em fase de publicação de resultado da licitação.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, esses 210 quilômetros estão parados hoje, não tem obra?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não. Não tem obra. Por enquanto, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, Sr. Presidente, é uma rodovia importante, de 520 quilômetros; está faltando 210 para terminar; tem um trecho de 25 quilômetros que não vai a lado nenhum, a bem dizer, no meio.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É, Itaguari-Itaberaí.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É um trecho, a bem dizer, neutro da rodovia. Tem essa ponte que está há 45 anos parada, é uma obra importante para o Estado de Goiás, é importante interligação entre Mato Grosso, Goiás, Brasília, Distrito Federal. Não é isso?!

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Perfeitamente. É uma obra que... Hoje, quem sai de Brasília para ir para Cuiabá, deverá ter um encurtamento da distância na faixa de 200 quilômetros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não há motivo de investimento que foi feito nessa rodovia, se não continuar esses 210 quilômetros. Pelo contrário, a ponte vai continuar parada, abandonada; os 25 quilômetros que foram executados vão ficar parados, também. Mais uma obra inacabada. Nós precisamos, inclusive, brigar dentro do Orçamento para que essa obra tenha dinheiro, que possa continuar essa obra o mais rápido possível. Intervir, junto, inclusive, ao Ministério dos



Transportes, para que ela possa continuar e ser uma obra importante, não ser uma obra inacabada no Estado de Goiás. Eu gostaria de fazer uma apelo, Sr. Presidente: se for possível, nós pudermos amanhã, dentro da agenda de V.Exa., agenda da CPI, ir até visitar. É importante, se puder, dentro da CPI — gostaria de deixar esse apelo — junto com o Diretor do DNER, nós pudéssemos visitar essa obra de helicóptero ou de avião. Nós conseguirmos esse helicóptero, se for preciso. O Governador colocou à disposição nossa, para que nós pudéssemos visitar. Isso aí se for dentro do possível para poder conhecer esse trecho. Mas eu gostaria aqui... A BR-080 é uma obra delegada ou uma obra que está no nome do DNER?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Uma obra delegada. Aí é uma obra também de muita importância, a 080, porque ela está fazendo a ligação entre Brasília e o Norte e ela dá uma economia de distância na faixa de 150 quilômetros, ou mais. E que não está sendo utilizado atualmente por falta de concluir o trecho de 37 quilômetros entre Barro Alto e Dois Irmãos. Esse é um problema que eu acho que merecia atenção, porque o trecho não está tendo verba para ser empenhada; o contrato está paralisado há um ano por falta de empenho. E que ele, na faixa de 5 milhões, teria mais 14, dos 37 restantes; ele teria 14 quilômetros concluídos. E, logo em seguida, ele teria que restaurar... Restaurar, não; teria que licitar mais os 25 quilômetros para concluir essa obra. É uma ligação extremamente importante, porque liga Brasília ao Norte.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A BR-080 tem quantos quilômetros — total? A rodovia. Mais ou menos.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - A 080 entre a divisa do Distrito Federal e Padre Bernardo tem 51 quilômetros. E também ainda tem outra dentro da 080: a



divisa de Padre Bernardo até a divisa com Goiás ela é estadual. Está sendo, então, federalizado esse trecho; é um trecho de 55 quilômetros que está sendo federalizado. E o DNER está licitando o projeto já de adequação às novas normas, porque é uma rodovia antiga, com plataformas estreitas e que iria complementar esse trabalho da 080. Então, não temos aqui da divisa até Padre Bernardo 55 quilômetros, aproximadamente; de Padre Bernardo até Dois Irmãos 44 quilômetros — esse está pavimentado; de Dois Irmãos a Barro Alto, 37 quilômetros, que é o trecho crítico que nós referimos agora; e de Barro Alto até a BR-153, já próximo a Uruaçu, mais 34 quilômetros. Agora, ela está ainda, esse pedaço até o entroncamento com a BR-153, ele é de grande importância porque é, como eu falei, a ligação entre Brasília e o Norte. Prossegue ainda a BR-153; está sendo ainda obra delegada com o Estado, o trecho compreendido entre a rodovia BR-153 e São Miguel do Araguaia, esse em uma extensão total 170 quilômetros. Além do mais, poderá atingir Luís Alves, logo em seguida atingir Luís Alves. Esse trecho aqui de 170 quilômetros foi uma licitação iniciada pela AGETOP, recente, a que não se pôde dar continuidade porque o edital ultrapassou 150 milhões e teve depois que ser feita audiência pública, e parece que ia ser relançado esse edital para dar continuidade à BR 080. Mas não é o trecho mais importante. O trecho mais importante é, como eu falei, de Barro Alto a Dois Irmãos, são esses 37 quilômetros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, de Barro Alto a Dois Irmãos ainda faltam quantos quilômetros para terminar?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Trinta e sete quilômetros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Trinta e sete, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Sendo que...



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Na BR-080, no trecho mais importante estão faltando 37 quilômetros para terminar. Essa obra está licitada, os 37?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não, essa obra... O que aconteceu é que é uma obra delegada que, de Padre Bernardo até o entroncamento da BR-143, não foi possível concluir dentro dos contratos vigentes, porque o projeto inicial foi feito com plataformas estreitas, plataformas de 9 metros, sem acostamento, e, logo que foi iniciada, a obra foi adequada às normas do DNER, em que a plataforma passa para 12 metros, ou seja, 2,5 de acostamento para cada lado. Em vista disso, o contrato não foi suficiente para concluir a obra. Vão restar sem executar os 25 quilômetros, que têm que ser licitados, e isso aí deveria ser providenciado pela AGETOP.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, nesse contrato existe um outro contrato com a ENSA. Esse contrato está suspenso?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não, o contrato está em vigor. A ENSA está instalada, e está aguardando só a liberação de recursos para concluir mais 14 quilômetros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ela não tem questionamento no Tribunal de Contas da União?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não, a 080 não tem questionamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É uma obra importante, então?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É importantíssima a realização.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não tem dinheiro no Orçamento da União?



O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Tem. No Orçamento há a verba genérica do Estado de Goiás, não é? Então, é um dinheiro que poderá ser utilizado. Tanto que o Estado estava licitando o trecho entre BR-153 e São Miguel, pensando nessa verba do Estado de Goiás, em previsão orçamentária, que está na faixa de 10 a 11 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixe-me perguntar ao senhor: a BR-158 é obra delegada ou é obra do DNER?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É obra delegada. A BR-158 é a obra de...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Jataí-Piranhas.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Jataí-Piranhas, obra feita pelo Estado, que não foi concluída.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Já foi entregue? O DNER já recebeu essa obra?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não houve condição de recebimento da obra porque houve problemas de ordem construtiva, problema de pavimento, problemas... Logo depois que a obra foi concluída houve problema de erosões, problema de pavimento, uma série de outros problemas que foram relacionados pelo DNER e remetidos para a AGETOP, para que tomasse providência e reconstruísse os trechos que não havia condições de receber, para depois ser analisado e verificado seu recebimento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A BR-158 recebeu dinheiro para restauração, para tudo, dinheiro do Governo Federal?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Perfeitamente. Foi construção, não é?



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Construção?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Construção da rodovia.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Só que não foi recebida pelo DNER.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não foi porque, veja bem, houve esses problemas que aconteceram, problemas de ordem construtiva, problemas que o DNER, após inspeção — e também houve inspeção do Tribunal —, o DNER concluiu que não poderia receber ainda a rodovia com problemas que não deveriam existir.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, o DNER não recebeu.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não. Negativo. Não recebeu.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixe-me perguntar: e a AGETOP está recuperando o trecho?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Isso foi solicitado mais de uma vez, e reiterado, e estamos aguardando. A AGETOP, eu acredito, ainda não iniciou os trabalhos. Estamos aguardando. Não sei. Quem poderia responder melhor seria o presidente da AGETOP, que está aí presente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas é uma rodovia federal, continua sob...?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Continua.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Caem os problemas em cima do DNER, não é isso?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Em cima do DNER. Perfeitamente. É aquele negócio: toda obra delegada dá problema para o DNER, porque é uma obra



que, sempre que é fiscalizada pelo tribunal, acarreta problemas, questionados pelo Tribunal. O DNER não tem controle, porque não tem pessoal suficiente para exercer uma fiscalização de qualidade e mesmo de quantidade desses serviços executados, e no final ele recebe a obra delegada, mas não é delegada a responsabilidade. Fica a obra delegada ao Estado e a responsabilidade fica delegada ao DNER. O DNER é quem no final vai responder por todos os problemas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de colocar uma ressalva sobre a 158, uma obra que recebeu recursos da União, uma obra com recursos do Ministério do Transporte, uma obra que tem diversos problemas ao longo do seu trecho, com erosões. É uma obra considerada semi-acabada. Não houve a entrega ainda. Gostaria que a CPI pudesse analisar essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - É regimental. Esta Presidência acata a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. José Olimpio, com o patrimônio, hoje, do DNER, o que está sendo feito? Vai transformar-se hoje o DNER em agência. O senhor tem o levantamento de todo o patrimônio que existe no DNER? Porque vai pertencer a Tocantins, Brasília e Goiás.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - É. Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Esse patrimônio está no DNER, está invadido, está em comodato? Como está sendo feito?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - O patrimônio do DNER foi muito útil na época em que o DNER exercia funções sem serem obras terceirizadas. Nós estamos querendo... Antigamente existia um imóvel também no Tocantins, mas



retiramos o imóvel do Tocantins. E somente no Estado do Goiás nós temos 42 imóveis; 8 são não alienáveis, 4 parcialmente alienáveis e 30 totalmente alienáveis. Esses imóveis estão-se deteriorando, porque não poderão ser ocupados por terceiros, isso a lei não permite, e estão abandonados, invadidos e destruídos. Então, esses imóveis são um problema para o DNER hoje. O ideal seria que se desfizesse desses imóveis, porque não há necessidade mais. São acampamentos, são casas, casas de funcionários; isso é um problema sério para o DNER. O DNER não tem jeito de ceder para terceiros.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem a relação?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Tenho.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem a relação do que está invadindo, do que não está? O senhor pode ceder isso à CPI?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Eu tenho. Essa minha... Não, não tenho especificando aqui o que está com problemas. Tenho, sim, tenho aqui a metragem, só que nesta minha relação aqui ainda consta a relação do imóvel de Tocantins. Mas aqui tenho um resumo só de Goiás, aqui. O senhor gostaria de ficar com a relação?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria que determinasse ao depoente, José Olímpio, que pudesse dentro de 15 dias informar o que está invadido e o que não está invadido, e todos os imóveis do DNER aqui no Estado de Goiás. É uma lista grande. Vou receber essa lista, mas ele não sabe o que está aqui invadido e o que não está invadido, usado por terceiros. Então, acho que é importante recebermos para sabermos os imóveis que estão hoje invadidos também. É um patrimônio. O DNER tem um patrimônio. Está aqui a relação de todo



o patrimônio. Gostaria de passar para o senhor, Presidente, para que pudesse juntar à CPI. Eu gostaria de agradecer, da minha parte, ao Dr. José Olímpio pelas informações, e retorno a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria agradecer a presença ao Dr. José Olímpio, mormente pela prestação das declarações, e gostaria de passar às mãos dele um questionário para ser respondido, por gentileza, num prazo de 15 dias, se possível através de meio magnético, para que nós pudéssemos formalizar a questão no relatório final da nossa CPI.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradeço então ao Dr. Olímpio a sua presença. *(Pausa.)* Quero convidar o Sr. Carlos Rosemberg Gonçalves dos Reis, Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, AGETOP. *(Pausa.)* Eu queria passar a palavra ao Sr. Carlos Rosemberg para as declarações iniciais. V.Sa. tem o prazo de dez minutos.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Bem, inicialmente eu quero saudar o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Damião Feliciano, saudar o Deputado membro desta Comissão Carlos Alberto Rosado, o nobre Deputado Norberto Teixeira, também membro desta Comissão, saudar a todos os que participam desta sessão e dizer que para a gente é um prazer estar participando e prestar informações que possam colaborar com o andamento dos trabalhos desta Comissão, e estamos aqui para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. A AGETOP é a agência autárquica responsável por toda a parte de infra-estrutura do Estado, exceto a parte elétrica, a parte de saneamento e a parte habitacional. É uma instituição que conduz hoje basicamente oito programas



do Governo, todos voltados para a infra-estrutura — a parte de construção de rodovias, conservação de rodovias, a parte aeroportuária, principalmente a aeroportuária regional, programa de construção e ampliação e de prédios na parte civil, e também conduz um programa de saneamento básico para a população mais de baixa renda, com a construção de módulos sanitários, um programa basicamente feito com a Fundação Nacional de Saúde, em parceria, e também dois programas de apoio aos Municípios no que diz respeito à pavimentação urbana, e um outro de conservação de rodovias municipais. A agência é um órgão que está criado há pouco menos de dois anos; ela é resultado de uma reforma que o atual Governo fez. A Agência assumiu as atribuições do DERGO, que era o órgão rodoviário do Estado, que se responsabilizava pela construção e conservação da malha viária do Estado, e também das atribuições de uma empresa estatal, que era o Consórcio Rodoviário Intermunicipal, que era o órgão prestador de serviço, uma empresa prestadora de serviço tanto para o DERGO como para a Secretaria de Transportes, como outras Secretarias do Estado. Ela fazia, por administração direta, a conservação da malha pavimentada e da malha não-pavimentada do Estado, e também fazia a parte de construção de obras públicas. Com a liquidação do CRISA nessa reforma e a extinção do DERGO, o Governo criou essa Agência que hoje é o órgão responsável por essa parte estrutural do Estado. Atualmente nós temos algumas obras que são feitas por delegação do Governo Federal, outras feitas através de convênio com o Governo Federal. Basicamente, em termos de rodovias, o Superintendente do DNER em Goiás deixou aqui as ações que estão sendo desenvolvidas nessa modalidade, ou seja, a construção da BR-414, da BR-080 e do Contorno Sudoeste de Goiânia. Na parte rodoviária, são essas três as obras que estão sendo feitas, que



estão em andamento, obras que são construídas na medida em que há liberações de recursos por parte do Governo Federal. São construídas na modalidade... Como a maioria das obras que são feitas com recursos federais no País, na medida em que há empenhos anuais se constróem etapas da obra, e sempre se interrompe quando se esgotam os valores, o numerário empenhado para essas finalidades. Na parte de obras civis, há uma obra que está relacionada à construção da Casa de Prisão Provisória, que é uma obra que já foi concluída. Essa obra foi aditivada, e no seu bojo veio depois a construção do Hospital de Custódia, e posteriormente o novo Presídio Regional de Goiânia. As duas primeiras estão concluídas; a última está paralisada. Houve, inicialmente, em função de questionamento dos sucessivos aditamentos que essa obra teve no passado, aditivos que foram questionados pelo Ministério Público, embora fossem aditivos aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, até mesmo porque a obra foi licitada pela lei anterior, a Lei de Licitações anterior — a que está em vigor atualmente é a 8.666 —, e no entendimento do Tribunal era possível fazer aditivamento além dos 25% que a legislação atual estabelece. Posteriormente, houve liminar para a interrupção. Essa liminar foi suspensa. Era uma liminar dada em função de uma ação do Ministério Público Estadual, e posteriormente houve uma nova liminar por parte do Ministério Público Federal determinando a interrupção, ou conseguida pelo Ministério Público Federal, pedindo a paralisação da obra. Posteriormente a Agência recebeu a recomendação de que o contrato fosse anulado. Nós, então, interrompemos o contrato. Determinamos a rescisão do contrato, em vez de anular o contrato. Nós encaminhamos a rescisão, e esse contrato... A empresa está judicialmente argüindo seus direitos com relação a ele, mas a obra encontra-se paralisada. Das três obras



contidas no contrato, duas estão concluídas e uma está paralisada. E temos as obras relativas ao programas com a Fundação Nacional de Saúde.

(Intervenção inaudível.)

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não, essa é a Casa de Prisão Provisória. É uma obra civil, feita num convênio com o Ministério da Justiça. E temos uma obra que está em andamento normalmente, em convênio com a Fundação Nacional de Saúde, para a construção de **kits** sanitários. Portanto, na AGETOP, temos atualmente em andamento esses cinco contratos, uns através de obras delegadas, outros através de convênios. Por essa legislação, quanto à forma de estabelecer essas parcerias, elas são feitas na modalidade estabelecida pelo próprio Governo Federal. O Estado apenas segue o procedimento normal. Elas... As três rodoviárias, volto a dizer, estão interrompidas. São obras já mencionadas aqui no depoimento anterior, eu acho que até com muita propriedade, por parte do Superintendente do DNER no Estado. A da prisão provisória está interrompida em função desses problemas de natureza legal, que estão sendo questionados, e a dos **kits** sanitários está em pleno andamento. Então, acho que, **a priori**, a gente colocaria isso, e a gente poderia, então, aprofundar alguns detalhes que virtualmente o Superintendente José Olimpio não explicitou, para que a gente possa apresentar alguns esclarecimentos a mais. Aqui foi citado, no depoimento dele, algumas obras que anteriormente foram construídas por delegação e que se encontram com problemas, como é o caso da BR-158 e da BR-060, no trecho Goiânia-Anápolis. Da BR-158 nós fizemos uma solicitação junto à empresa construtora da obra. Ela foi entregue ao Governo. O recebimento dessa obra foi feito pelo Governo anterior ainda, e agora, em função de constatações de problemas na



obra, foi feita, por parte da AGETOP, uma ação junto à empresa para que ela faça os reparos necessários, com vista a uma ação junto ao DNER, para fazer a entrega da obra ao DNER. E com relação à BR-060 há também questionamentos, e a gente já buscou, de alguma forma, atender às exigências que o DNER faz com relação à obra. Também foi uma obra recebida da empresa construtora pelo Governo anterior, mas os procedimentos no sentido de que a empresa faça os reparos necessários ainda não têm a sua efetividade concluída. Então, eu acho que, basicamente, com relação àquilo que foi mencionado aqui e ao que está em andamento, seriam essas as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradecendo a participação, em relação ao seu depoimento, eu queria passar a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Rosemberg Reis, eu gostaria de fazer o seguinte questionamento aqui ao senhor: a BR-060 é uma obra delegada. Está a cargo da Secretaria ou da Agência que o senhor preside.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Exatamente. Ela foi construída pelo extinto DERGO ainda, não é? E, posteriormente, embora... Essa questão é uma questão um pouco confusa, porque, na verdade, quando houve a reforma administrativa, à AGETOP ficou apenas a responsabilidade, ficou apenas a competência de assumir as atribuições do extinto DERGO. As obrigações do DERGO ficaram sob a responsabilidade do Estado — a parte financeira, do Tesouro Estadual; a parte com relação a contencioso ficou sob a responsabilidade da Procuradoria de Justiça. Portanto, apenas aqueles contratos que eram de interesse



da AGETOP é que foram transferidos. Havia um procedimento na lei que instituiu o órgão, e, portanto, por esse procedimento, para transferir essas obrigações, haveria que submeter ao Conselho de Desestatização. Esse Conselho de Desestatização daria um parecer e, posteriormente, o Governador autorizaria. Esse procedimento, especificamente com relação a esta obra, não aconteceu. Portanto, ela é uma obra que, do ponto de vista legal, está sob a responsabilidade do Estado de Goiás, mas não diretamente da AGETOP. Na verdade, como ela é o órgão rodoviário, de uma certa forma essa obrigação acabaria, no futuro, caso essa estrada viesse a ser incorporada na malha estadual, de responsabilidade do órgão. Mas ela é uma rodovia federal e está nesse compasso de não ter sido... Ela foi construída, recebida pelo extinto DERGO e não foi entregue, devolvida ao DNER depois de construída.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Quem mede, quem faz a medição e quem paga é a AGETOP?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Atualmente, sim. Durante a construção dessa obra era o DERGO, o extinto DERGO.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Na BR-414, a despeito de uma tomada de contas especial que ela tem, os trechos dessa rodovia tiveram o custo por quilômetro de cerca de 343 mil reais; eu estou vendo outro trecho aqui por 333, depois vejo outro trecho por 351 mil reais por quilômetro; vejo outro trecho por 311 mil reais, outro por 390, outro por 351. Qual é a diferença entre essa estrada e a 060 que faz com que o preço do quilômetro da 060 seja tão grande, entendendo que, conforme eu consigo entender aqui no relatório do TCU, a 060 significa a duplicação da rodovia — portanto, uma mão a mais — e a recuperação do outro trecho?



O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olha, eu posso dizer de uma maneira genérica, porque eu não estava à frente do órgão durante a execução dessa obra, mas eu posso afirmar o seguinte: cada obra tem suas características. É claro que existem obras que passam por regiões mais acidentadas, por regiões com características de solo também diferentes, obras que exigem obras complementares — obras de arte etc. — também, mais em algumas, menos em outras. Há também a plataforma da obra; pode-se fazer uma obra com plataforma mais estreita ou uma obra com plataforma... Então, é claro que o que define o custo final da obra são as características que o projeto estabelece. Agora, com relação a essa comparação, especificamente, volto a dizer, eu não tenho, assim, dados mais objetivos, até mesmo porque essa obra que foi executada no Governo anterior é uma obra que não passou, particularmente, pela análise da AGETOP, até mesmo porque, volto a dizer, a AGETOP é um órgão novo; esse contrato não está sob responsabilidade direta do órgão. Ele poderá até vir, caso assim seja determinado pela Comissão de Desestatização. E eu acredito que é um questionamento até possível de ser analisado, para que esse comparativo possa trazer à superfície as diferenças de custos entre uma e outra obra.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Os números que eu tenho realmente permitem — obrigam, até — a indagação, não é? Se uma tinha o preço médio do quilômetro em torno de 300, 350 mil reais o quilômetro, essa tem 1 milhão, 123 mil. Um milhão! São 101 quilômetros de estrada, e o preço, no trecho mais barato, 876 mil; quer dizer, quase três vezes o preço da outra estrada. E por isso, naturalmente, é que o Tribunal de Contas deve ter determinado essa tomada de conta especial, para captar essas diferenças que o Sr. Relator apontou, e que



com certeza existem, não é? E o Tribunal de Contas deverá posicionar-se sobre a execução ou não da obra a partir dos valores que estão estabelecidos no contrato. Então, eu gostaria, Sr. Presidente, em face dessa discrepância de valores, que a Comissão pudesse aprofundar um pouco mais o estudo sobre isso aqui, inclusive visitando a obra para examiná-la **in loco** e solicitando aos órgãos competentes um parecer técnico, não só um parecer econômico, mas principalmente um parecer técnico que pudesse justificar tamanha discrepância de preço. Gostaria também, Sr. Diretor, de indagar a V.Sa. se é do seu conhecimento a existência de imóveis de propriedade da União ou de entidade de administração indireta que estão ligados ao órgão estadual que o senhor preside.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não, eu teria que fazer uma consulta à nossa área de patrimônio para responder esse questionamento. De memória não tenho nenhuma informação neste momento que possa contribuir, mas posso verificar e posteriormente oferecer à Comissão uma informação mais precisa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - O senhor tem uma relação das obras do Governo que têm recursos do Governo Federal — portanto, aí se incluem as delegadas do Governo Federal, como é o caso de várias estradas que foram já mencionadas durante esta nossa audiência — que estejam paralisadas, ou que estejam sendo executadas lentamente, ou que tenham denúncia de superfaturamento?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, eu tenho aqui. Foram essas que eu citei, mas eu posso preparar o documento formalmente.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Mas o senhor tem uma relação delas agora, aqui?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não, pronta eu não tenho. Pronta eu não tenho. Eu recebi este convite ontem. Eu estava em viagem ao interior; o fax chegou assim, muito... Na verdade, a gente tem um nível de atividade muito intenso; eu praticamente fui pego de surpresa com relação a este convite para participar dessa reunião. Mas, com certeza, nossa equipe pode preparar o mais rapidamente possível esse material e passá-lo à Comissão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - O nosso Presidente, ao final do depoimento de V.Sa., vai, naturalmente, passar-lhe um questionário aqui, para que possa ser preenchido pelo órgão que V.Exa. preside, com indagações semelhantes a essa, e essa indagação com certeza estará incluída no questionário que V.Sa. vai receber. Eu encerro as minhas perguntas por ora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, senhor membro da CPI, Dr. Carlos Rosemberg, Presidente da AGETOP, Agência Goiana de Transportes e Obras, é o senhor que está construindo o presídio de Goiânia?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É a AGETOP.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - AGETOP. O Secretário esteve inclusive aqui, hoje, e deixou uma notícia meio no ar de que havia irregularidades nos preços, de que havia denúncia de irregularidade no preço, e também de que a obra está paralisada. O que está acontecendo com a obra do presídio de Goiânia, no Município de Aparecida de Goiânia?



O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Por favor, o Secretário que...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Secretário de Segurança Pública esteve aqui, Dr. Demóstenes Torres. Ele disse que existe uma paralisação da obra pela Justiça por motivo do tamanho das celas, que hoje, não sei se o senhor sabe, foi liberado; a Justiça derrubou, já eliminou essa possibilidade. Inclusive, Sr. Presidente, esta CPI trouxe boas notícias para Goiás. A obra do presídio a Justiça liberou hoje; o Contorno Noroeste o Tribunal liberou hoje. Então, nós estamos indo bem. Estamos de parabéns. Estamos retornando diversas obras importantes, o que é importante. A Secretaria de Patrimônio fez a cessão do imóvel do 18º Regional do Trabalho em Jataí, hoje. Então, nós estamos trazendo muita alegria para o Estado. E hoje também a Justiça liberou a obra do presídio no Município de Aparecida de Goiânia, ao lado do CEPALGO. Só que o Secretário me alertou hoje que havia uma denúncia do Ministério Público Federal sobre irregularidade de preço também.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É. Na verdade, é o seguinte: essa é uma obra que foi licitada em, salvo engano, 1992, e foi iniciada numa fase posterior, com contrato inicial de 11 milhões, 650 mil reais, para construção da Casa de Prisão Provisória, que era a CPP. A lei de licitações que regeu essa contratação é a anterior à 8.666, que tinha características, do ponto de vista de procedimentos contratuais, diferentes da atual, que estabelece aditivos no máximo de 25%. Essa obra sofreu um primeiro aditivo de 12 milhões, 684 mil; ou seja, seu preço inicial era de 11 milhões, 655 mil, e ela teve um aditivo que fez o preço ir para 24 milhões, 340 mil reais, para a construção da Casa de Prisão Provisória. Posteriormente a esse contrato, foi feito um novo aditivo no valor de 4



milhões, 413 mil, para a construção do Hospital de Custódia, e posteriormente, ao mesmo contrato, um novo aditivo de 22 milhões, 294 mil para a construção do Presídio Regional. Isso aí totalizou, posteriormente, esse valor de... Isso aí totalizou posteriormente, quer dizer, um valor da obra, do contrato, de 51 milhões e 47 mil reais. Quando nós assumimos essa obra, ela estava sendo construída pelo antigo CRISA; posteriormente ela veio para a AGETOP. No início do Governo, antes de assumir a Presidência da AGETOP, eu presidia o Consórcio Rodoviário, e o contrato relativo... a obra relativa à construção da Casa de Prisão Provisória estava em andamento. Ela não estava construída; estava em andamento. Havia recursos transferidos do Ministério da Justiça, que é o órgão que fez o convênio com o Estado para execução dessa obra, que estavam creditados no Estado e que deveriam ser utilizados para pagar as medições dessa obra, que é uma obra contrata por preço unitário. E no primeiro momento nós buscamos, então, avaliar, porque nós não conhecíamos a situação, e em função da reivindicação do empresário que construía a obra, dizendo, afirmando que aquele dinheiro seria devolvido caso não fosse aplicado imediatamente, e já havia medições em andamento, nós mandamos então para a área jurídica, para fazer uma análise do contrato. Nessa análise jurídica verificou-se aí, nessa ocasião, que haviam sido feitos todos esses acréscimos, todos esses aditivos, que eram... que a lei permitia. De uma certa forma, isso acabou causando um nível de polêmica no primeiro momento, porque o que se imaginava era que se poderia no máximo aditar 25%; depois, posteriormente, chegou-se à conclusão de que se poderia fazer esses aditivos, porque a licitação tinha sido feita na lei anterior. Nós, então, com base no parecer jurídico do CRISA, fizemos uma repactuação com a empresa, na seguinte forma: pegamos a nossa tabela de preços



vigente no órgão, na época; atualizamos os valores unitários que estavam no contrato; a diferença entre os preços praticados pelo órgão na sua tabela de preço vigente e os preços que tinham sido contratados inicialmente; deu uma diferença de aproximadamente... uma diferença média de 23%, e nós propusemos à empresa a redução desse preço ou o enquadramento dele na nossa tabela de preços. Nessas circunstâncias, para não perder os recursos que eram necessários para conclusão dessa etapa da obra, então nós concordávamos em fazer essa repactuação e dar prosseguimento ao contrato. Eles concordaram com esse ajuste. Foi feito um aditivo, e o contrato então teve o seu prosseguimento normal, sendo concluída a obra da Casa de Prisão Provisória daí a alguns meses, e posteriormente o órgão recebeu a obra, e pronto, essa etapa ficou concluída. Posteriormente houve, em trabalhos mantidos pela Secretaria de Segurança Pública junto ao Ministério da Justiça, o empenho de novos recursos que acabaram sendo destinados para o Hospital de Custódia, que também já foi concluído, e posteriormente novos recursos para a construção da Casa de Prisão Provisória. Do ponto de vista técnico de que competia ao CRISA desenvolver essas tarefas, elas foram sendo feitas com base nos pareceres jurídicos e no interesse do Estado em desenvolver os trabalhos. Posteriormente, em função de... na medida em que esse contrato foi colocado para opinião pública, houve questionamento também por parte do Ministério Público Estadual, e posteriormente por parte do Ministério Público Federal, com relação a esse problema de aditivos. E, de uma certa forma, essas questões acabam provocando muita polêmica, e o Ministério Público, num determinado momento, conseguiu a liminar para que essa obra fosse paralisada. A empresa fez lá a sua defesa e conseguiu derrubar essa liminar, considerando que os recursos eram



federais e fugiam da competência do Ministério Público do Estado, e posteriormente o Ministério Público Federal também tomou as mesmas providências, e a obra teve mais vez a sua paralisação. O Ministério Público recomendou à AGETOP — e aí a obra já tinha sido... o contrato já tinha sido transferido para a AGETOP — recomendou à AGETOP que fizesse a anulação do contrato, o que, no entendimento da nossa assessoria, da nossa área jurídica, não seria possível; o contrato já tinha sido executado em grande parte, e nós, então, resolvemos rescindir o contrato, e fizemos a rescisão no estágio em que a obra estava, com a intenção, naturalmente, de fazer um novo procedimento licitatório para concluir a obra, que nós sabemos que é uma obra estratégica para a segurança dessa região metropolitana de Goiânia, de toda Goiânia. Só que a empresa também entrou de novo na Justiça no sentido de derrubar... de reivindicar o direito de manter o contrato, no entendimento da empresa de que o contrato estava dentro da legalidade. Então, esse processo andou até agora com a obra paralisada. O processo de rescisão foi feito pela AGETOP, e essa era a notícia que nós tínhamos até o momento em que V.Exa. presta essa nova informação com relação à...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixe-me fazer uma pergunta ao senhor: essa obra inicial, a licitação inicial, foi de qual valor?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Onze milhões, seiscentos e cinqüenta e cinco mil.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Transformou-se em que valor agora, em valores antigos?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Em 51 milhões, 047 mil.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Teve um ajuste de...?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Trezentos e trinta por cento, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Trezentos e trinta?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Exato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E foi considerado legal esse contrato?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, o contrato foi... todos os aditivos foram aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado. Nenhum desses aditivos foi feito na administração atual. Todos foram feitos na administração anterior.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sim, eu que sei que o senhor não era... não foi no Governo atual. Mas me deixe perguntar ao senhor: na sua opinião pessoal, o senhor acha que esse contrato está legal? Trezentos e trinta de aditivo?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - A nossa assessoria jurídica...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, não, na sua opinião pessoal. Eu o conheço, como engenheiro. Na sua opinião pessoal, o senhor acha que é legal licitar uma obra para um projeto, executar três projetos e aumentar 330?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olhe, do ponto de vista legal... Eu não sou jurista, eu sou engenheiro, e naturalmente temos duas posições com relação a algumas questões: uma é o aspecto legal, outra é o aspecto moral. O aspecto legal está consubstanciado num parecer jurídico, e pode ser



questionado esse parecer jurídico também, mas está feito e assinado por um advogado. Do ponto de vista moral, pode-se às vezes imaginar que o melhor talvez tivesse sido ter realizado licitações, na medida em que, embora tendo características muito semelhantes, ou seja, pode-se dizer que um presídio é uma obra que se destina à segurança pública, hospital de custódia também, casa de presídio regional também, mas de uma certa forma são objetos diferentes, e eu acho que acaba sendo um artifício que se agrega a um contrato para fugir de um processo licitatório. Então, eu imagino que é uma coisa que a opinião pública e as pessoas podem questionar, um procedimento dessa natureza.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar nesta CPI a obra do presídio. Ela teve um aditivo no valor de 330% do valor inicial do contrato e hoje ainda continua paralisada, não é isso?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Exato.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Paralisada. A obra de Três Barras, Dr. Carlos Rosemberg, é a AGETOP que está tocando?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - A obra de...?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - De irrigação de Flores e Três Barras.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não, não é a AGETOP. Essa obra é contratada pela Secretaria de Planejamento do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não existe um contrato com o Governador de que todas as obras sejam executadas pela AGETOP, menos SANEAGO e CELG?



O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, no decorrer... esse era um contrato que estava na Secretaria de Planejamento também quando o atual Governo assumiu, e naturalmente o Governo, no entendimento da administração, fez as suas exceções. Existem alguns outros órgãos do Estado que executam obras hoje. Há Secretarias que fazem algumas obras, pequenas obras principalmente. No caso especificamente dos projetos de irrigação, eles vinham sendo conduzidos na Secretaria de Planejamento pelo Governo anterior, e o Governo atual deu prosseguimento a essa forma de executar, tanto o projeto de Flores quanto o projeto Luís Alves.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E Três Barras também.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Eu acredito que Três Barras é Flores de Goiás.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, não. O projeto de irrigação de Três Barras é do Município de Cristalina, em Goiás; o projeto de irrigação de Flores de Goiás, no Município de Flores de Goiás.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não posso afirmar com precisão, mas eu acredito que sejam também... todos esses projetos de irrigação sejam da Secretaria.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os aterros sanitários também?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MAIA NETO - Não. Os aterros sanitários são da Secretaria de Meio Ambiente, e, salvo engano, são executados pela SANEAGO... Não, pela própria Secretaria de Desenvolvimento... Secretaria de Meio Ambiente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixe-me agora falar com o senhor sobre a rodovia BR-153, entre Goiânia e Anápolis, BR-060. Sei que não é do



Governo atual, o Governo... Isso vem de outros Governos, essa duplicação entre Goiânia e Anápolis. Existe uma polêmica muito grande, porque essa obra foi terminada há mais de cinco ou seis anos, e não foi repassada para o DNER essa rodovia ainda. O DNER não aceitou, não deu o atestado dessa obra; então, ela é considerada uma obra inacabada. Mas ela está tendo certos problemas, essa obra; está desmanchando entre o trecho Goiânia e Anápolis, criando, por sinal, um desgaste muito grande de caminhões. Pode ser por excesso de carga, mas também pode ser por motivo de base. Existem também diversos remendos, até mal feitos, dando depressão em veículos. E ela é simplesmente uma obra nova, uma duplicação nova, e está acabando. Do que a AGETOP tem conhecimento a respeito dessa obra entre Goiânia e Anápolis, uma duplicação tão necessária? Fora o que o Ministério Público impetrou para a adequação de trecho, para tirar os pontos críticos como o problema de água, fora isso; eu quero saber o problema da pista existente, que hoje, neste período, está desmanchando.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olhe, a bem da verdade, Deputado, o fato é que essa obra foi — eu estou repetindo essa informação — ela foi executada pelo Governo anterior, pelo DERGO, como obra delegada. O DERGO foi extinto; a AGETOP assumiu atribuições do DERGO, mas não assumiu as obrigações do DERGO, a não ser naqueles casos em que fosse de interesse da AGETOP assumir, por parecer de uma Comissão de Desestatização e autorização do Governador, num procedimento que foi estabelecido na lei que criou a AGETOP. Essa obra, esse trecho de estrada, embora, na prática, é uma informação até que chegou ao meu conhecimento agora, mais recentemente, embora ela não tenha sido passada, devolvida para o DNER, na verdade o DNER já



vem operando essa rodovia, ou seja, é uma rodovia em que o trabalho de conserva e de... Então, eu imagino até que, no caso, pendências dessa natureza precisem ser dirimidas. Acho que é importante, e eu conversava agora há pouco com o pessoal nosso que seria necessário a gente ajustar um procedimento para poder encerrar de vez isso, porque se o órgão executou a obra e há problemas, existe uma garantia civil, no contrato, de obrigações da empresa construtora, que se obriga a dar garantia de qualidade da obra por um determinado período. Se essa obra apresenta defeitos construtivos, é claro que a empresa precisa ser acionada. Agora, na atual circunstância, também já é uma obra que, se não foi devolvida do ponto de vista formal, informalmente o DNER já assumiu a operação dessa rodovia. Então, eu imagino até, quer dizer, agora já me vem a idéia de que talvez, para superar isso, seja importante buscar uma alternativa conjunta entre o Estado e o DNER, para que a gente possa ajustar um procedimento com relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, ela não foi... O DNER não deu ainda o atestado; ela continua como obra inacabada, não concluída, porque enquanto o DNER não a receber ela continua ainda como obra inacabada. Então, é importante isso, porque é uma rodovia importante, é um cartão postal de Goiânia, entre Goiânia e Anápolis, e é importante. Nunca se pode perder o que está sendo feito e o que foi feito nesse trecho. A BR-158, Jataí-Piranhas, é uma rodovia delegada ao Estado; também foi feita com recursos do Ministério dos Transportes, do DNER e do Governo do Estado, uma rodovia também executada pelo DERGO, o antigo DERGO, mas passada a viúva, cheia de filhos, à AGETOP. Qual a solução da 158, cheia de erosão, totalmente destruída? Está destruída totalmente. Embaixo, os



bueiros estão terminando, e é importante uma articulação entre AGETOP e DNER nessa rodovia, senão vai transformar-se numa obra fantasma.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olhe, essa obra, a AGETOP já acionou a empresa, porque o interesse da AGETOP, de certa forma, é resolver esses procedimentos legais; então, acionou a empresa para que possa corrigir os defeitos e ter condições de devolver essa obra. A empresa já está inclusive trabalhando no trecho, no sentido de dar as condições contratuais para a obra. Agora, a bem da verdade, o que acontece hoje? Aproveito a oportunidade para dizer o seguinte: com a extinção do Fundo Rodoviário Nacional e a falta de definição de uma fonte específica para obras rodoviárias, presenciamos a cada ano o grande problema que o País enfrenta nas rodovias federais, e isso acabou acontecendo com as rodovias estaduais e rodovias municipais pavimentadas. Na verdade, essa é uma das grandes discussões que encontramos no setor hoje, porque no passado havia recursos, houve uma preocupação com a construção. O País é rodoviário, mas, com a falta de definição de uma fonte específica para financiar a conservação desse grande patrimônio, nós passamos a presenciar isso que está acontecendo: buracos para todos os lugares. E acontecem muitas incongruências. Na verdade, acaba-se construindo rodovias novas e não se conservam as que já existem. Então, tinha-se que, pelo menos, conservar o patrimônio que já se tem, mas os governos, de uma maneira em geral, acabam sempre priorizando construir obras novas em vez de destinar recursos para a conservação de rodovias. Aqui em Goiás, como nós sabemos quem usa a rodovia, a gente tem que ajustar um procedimento dessa natureza, e temos buscado um diálogo com o Ministério dos Transportes nessa questão; inclusive temos até convênios já de delegação de rodovias federais para



conservação pelo Estado, porque acreditamos que nessas condições é possível dar-se uma agilidade ao processo de conservação das rodovias. E também nós criamos aqui, para fazer esse trabalho de conservação — porque Goiás passou a enfrentar o mesmo problema também —, criamos um Fundo de Transportes, e estamos aí fazendo a terceirização; abrimos o edital para terceirizar a conservação e deveremos contratar empresas durante três anos com contratos de trinta dias, doze meses por ano, para fazer esse trabalho de conservação. Acreditamos que, com isso, é possível, inclusive, receber rodovias federais para conservação no Estado de Goiás. E, com isso, saímos de um problema como a 158. Na verdade, o que consegui avaliar é que a 158, quando foi concluída...Quer dizer, o DERGO na época não fez a entrega da obra, não sei os motivos, se foi por a obra não apresentar as condições ou se foi apenas por displicência, mas o fato é que a obra foi concluída e não passou a ter a conservação rotineira, que permite que a rodovia tenha um pavimento e uma vida mais longa. Não foram conservadas a drenagem, a faixa de domínio e isso levou à deterioração precoce da obra. Esses problemas, imagino que precisam de um ajustamento entre as diversas esferas de poder de Governo, para que seja possível não se ficar empurrando competência e responsabilidade de um lado para outro, mas buscar a solução conjunta para os problemas que existem e que, na realidade, vão atender os interesses do País, do Estado e da sociedade como um todo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu acho que não é. Está faltando um pouco de fiscalização. O DNER delega as obras e depois passa. Não quero criticar, não foi culpa de V.Exa., não estava lá, não é na época da AGETOP, quero explicar isso para o senhor bem claro. Mas o que está faltando, o DNER na



hora que passa o recurso, antes de receber, tinha que colocar uma consultoria para acompanhar essas obras. Estamos com esses casos no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em todos os locais estamos com esses problemas. No Paraná, estamos querendo devolver todas as rodovias para o DNER e ele não sabe como vai recebê-las. Foram terceirizadas e agora voltam totalmente sem investimento. Estão devolvendo todas as rodovias. O importante não é a falta de recursos, não é o fundo rodoviário. Sei que o fundo rodoviário está faltando para poder tampar buraco, para restauração, tudo. Mas a 158 recebeu recurso do Governo Federal, a BR-060, a duplicação, de Goianópolis recebeu recursos do Governo Federal. O que está faltando é mais fiscalização para que lá não possa ocorrer o que está ocorrendo hoje. A 414, como está a situação da 414?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - A 414 é uma obra delegada também e está sendo construída pela AGETOP. Houve alguns questionamentos por parte do TCU com relação à questão de valores e ambiental. São questões superadas tanto num como noutro aspecto. Portanto, a obra tem desimpedimento para ter a sua continuidade, mas não tem os recursos alocados para o seu prosseguimento. Existem recursos no Orçamento da União, acredito que resultado de emenda da bancada federal de Goiás, no Orçamento do ano passado, que destinam parte dos recursos para a 414 e parte dos recursos para a 080. Mas esses recursos continuam em consignação, em contingenciamento, acredito. As informações que temos são que eles estão contingenciados e não foram liberados para pelo menos aquilo que já estava constando do Orçamento possa ser aplicado na continuidade da obra. Não são suficientes para concluí-la, mas, de qualquer forma, pode-se avançar em mais um trecho, que é como têm sido construídas essas



rodovias. A BR-414, nesse trecho que está delegado para a construção, tem aproximadamente 60 quilômetros. Tem 80 quilômetros já concluídos e 80 quilômetros para serem concluídos. Todo o recurso que vem, de uma forma ou de outra, ajuda no avanço físico da obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Temos três trechos: a Estaca do 2198, com informação da própria AGETOP, Niquelândia/Fazenda Tudo com 52.3 quilômetros. Essa está completa?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Está concluída, pronta, entregue?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não, ela não foi entregue ainda ao DNER. Ela ainda está sob responsabilidade do Estado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas entregue à população? Não está parada, não?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, já está sendo utilizada pelo...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, nós temos aqui a Estaca 3092, Cocalzinho, 62 quilômetros. O contrato foi feito. Têm realizados 17 quilômetros. Um contrato de 22 milhões. Recebeu 8 milhões da União.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, olha bem aqui, no trecho Niquelândia/Faz-Tudo, que é um povoado, passou pelo País, a Estaca 2198, porque lá ela foi licitada em lotes, 3 lotes: um de 52, que é esse primeiro de Niquelândia até a estaca 2198, que está concluído; da Estaca 2198, passando pelo povoado de Dois Irmãos, até a Estaca 3092, tem outro contrato, de 55 quilômetros, que, no valor de 22 milhões, têm medidos 11 milhões, pagos 10 milhões, e tem um



saldo contratual de 11 milhões. Essa obra tem aproximadamente 24% de avanço fixo, sendo: 16,5 quilômetros de terraplanagens; 12,3 de sub-base, 12,3 de base; e, de tratamento, 12,3 quilômetros. E tem um terceiro trecho da Estaca 3092 até o Município de Cocalzinho de 62 quilômetros, com um contrato de 22 milhões, que tem 9 milhões medidos, pagos 8 milhões e 800 mil e tem um saldo contratual de 3 milhões 250. Têm realizados 20% desse trecho e são: 14 quilômetros de terraplanagem; 11,9 de sub-base; 7 de base; e 6,5 quilômetros de estrada. Portanto, temos aqui 6,5 quilômetros desse trecho, com mais 12, são 18,19,19 com 52, que totalizam 71, 72 quilômetros, aproximadamente. O restante está paralisado, os outros dois contratos, em função dessa falta de recursos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O trecho da Estaca 2198 e da Estaca 3092, que firma que está executando essa obra?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É a construtora EGESA.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Nós temos aqui diversos questionamentos ...

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Pois não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Secretário, Sr. Presidente. O desmatamento, foram medidos 35, foram executados 21; terraplanagem, foram medidos 32, foram executados 15; sub-base, foram medidos 8,51, foram executados só 8 quilômetros; a base, foram medidos 6,45 e só foram executados 4,50. Depois, o mesmo lote 3092, Cocalzinho, desmatamento, estocamento e limpeza foram medidos 22 e foram executados só 11.50; a terraplanagem, foram medidos 31, só foram executados 11.50; a sub-base, foram medidos 8.52, só foram executados 8



quilômetros; a base, foram medidos 7.39, só foram executados 7 quilômetros; a imprimação, foram medidos 7 e foram executados 7, já está certo; revestimento, foram medidos 10 e foram executados só 7. Então, já foi legalizado isso aqui? Ela, ela... O serviço medido foi pago a mais, sem a devida... com prestação, ou ela deu garantia e executou depois? Como que ficou essa situação?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olha, normalmente, quer dizer, eu lhe afirmo, Deputado, que, dado o volume de atividades, nós temos hoje 500 ou 600 obras no órgão em andamento, quer dizer, não guardo de memória esse nível de detalhes. Naturalmente que a gente, como ordenador de despesas do órgão, tem responsabilidade sobre essas questões todas que, naturalmente, chegam para a gente com base nos trabalhos de campo, que são executados pela fiscalização da obra. Todas as vezes que há questionamentos, naturalmente o órgão busca encaminhar as explicações e justificativas legais. Caso, naturalmente, essas explicações que a nossa área técnica não faz a contento, por parte da direção do órgão, nós abrimos nossos procedimentos internos. Com relação a esse aspecto especificamente aí, não acredito que haja nenhum questionamento no momento junto a essa obra. Portanto, eu julgo que tenham sido superados todos esses questionamentos. Esse documento é de...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É do Tribunal.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Do Tribunal de Contas...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Do Tribunal de Contas...

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Os questionamentos feitos pelo Tribunal estão todos equacionados, com relação a essa



obra. Eu acredito que tenha alguma coisa com relação a isso aqui. Deixe-me ver se consigo encontrar.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas deixe eu falar para o senhor. Não é esse o problema.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Aqui. Processo...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O senhor tem aí?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Tenho aqui. É esse aqui? Contratos e convênios e a situação do processo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente...

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Só deixa eu recorrer aqui, por gentileza. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Pois não.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Dr. Francisco, com relação a esses aspectos aqui que o senhor me passou de licença ambiental e esses questionamentos, o senhor podia detalhar, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Só que eu gostaria, só para efeito de gravação, o que que vai...

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Ele... o Dr. Francisco é Diretor nosso, da área, e talvez...

O SR. FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA - Veja bem, a única pendência que havia com relação a esse contrato seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Desculpe, o seu nome por gentileza.



O SR. FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA - Sou Diretor de obras rodoviárias da AGETOP, Francisco Domingues.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Obrigado.

O SR. FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA - Seria a falta de licença ambiental. Não conhecemos, aí, realmente esse processo. Esses números que foram citados aí, nós desconhecemos, mesmo porque esse contrato foi feito por preços unitários e realmente não foi por serviços efetivamente realizados, como base ou sub-base; é feito por volumes unitários, ou seja, metros cúbicos, metros quadrados de serviço executado. Essas são as unidades de medição dos serviços. Então, deve ter havido alguma interpretação que nós desconhecemos a respeito desses dados. Mas, do ponto de vista do TCU, o que foi encaminhado para a gente, foi solucionada a pendência, porque aí estava uma cópia da licença prévia em que — tenho até o recebido de uma xerox que o TCU já diz como resolvida a questão, já que foi encaminhada lá no TCU a licença ambiental. Então, o que nós conhecemos realmente, o que nós temos conhecimento era essa pendência com relação à licença ambiental, que foi realmente já solucionada — apenas isso a respeito dessa obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Eu gostaria, Sr. Presidente, a licença ambiental, eu não perguntei. Ela já está respondida, inclusive o Tribunal me informou que ela já foi resolvida. Eu quero saber dos quilômetros. Peguei essa informação do próprio Tribunal, que me deu toda informação completa para mim. Está aqui o pessoal do Tribunal, que pode confirmar, que foi toda passada para mim para fazer essa pergunta a vocês. Então, o RIMA, eu não perguntei o RIMA. O RIMA, eu sei que já foi resolvido, inclusive está aqui informando que foi resolvido.



O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Deputado, com relação a esse questionamento, como nós não temos a resposta pronta neste momento, a gente poderia agregá-la **a posteriori**? De posse e conhecimento desse documento, a gente então pode dar uma resposta mais consistente, se assim puder.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Tudo bem. Sr. Presidente, eu gostaria depois de pegar todos os documentos do Tribunal sobre a BR-414 que pudesse passar para o Presidente da AGETOP, Dr. Carlos Rosemberg, para que pudesse, depois, tirar as dúvidas, inclusive o questionamento que está aqui, todas as perguntas que estão aqui, para que ele pudesse responder, dando um prazo de quinze dias para que possa cumprir tudo isso. Mas eu só quero aqui, Sr. Presidente, voltar a informar o seguinte: a tão importância do Secretário do Meio Ambiente que não compareceu. Nosso Vice-Governador mandou um representante de habitação, ele não soube responder sobre a irrigação de Três Barras, Luiz Alves. E eu gostaria de pedir a V.Exa. que pudesse encaminhar à Secretaria pedindo toda informação, já que o Governador se colocou à disposição, toda informação sobre esse processo, que é muito importante, que é um questionamento que nós temos aqui encaminhado por diversos segmentos. Outra pergunta, Sr. Presidente. Nós falamos na BR-080, a 414, o senhor tem mais uma obra sendo executada com recurso federal?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Nós temos a construção dos módulos sanitários, são aqueles **kits** que constam de um banheirozinho, com um vaso sanitário, um reservatório e tanque construído principalmente. Esse programa, estamos concluindo ele na região nordeste do Estado, praticamente atendemos 100% da população que tinha esse tipo de demanda. Foram 5 mil unidades e estamos fazendo 12 mil unidades agora na região



norte do Estado. Esse programa, no norte, ele tem 50% de recursos da União e 50% de contrapartida do Estado. E, no norte, 90% da União, 10% de contrapartida do Estado no convênio. Mas, efetivamente, o Estado está colocando outros 40% do volume global, embora não constando do convênio, mas ela está fazendo esse investimento. De forma que o convênio, o programa, ele é um programa feito com metade dos recursos federais e metade dos recursos estaduais, excluídas a Casa de Prisão Provisória e essas três — o contorno sudoeste, BR-080 e 414 — é esse programa.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente da Comissão, eu gostaria aqui de avisar que... notificar que a 414 está parada também a obra. Está paralisada...

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Está paralisada por falta de recursos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... por falta de recursos. Então está paralisada a 414 também. É uma obra parada e importante para o Estado. O senhor não tem um convênio realizando com o Ministério do Esporte, o Centro Esportivo, como está a obra?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Ah! exato. Tem também com a secretaria de... Na verdade, os convênios são feitos com a secretaria afim, esse é um convênio com a Secretaria de Esportes, e a AGETOP depois vem como a executora do programa. É uma obra do Centro de Excelência que se constitui num complexo de várias obras com vistas a atender esse segmento de esporte amador. É o primeiro recurso, está fazendo a reforma do ginásio Rio Vermelho. Essa obra está com o seu andamento normal.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Bom, hoje, o Ministério do Esporte liberou um dinheiro para o problema do Centro de Caldas Novas, não é isso?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Para? Para o Centro de Convenções?

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Centro de Convenções de Caldas Novas.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Eu vi pela imprensa essa...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, 3 milhões de reais. Vou perguntar: é uma obra parada, paralisada?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - É, ela era uma obra da Fundação Pró-Caldas, e o convênio, salvo engano, está sendo feito entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura de Caldas Novas, portanto a Fundação Pró-Caldas, que é a proprietária desse imóvel, acredito que esteja transferindo para a Prefeitura esse patrimônio, para que o Estado então, ou a União em parceria com a Prefeitura, possa ali concluir aquela obra. Acredito que esse é o procedimento que está sendo executado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas era uma obra parada há mais de dez anos?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Ela era uma obra parada há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, mais uma obra hoje, o Centro de Convenções de Caldas Novas, sendo liberados 3 milhões para



completar uma obra de dez anos parada em Caldas Novas, Estado de Goiás. Deixa só eu fazer uma pergunta ao senhor. O programa das rodovias, eu quero falar do contorno sudoeste, já com um pouquinho do meu coração, viu, Dr. Carlos. O contorno sudoeste, que é uma obra, um sonho nosso, de todo mundo, importante para o Estado de Goiás, importante para Aparecida, importante para Goiânia, é uma obra importante para ser inaugurada entre a BR-060 e a BR-153, é uma obra que já vem lastrando dez anos e está faltando simplesmente agora — o Governo Federal liberou todo o dinheiro, todas as faturas, não tem mais fatura para liberar, faltava 1 milhão e 630 já foi liberado — está faltando só a AGETOP agora terminar uma obra tão importante: a desapropriação de 140 mil reais. Nos ajuda, uma obra tão importante deixar de ser parada e votar uma obra importante para o nosso Estado.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Deputado, até o Superintendente Olimpio explicou muito bem sobre o avanço físico dessa obra. Ela está apenas agora para ficar concluído o trecho entre a BR-153 e a BR-060 de fazer a capa asfáltica num trecho de dois quilômetros até atingir o viaduto da BR-060. Está, inclusive, imprimado. Faltam as obras de proteção, meio fio, sarjeta e falta esta capa. A empresa que ainda tem recursos para receber, medições para receber junto ao DNER estava sem condições de concluir a obra, esse material asfáltico é muito caro, e nós estamos buscando alternativa para solucionar isso rapidamente. O provável é que forneçamos a ele o material betuminoso, e eles processem, adquiram o restante do material e façam aplicação. Acredito que essa solução, o senhor terá a felicidade de brevemente, em poucos dias, em poucas semanas, poder estar transitando neste trecho que é da BR-060 até a BR-153.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas não falta só a capa. A capa, inclusive, tem uma fatura do DNER, o senhor está ajudando, o que é ótimo, porque já resolve mais rápido, mas já está entrando a programação de pagamento, mas está faltando, perto da VEPESA, perto da 153, um pedacinho ali. Precisa indenizar um lote e resolver o problema da VEPESA.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Olha, eu solicito de novo aqui, do Dr. Francisco, a informação, porque a gente estava procedendo a esse ajustamento e, para resolver essa questão lá da alça do anel, do trevo. Não é isso?

O SR. FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA - A empresa seria a Varela.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Isso.

O SR. FRANCISCO DOMINGUES DE FARIA - É, já foi resolvida essa questão. Já fizemos um acordo lá com a Varela e inclusive já estão sendo executados os serviços de remoção. Isso já foi realmente um assunto que já foi resolvido. A Varela já liberou a área, e já estão sendo executados os serviços, nessa parte da alça, que pega ali no canto da Varela. Realmente, isso aí já foi resolvido. Não há nenhuma pendência, hoje, com relação a desapropriações. Certo? Realmente, só até passando pelo local lá já está aberta a cerca, sendo providenciada a abertura do terreno, para que seja executada aquela alça.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu gostaria aqui de fazer um apelo, porque é uma obra importante. Eu quero dizer a vocês que é uma obra importante para tirar todos os caminhões de dentro de Goiânia, aquele movimento pesado, tudo. Inclusive, a Castelo Branco está interrompida agora e, com isso, tinha muito tráfego. Então, é importante uma obra para ser realizada. É uma obra



importante para o Governador, inclusive... Você viu que na propaganda da televisão ficou bonito. Está você lá, Dr. Francisco. Eu só não achei bom você falar que é recurso só do Estado. É recurso da União também, porque eu briguei por ela. Fiquei com um pouquinho de ciúmes, mas é importante. É uma obra muito importante para Goiás, importante para Aparecida e importante para mim, porque eu lutei por ela. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu só queria fazer uma pergunta ao Dr. Carlos. O senhor é o responsável pelas obras de saneamento e esgotamento nas cidades aqui em convênio com o Governo Federal?

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Não. É o Dr. Geraldo Félix, Presidente da Companhia de Saneamento do Estado que está presente ali no auditório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Daqui a pouco vai falar. Então, eu gostaria de agradecer a sua participação aqui nesta Comissão e ao mesmo tempo entregar um questionário que eu gostaria que o senhor devolvesse respondido em 15 dias para nós, sobre forma magnética, para que pudesse auxiliar aqui a nossa Comissão.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Eu agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade. Nós providenciaremos o preenchimento do documento no prazo estabelecido. Eu apenas gostaria que V.Exa. formalizasse o encaminhamento, se possível, desses documentos do TCU que estão de posse na Comissão. Vamos buscar acessar essa documentação no TCU, mas, caso fosse possível, se V.Exa. pudesse nos passar o expediente, seríamos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Tudo bem. O Deputado Norberto já nos solicitou, corrobora, aí nós vamos encaminhar para V.Sa.

O SR. CARLOS ROSEMBERG GONÇALVES DOS REIS - Agradeço e despeço-me de V.Exa. Espero ter contribuído com o trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Continuando, eu queria convidar, para tomar assento à Mesa, a Sra. Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, Gerente Executiva do INSS. (*Pausa.*) D. Maria Inez Rezende, V.Sa. tem dez minutos para as exposições iniciais.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Primeiro, eu queria perguntar, porque eu só recebi esse ofício ontem e saber por que eu fui convidada e qual é o assunto mesmo que eu terei de tratar aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Esta CPI das Obras Inacabadas também trata da utilização dos bens imóveis da União. Então, na sua pasta há não só a subutilização, como a má utilização ou a não-utilização dos bens imóveis da União. Então, eu gostaria de... O chamamento de V.Sa. foi nesse sentido, que pudesse contribuir para nós nesse sentido. Quer dizer, nas perguntas que fizemos para V.Sa., se tivesse algum questionamento que pudesse contribuir aqui no que tange a essa a sua parte.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Certo. Eu sou Gerente Executiva do INSS. E o INSS tem vários imóveis, administra vários imóveis da União. A minha parte da gerência, até notei aqui no ofício que falava gerência do Estado de Goiás, e não é. A gerência de Goiânia, que eu sou gerente. É só a metade do Estado. Existe uma gerência em Anápolis que toma conta do norte e do sudeste do Estado. Então, na parte do sul e o centro do Estado, sudoeste



também está por minha conta, nós temos vários imóveis que são ocupados por agências, por prédios do INSS e muito poucos que são lotes desocupados, porque a maioria já foi desmobilizado. Alguns anos atrás a Previdência vendeu muito dos seus imóveis. Então, nós temos só alguns não utilizados que seria quase uma reserva técnica, que estamos até pensando em trocar para posteriores agências. Em cidades que estávamos com aluguel, hoje estamos, inclusive, todas elas com convênio de prefeitura, que eles nos cedem o imóvel porque nós não temos nem a verba para pagar o aluguel. Em muitos casos eles até alugam para que a Previdência esteja naquele interior. Só um dos nossos imóveis que está desocupado hoje, no centro da cidade, não se pode nem dizer desocupado, porque ele já está com processo de permuta bem adiantado. Foi autorizada a permuta e a empresa está construindo uma agência em Aparecida de Goiânia, para que a gente entregue o imóvel do Centro, da Anhanguera com a Rua 23. Então, é uma permuta pau a pau. Então, ele só está desocupado esperando a construção ficar pronta e o fim desse contrato, que, se não me engano, é no final de dezembro de 2001. Então, todos os imóveis que nós tomamos conta são utilizados. Só alguns lotes que, posteriormente, poderão ser permutados. Muito poucos, na Cidade Jardim e poucos no Setor Coimbra. Nenhuma das nossas obras, dessa área da minha gerência, quando eu vi no ofício “obra inacabada” já perguntei para a equipe de engenharia. Não tem nenhuma obra que está inacabada. Estamos até com três reformas atualmente, começaram este ano mesmo, com o orçamento deste ano, quase todas finalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto Rosado.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sra. Gerente, como o nosso Presidente frisou para a senhora, o objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito é também investigar as possíveis irregularidades que existem nos bens imóveis que não estão sendo utilizados ou utilizados inadequadamente pela administração federal. E eu não tenho nenhuma dúvida de que o objetivo da presença da senhora aqui é, exatamente, a respeito desses imóveis, mesmo porque nós sabemos que no passado recente, ou talvez ainda agora, o INSS tenha negociado bastantes prédios, recebido prédios em débitos sociais, em débitos de recolhimento, de atraso de pagamentos do INSS, da parte previdenciária dos salários, seja a parte do empregador e, principalmente, da parte do trabalhador. Então, a senhora acabou de, no seu depoimento, nos informar que há muito pouco tempo o próprio INSS fez uma venda desses prédios, fez um enxugamento disso e que, praticamente, não existem mais prédios que foram recebidos pelo INSS e todos os prédios que o INSS tem utiliza para executar suas funções. Mas, de qualquer maneira, para reafirmar o que a senhora, com certeza, já disse, eu pergunto se é do conhecimento da senhora a existência de imóveis de propriedade da União ou de entidade da administração indireta, como é o caso do INSS, que estejam abandonados, inutilizados ou utilizados inadequadamente pela administração pública?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Acho que um lote vazio não se pode considerar abandonado. Nós temos lotes vazios. Todos são vistoriados, eu acho que, no mínimo, uma vez por ano. Alguns, nós já colocamos até placas de propriedade. Alguns, antigamente, haviam sido invadidos, o Setor Coimbra, e eles foram também desmobilizados, eles também foram vendidos e



quase sempre comprados pelo próprio invasor. Mas hoje... Eu poderia até pedir um prazo para fazer uma pesquisa profunda, porque eu pensei que era só obra inacabada, olhar em todo o nosso cadastro para ver se tem algum que está hoje na nossa administração não desmobilizado ainda e invadido por algum, que seria uma má utilização. Que eu saiba, não, mas eu solicito um prazo para pesquisa completa disso, para eu ter certeza dos 100%.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sra. Gerente, ao final do seu depoimento, o nosso Presidente, Deputado Damião Feliciano, irá passar para a senhora uns questionários que tratam exatamente dessas perguntas e desses assuntos que nós discutimos aqui. E eles poderão ser respondidos através de meios magnéticos, como ele está dizendo aqui, como em disquete ou num CD-ROM que está acompanhando também. Portanto, dando um prazo de 15 dias e a senhora poderá prestar essas informações que serão valiosas para o trabalho da CPI. Mas eu pediria ao Presidente que encaminhasse o mesmo questionário à Gerência do INSS de Anápolis, com esses esclarecimentos devidos que a Comissão acho que não prestou direito à Gerência de Goiânia para que ele possa também. E aí a gente fica com um cadastro completo dos imóveis que pertencem ao INSS aqui no Estado de Goiás. Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Com a palavra o Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dra. Maria Inez, o INSS hoje pegou o antigo patrimônio do INAMPS, o antigo patrimônio do IAPAS e também tem outros imóveis que recebeu por dívida. Quantos imóveis hoje tem o INSS de Goiás?



A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - O senhor não estava aqui. Eu até expliquei que eu administro só o centro, o sul e o sudoeste de Goiás. Existe a Gerência de Anápolis com o norte e o sudeste. Então, o norte e o sudeste não estão sob minha administração, não sei. Na minha área, são dezenas de imóveis que temos, ou centenas. E alguns dos ex-INAMPS, que o senhor mesmo citou que nós pegamos, já foram repassados para a Secretaria de Saúde, que é o caso do prédio em frente ao Centro Administrativo. Não está mais sob nossa administração. Os ex-LBA, nenhum ainda veio para nossa administração, apesar de termos prioridade na escolha. Nenhum dos ex-LBA ainda estão para o INSS. Então, nós estamos com os nossos imóveis antigos e, como houve desmobilização em 92, 93, 94, reduziu-se drasticamente, pode-se dizer quase que 90% dos imóveis da Previdência Social em Goiás. Foram todos vendidos conforme a ordem ministerial.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então a senhora não tem a quantidade exata.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Exata, não. De memória, não.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Existe uma gerência acima da senhora em Goiás que toma conta de todo o patrimônio ou é por região?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - É por região. A da minha região é a minha equipe que toma conta. Eu posso responder posteriormente.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então não existe hoje uma gerência geral, somente por região.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Só por região.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Goiás está sendo diferente dos outros Estados, porque os outros Estados só há uma gerência geral para tomar conta de todo o patrimônio e administrar todo o INSS. Aqui em Goiás, então, vamos pedir também a outras gerências para que possam informar a quantidade de imóveis. Mas a senhora sabe que a quantidade é grande.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Grande. Dezenas ou mais... bem mais de cem aqui.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A senhora tem condições de quantos dias informar para nós, aqueles que estão hoje já sob a responsabilidade do INSS em Goiás? Sob a sua responsabilidade?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Tenho um cadastro completo, uma equipe que toma conta disso. Se soubesse que era isso, eu já teria trazido. E todos eles são, inclusive, vistoriados.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os prédios, os hospitais, já foi tudo passado para os Estados?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Os hospitais, acho que nunca vieram para o INSS. Continuaram no ex-INAMPS. Os Estados... Foram quase tomados conta, logo em seguida, pelo SUS e já devem todos estar lá.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E o patrimônio em móveis? E aquele patrimônio que o INSS tinha, que o INAMPS, o IAPAS, todos aqueles órgãos que foram extintos, que o INSS assumiu; esse patrimônio também foi passado para o Estado, para o Município, para as Prefeituras?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Prefeitura não, só Secretaria de Saúde. Os móveis... Olha, temos estoques. Estamos com uma



equipe montada para vender móveis velhos. Temos um galpão, que estava, inclusive, dando cupim. Tomei essa atitude de ou vender, se não conseguir venda, porque são coisas velhas demais, doar para alguma instituição que, de vinte, faça um. Olha, milhares e milhares, ficou quase que este ano todo, até agora, separando isso em lotes, para fazer uma venda disso. Então, o que tem de coisa antiga. Inclusive, estou me lembrando de armários de hospital, aquele tipo móvel de hospital. Tem isso demais, demais. E ficaram parados vários anos. Agora, estamos já separando isso em lote. Acho que antes do final do ano, a gente vai conseguir vender e, se não conseguir a venda, doar, porque está sendo quase que comido há alguns anos, parado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Sr. Presidente, aí temos que esperar ela ver a relação, encaminhar para a CPI a relação dos imóveis totais que ela tem sob sua responsabilidade e aqueles que estão invadidos ou aqueles que estão nas mãos de terceiro. Porque existe, ocorre muito, Dra. Maria Inez, em muitos locais estamos olhando isso, só do patrimônio da União, aqui mesmo, tinham 254 imóveis, 92 invadidos ou na mão de terceiro. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná existem mil, 2 mil, 3 mil. Dar só um exemplo só do terreno da Marinha, tem 8 mil à disposição só numa cidade, Florianópolis. Então, é importante que a senhora nos informe isso até para ajudar a achar uma solução, que é importante. Vou dar só um exemplo para a senhora: o INSS, o IAPAS, o INAMPS tinham uma quantidade muito grande de móveis hospitalares, que, às vezes, podiam ser doados para alguns hospitais do interior que estão fechados. Vou dar só um exemplo do Município de Indiará, um hospital muito grande, prontinho, muito bonito e não tem um móvel para funcionar. Só está o prédio bonito lá e não está podendo atender à população.



Então, é importante essa participação da senhora, é importante essa participação, que vocês nos informe sobre isso, para que a gente possa ter uma noção do que a União tem, do que pode ser feito. Agradeço da minha parte.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Deixa eu só complementar. Dos nossos móveis que temos lá guardados, temos até pedido da Caixa Econômica, que teve uma reforma há pouco tempo, conseguimos ganhar nos móveis usados de Caixa Econômica, porque os nossos, até os de uso, são muito velhos. Então, temos até pedido isso para outros órgãos. Então, os que estão lá guardados, pode-se dizer, quase todos sem condições de uso. Até os que estão em uso, se não são agências transformadas... Minha mesa, por exemplo, é velha. Minha cadeira é velha. Então, não está tendo em estoque coisa usável, não. Vamos tentar vender os velhos, para que sejam desmontados com ferro-velho, alguma coisa, e se não conseguir a venda, porque é quase sem valor, doar. Mas, primeiro, vamos tentar a venda, porque acho inadmissível logo tentar-se doar. Acho que tem que tentar achar algum preço para aquele patrimônio primeiro, que foi comprado há algum tempo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, Sr. Presidente, a CPI tem... Ela nos passará informações, para que possamos, depois, tomar conhecimento dos imóveis do INSS do Goiás e das outras áreas também. (*Pausa.*)

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Não, fiz pergunta aqui uma vez. O INSS me ajudou a equipar dois hospitais no meu Município, de Aparecida. Equipei com todos os móveis do INSS.



A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Mas isso foi há muitos anos.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Aqui, o Hospital Geral aqui, antigamente, do INSS, foi desmontado todinho, que hoje é o Hospital HGG, não é isso?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Isso.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Os móveis foram todos colocados em três galpões imensos, com raios X, com tudo, que eu mesmo equipei dois hospitais no meu Município com todos os móveis do antigo Hospital Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Só para encerrar, queria fazer uma pergunta para a Dra. Maria Inez em relação à desmobilização. A senhora faz avaliação? Quem faz a avaliação e como é que vocês fazem a venda desses imóveis que vocês têm aqui na sua instituição?

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Certo. Eu não estava na gerência na época, mas, em 1992, ocupei a chefia da engenharia, por isso que eu me lembro, porque já tem uns três ou quatro anos que não se vende nada, já não tem nada para vender. Era feita a avaliação pela Caixa Econômica Federal, era a única avaliação que era aceita na Previdência e, posteriormente, fazia-se uma licitação de venda. Tinha o dia certo de abrir o envelope e o melhor preço. Então, tinha um preço mínimo de avaliação e o melhor preço oferecido por aquilo que levava. E tinha uma característica muito interessante na Previdência Social, que era vendido em parcelas. Até hoje nós estamos recebendo isso nessas suaves prestações. Já era feita a licitação assim por ordem dos Ministérios anteriores, que era avaliação, preço e mais pagamento em parcela, não era a vista. Então, ainda se



recebe... E outro dia mesmo eu fiz uma escritura de um imóvel vendido em cinco, seis anos parcelado e agora que está sendo passada a escritura para o cliente que comprou. Então, eu acho isso muito interessante também, vender o imóvel em parcelas, talvez até para que se abra a licitação o mais amplamente possível, para que inclusive o pequeno comprador, que nós tínhamos lotes em Parque Santa Rita, longíssimo, quase valor nenhum havia, se fosse vender só para quem tivesse dinheiro a vista não ia aparecer interessado. Então, vendeu-se em cinco, seis anos de parcelas, e inclusive alguns estão sendo discutidos agora judicialmente. Acho que a correção foi maior do que ele deveria pagar, nós estamos passando por esses processos agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria agradecer a presença, a participação e o depoimento da senhora nesta Comissão. Entrego para a senhora o questionário que a senhora, por favor, em quinze dias, dando um prazo, por gentileza, e a senhora pode passar em meio magnético e eletrônico. Muito obrigado.

A SRA. MARIA INEZ REZENDE DOS SANTOS MARANHÃO - Muito obrigada, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Queria convidar o Sr. Geraldo Ferreira Félix Sousa, Presidente da SANEAGO. Sr. Geraldo Ferreira, concedo a palavra por um prazo de dez minutos para as suas exposições iniciais.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Queria cumprimentar o Presidente, Deputado Damião Feliciano, o componente da CPI, Deputado Carlos Alberto Rosado, e o Deputado Federal Norberto Teixeira, cumprimentar os senhores presentes aqui e dizer que, Presidente, nós, conforme já relatou aqui o Presidente



da AGETOP, meu colega de Governo, Dr. Carlos Rosemberg, recebemos ontem um fax nos convidando para participar aqui desta sessão da CPI de Obras Inacabadas. Quer dizer, não nos foi informado sobre nenhum outro assunto e eu tentei até manter contato para ver uma agenda, para que a gente pudesse trazer dados maiores, além daqueles que a gente guarda na memória. Então, estamos aí à disposição da CPI, procurando contribuir para que seja levado em tempo essa questão de melhorar os desempenhos dos governos e melhorar também, agilizar as obras que tenham orçamento não apenas do Estado, mas que têm também orçamento da União e às vezes dos Municípios. O setor de saneamento é um setor que não tem uma regulamentação, não tem uma lei que orienta o setor de saneamento. Está no Congresso, como os senhores sabem, um projeto de lei que deverá ser votado ainda este ano, a gente espera, que virá regulamentar toda uma situação de dúvidas que existe no setor. A questão titularidade, por exemplo, é uma questão por demais discutida e é uma questão que deverá estar definitivamente definida na lei de saneamento. Com relação aos recursos que o saneamento do País precisa, temos tido bastantes dificuldades em desempenhar nossos programas, porque o Programa Pró-Saneamento foi interrompido quando nós iniciamos a nossa gestão na SANEAGO. Nós iniciamos no ano de 99, e deixaram de vir aqueles recursos programados que deveriam vir, inclusive para conclusão de obras. Mas nós temos todo um planejamento já elaborado para algumas obras, que até agora não foram retomadas, serem retomadas de imediato, inclusive em discussões avançadas com a própria Caixa Econômica Federal. São essas as minhas palavras iniciais. Estou à disposição de V.Sa. para o que for questionado. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Agradecemos aqui a presença do Dr. Geraldo Ferreira. Passo a palavra ao Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Obrigado, Presidente. Dr. Geraldo Ferreira de Sousa, é do conhecimento do V.Sa. a existência, dentro de sua área de atuação ou até mesmo fora dela, de obras consideradas paralisadas ou que estejam lentamente executadas, claro, dentro do conjunto daquelas obras que recebem um apoio de recursos do Governo Federal?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Sim, nós temos conhecimento. Temos esses casos lá na SANEAGO, que é a empresa responsável pelo setor de saneamento básico em Goiás, mas todas elas são obras que estão sendo retomadas, algumas de remanescentes ainda do Pró-Saneamento. Existem obras de remanescentes do Pró-Saneamento, mas são obras que têm na sua maioria quase que 80% de obras prontas. Quer dizer, o que está faltando são apenas pequenas obras que darão funcionalidade ao sistema. Fruto de quê? De que se paralisou um programa de pró-saneamento, que eram recursos do FGTS. Quando entramos, essas obras já se encontravam paralisadas, retomamos muitas delas, inauguramos várias delas e estamos com o planejamento pronto para terminá-las ainda na nossa gestão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - O senhor poderia relacionar pelo menos três obras dessas de que o senhor está falando?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Olha, poderia, porque são obras que são mais representativas. Temos a obra de Luziânia, por exemplo, que é um sistema de água e esgoto; temos a obra de Uruaçu, que é um sistema também



que faz parte da proteção de Serra da Mesa, que é a Cidade de Uruaçu, que fica às margens de Serra da Mesa, e temos — poderia citar todas elas, mas não trouxe aqui — a obra em Morrinhos, que está também terminando, mas não são obras que gastariam grandes recursos para serem terminadas. Estamos terminado essas obras. Aquelas que têm os remanescentes da Caixa e recursos próprios do Estado. Nossas obras todas têm a fiscalização da Caixa Econômica Federal, que aprova nossos orçamentos, que segue, fiscaliza e libera inclusive as faturas. Quer dizer, são obras fiscalizadas não apenas pela nossa equipe, mas também pela Caixa Econômica Federal — todas elas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Dr. Geraldo Ferreira Sousa, o sistema de esgotamento sanitário da capital, de Goiânia, tem quantos por cento executado? Se a obra está em andamento; e se nós podemos considerar essas etapas, algumas dessas etapas, como obras inacabadas. E o que é que seria uma obra inacabada? Uma obra inacabada, no caso do esgotamento sanitário, seria aquela bacia que começou a ser trabalhada, que foi possível fazer o ramal principal e, aí, faltou dinheiro e não pôde ser feito o ramal secundário, etc. Se tem alguma situação dessa aqui na capital?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, senhor. A Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia não pode ser considerada uma obra paralisada; ela está no seu ritmo absolutamente normal. Nós já aplicamos... Ela está sendo financiada pelos recursos da União, pelos recursos próprios da SANEAGO. Agora, eu faço até um parêntese para dizer que ela poderia estar, inclusive, mais avançada. Eu acredito que hoje essa obra esteja aí com 40% de obra executada. Os interceptores foram já feitos quase oito quilômetros; nós estamos fazendo as



escavações dos decantadores; nós estamos já com a elevatória escavada. Quer dizer, é uma obra que está muito avançada, por sinal; e poderia estar mais avançada se os recursos viessem mais rapidamente. Quando a gente planeja uma execução de uma obra do porte da Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia com recursos nossos e com recursos do OGU, Orçamento Geral da União, a gente espera que esses recursos venham com mais rapidez. Mas, por exemplo, do Orçamento do ano de 2000, que foi colocado pela bancada federal de Goiás, 17 milhões, nós conseguimos receber até hoje quatro milhões e oitocentos. Quer dizer, isso dificulta sensivelmente o desempenho de uma obra dessa, que não tem condição de ser paralisada, porque é uma obra complexa, é uma obra da maior importância para a melhoria da qualidade de vida da população de Goiânia. O nosso ribeirão mais falado é o Rio Meia Ponte, que atravessa a nossa capital; e o Município de Goiânia é o responsável por 70% da sua poluição. Com a construção dessa estação, com o término dela, nós esperamos, se os recursos do OGU continuarem vindo, terminaremos terminaremos essa obra até meados de 2002. Quer dizer, uma obra que vai tratar... Goiânia, hoje, tem apenas 7% de tratamento de esgoto. Com a construção dessa obra nós passaremos a ter 80% do esgoto coletado e tratado em Goiânia. Então, é uma obra da máxima importância. E, por isso tudo é que nós consideramos uma das maiores obras do Governo, e levamos essa obra com muito critério e com muita seriedade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Naturalmente, nós vamos levar até o Ministro Ovídio de Ângelis a preocupação do Governo de Goiás a respeito da liberação desses recursos.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Eu agradeceria.



O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Eu gostaria de saber: o senhor citou o número de 80%. Essa obra terminada, Goiânia vai ter 80% dos seus prédios residenciais, comerciais, prédios de uma maneira geral, com serviço de esgoto, atendido pelo serviço de esgoto, 80%?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Exatamente, 80% do esgoto coletado, coletado...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Não, eu quero saber se 80% dos prédios estão atendidos com esgotamento sanitário.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Nós temos 85% da capital atendida por coleta de esgoto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sim.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Nós não temos os bairros de periferia atendidos pela coleta.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sim.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Onde nós temos a coleta de esgoto, todos serão tratados. O esgoto, 80% da coleta será tratada pela Estação de Tratamento de Esgoto de Goiânia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito bem.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Eu gostaria até, nobre Deputado, se o senhor me permitir, de convidar esta Comissão para visitar a obra amanhã, de manhã, se os senhores puderem, a hora que quiserem. Eu acho uma obra importante, uma obra de se ver. E está em andamento normal.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Muito bem. Dr. Geraldo, eu gostaria ainda de saber se é do conhecimento de V.Sa. a existência de obras



com início de irregularidade, mesmo que sejam apontadas por meio dos órgãos de fiscalização e controle do Estado, ou seja, obras que recebam recursos do Governo Federal e que apresentem indícios de irregularidade, seja apontada pelo Tribunal de Contas da União, mas também podem ser obras, que, claro, como têm a parceria do Governo Estadual, que essas irregularidades estejam apontadas pelos órgãos de fiscalização e de controle do Estado de Goiás.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, eu não tenho nenhum conhecimento. Nós temos uma fiscalização intensa da Caixa Econômica Federal. Nossas tabelas são aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado, quer dizer, e eu não tenho nenhum conhecimento de nenhuma irregularidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu passo a palavra ao Deputado Norberto Teixeira.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Geraldo, o esgoto de Goiânia foi uma obra muito importante para o Estado, a Estação de Tratamento de Esgoto da capital. Essa obra ficou parada quantos anos?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Olha, Deputado Norberto, eu não sei, mas se não me engano, essa obra foi licitada em torno de 89, por aí. Nós entramos no Governo em janeiro de 99, e, em outubro de 99 nós retomamos a construção da obra.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Ela está a todo vapor sem paralisar, sem nada?



O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Sem nenhuma paralisação, sofrendo apenas aquilo que eu já citei: a falta de recursos, de forma mais sistemática, porque nós estamos aí, já no final quase do ano 2000, e nosso OGU do ano 2000 está por vir ainda, grande parte dele. Só chegaram 4.800 dos 17. Nós já teríamos que estar trabalhando com o OGU do ano 2001. E aí, não sabemos quando virá.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Sistema João Leite. Em 1999, a emenda ao Orçamento foi colocar recurso para o Sistema João Leite. Em 2000 também foi colocado no Orçamento emenda para o Sistema João Leite. Como está esse projeto?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Olha, Deputado, foi realmente colocado. Inclusive é um projeto que está incluído no VPA nacional. A Barragem do João Leite trata do aumento de produção de água para a capital do Estado, para o universo de até 2025, porque nós já temos carência de produção de água aqui. Ela está sendo licitada, essa obra. O edital está na rua. Já compraram até hoje, esse edital, mais de 70 empresas. Nós teremos abertura desse edital no dia, se não me engano, 19 de setembro. E eu acho que daí para diante essa obra poderá ser iniciada. Ela está com o seu projeto executivo pronto, o EIA-RIMA pronto, com as licenças ambientais todas prontas, e é uma obra também da máxima importância, como o senhor bem conhece, porque é um Deputado nosso, aqui de Goiás. Então, é uma obra da máxima importância. E nós esperamos poder iniciá-la ainda este ano.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Hoje, a RIDE coloca diversos recursos da rede para o entorno de Brasília, enquanto continua o problema de água tratada hoje em Águas Lindas.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Um problema seriíssimo,...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Seriíssimo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... onde tem a máfia da água.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Seriíssimo.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - No Rio de Janeiro tem a máfia da cocaína, a máfia do morro. Em Águas Lindas tem a máfia da água, tem os mandantes dos poços artesianos.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não só apenas em Águas Lindas, viu Deputado, é em todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Como está aquela situação? Como está aquela situação? A SANEAGO já pegou. A RIDE tem atendido Luziânia, Formosa, Santo Antonio do Descoberto, Planaltina, Cidade Ocidental, Novo Gama, enfim, aquela região da RIDE, porque todo ano se coloca dinheiro na RIDE para atender. Eu não tenho visto a liberação, Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, não. Esses recursos não estão vindo para a SANEAGO. Veja bem, a SANEAGO está implantando o Sistema de Abastecimento de Água no entorno de Brasília com recursos próprios. Esses recursos são destinados diretamente ao Município. Então, o relacionamento é: Caixa Econômica/Município, e o Município executa. A SANEAGO faz convênios



com o Município e coloca, às vezes, contrapartida. Mas esse recurso vai direto para o Município e não passa por nós, não tem a nossa anuência.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas o recurso da RIDE é 50% Governo do Estado e 50% Governo Federal. O Governo Federal libera direto para os Municípios, e 50% direto para o Estado. Não está faltando uma política de liberar esses recursos para resolver o problema de saneamento básico da região, que é um problema sério?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Deputado, eu gostaria de fazer até uma explanação mais genérica. Está faltando recurso no Brasil para saneamento básico para todas as questões do saneamento básico, não só para a questão da água do entorno de Brasília, que é uma questão de calamidade pública. Basta dizer que a barragem que abastece Brasília, que é Descoberto, que é uma barragem de propriedade da CAESB, está próxima de Águas Lindas, que é o Município que mais cresce na América Latina, e deve ter hoje 130 mil habitantes, e o esgoto está correndo a céu aberto. Nós obtivemos, depois de muita luta, a concessão de Águas Lindas. Eu estive várias vezes com diversos Ministros pedindo para que eles voltassem os olhos para o entorno de Brasília, principalmente para Águas Lindas, porque senão daqui uns dias poderia haver... o abastecimento da cidade de Brasília poderia estar prejudicado por poluição de Águas Lindas. Acionei o Ministério Público, e aqui em Goiás nós temos tido uma parceria muito boa como Ministério Público, que tem nos ajudado bastante. Fizemos uma reunião já em Águas Lindas, fizemos outra em Goiânia, fizemos uma proposta para os poceiros para que eles passem os seus poços para a SANEAGO administrar, reservar, tratar a água, porque a água lá não é tratada. Quer dizer, então, nós estamos, nesse



encaminhamento, coordenados pelo Ministério Público do Estado de Goiás, que está nos ajudando nessa questão. Os poceiros insistem ainda em permanecer ali, mas nós estamos tomando todas as providências para que eles saiam, para que a SANEAGO e a CAESB... Porque lá foi feito um consórcio inédito no Brasil, entre as duas empresas de saneamento: a de Brasília e a de Goiás, para resolver o problema da gravidade de Águas Lindas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Dr. Geraldo e Sr. Presidente, existe um problema sério, não só em Goiás, no Brasil todo, principalmente em Goiás. A SANEAGO tem a concessão de 95%, de 99% do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto do Estado de Goiás. Há algumas cidades que são independentes: Caldas Novas, Goiatuba,...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Mineiros, etc.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... Mineiros.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Algumas são da Fundação Nacional de Saúde, e algumas são operadas pelo próprio Município.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - É, mas 95% hoje ...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - É assim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ... pertencem à SANEAGO. Só que tem um problema sério: a Caixa, junto com o Ministério... E muitas emendas orçamentárias são colocadas para os Municípios executarem, sem anuência da SANEAGO, e sem a participação da SANEAGO.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - A SANEAGO apenas aprova, analisa o projeto técnico, aprova ou não aprova e fiscaliza esse projeto apenas. A execução dentro das nossas normas.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - A execução, mas existem muitos problemas e acaba ficando obras inacabadas. Vou dar só um exemplo ao senhor: o sistema de abastecimento do setor Garavelo.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - É. Nós fizemos uma parte dele. Foram feitas ali o Independência Mansões, que o senhor conhece bem, foi feito, também com financiamento, o Jardim Presidente e o Garavelo B está por se fazer. Parece, se não me engano, faltam ali ainda recursos da ordem de 8 milhões para acabar toda aquela região. Mas, nós avançamos muito, Deputado Norberto, o senhor conhece bem aquilo ali. Nós conseguimos fazer em torno de 6 mil ligações no Independência Mansões e fizemos 8 mil ligações no Jardim Presidente, no Garavelo, representando aí quase 60 mil pessoas atendidas.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas acaba sendo uma obra inacabada porque se pula rua, pula uma quadra, e se faz em outra. Então, acaba sendo uma obra inacabada.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Mas, Deputado...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, eu sei que não é culpa da SANEAGO porque esse recurso, às vezes, um pouco desses recursos que foi para o Garavelo foi nesse sistema. Mas tem muitos recursos que são liberados via Município. O Sistema de Esgoto do Município de Aparecida de Goiânia como é que está?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - O Sistema de Esgoto está quase terminando uma parte. Aquele recurso também foi feito direto para o Município.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Então, sem a participação...



O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Então, veja bem, nobre Deputado: o processo de saneamento básico ele é contínuo. Ele não é um processo que se inicia e termina, mesmo porque nós temos, além do crescimento populacional, do aumento de bairro, do crescimento vegetativo normal, nós temos também avanços tecnológicos. À medida que vamos tendo avanço tecnológico, nós vamos diminuir os custos das obras, e à medida que há a demanda vegetativa crescente, temos que acudir. Então, hoje, se eu fizer o Garavelo, vai faltar o Colina Azul, vai faltar o outro que está lançado, que foi lançado agora. Quer dizer, então, teremos uma situação permanente de obra inacabada.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Sistema de Esgoto Itumbiara.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - O Sistema de Esgoto Itumbiara estamos começando agora, tem um termo de ajuste do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Estava parado.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Estava parado sim.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quantos anos parado?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Ah, ficou muito tempo parado. Foi feito um reestudo com a Caixa Econômica Federal e a Caixa já liberou o recurso que estava...

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Quatro, cinco... Ficou seis anos, quase sete anos parado.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Nós retomamos, fizemos mais redes na cidade. E, agora, de acordo com o planejamento da Caixa, Deputado Norberto, nós estamos já fazendo a Estação de Tratamento. Só falta a Estação de Tratamento lá.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Sistema de Esgoto de Luziânia.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Luziânia, estamos retomando também a obra. Já deve ter iniciado, depois de discutir com a Caixa por longo tempo, o Sistema de Luziânia, a questão do esgoto já está sendo... já foi autorizado o feitiço de mais de 30 quilômetros de rede. Quer dizer, já está retomado e com planejamento feito, SANEAGO/Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - O Sistema de Esgoto de Trindade?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Trindade, não. Trindade nós não estamos executando obras. Não há nenhuma obra lá.

(Intervenção inaudível.)

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Está pronto? Dr. Mário João é Diretor de Engenharia da SANEAGO.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Deixa eu só explicar. Eu não quero aqui, Dr. Geraldo... Eu acho que está faltando hoje... Eu fui Prefeito, eu acho bom demais liberar dinheiro para o Município, certo, mas eu vou só dar um exemplo para o senhor: eu coloquei uma emenda na Comissão de Desenvolvimento Urbano no ano passado para saneamento a Município até de 75 mil habitantes. Uma emenda para o Estado de Goiás no valor de 15 milhões, aprovada. Trouxe ao Relator, mostrei tudo. Isso é que é problema sério. Eu acho que a SANEAGO tem que fazer um acordo com a Caixa Econômica Federal para que todos esse dinheiro que está sendo liberado para os Municípios tenha uma parte para continuar, e não



abrir novas obras, porque se abrem novas obras ficam as outras antigas paradas, igual ao esgoto de Itumbiara, ao esgoto de Luziânia, ao sistema de Trindade...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Deputado Norberto, Deputado, deixa eu dar uma explicação aqui. Existe uma cultura, eu não sei se é cultura no Brasil, em Goiás, é a seguinte: como é mais rentável e mais fácil fazer rede, qualquer obra se começa fazendo rede. Nós mudamos essa cultura aqui em Goiás. Mas agora partimos pela feitura da estação de tratamento de esgoto, porque o dia que fizer o coletor principal e um quilômetro de rede de esgoto, você pode ligar nas residências, aí tem o retorno para o morador e o retorno para a SANEAGO. Eu também não concordo com isso, Deputado Norberto, de que esses recursos venham pelo Município. Eu acho que a SANEAGO, em Goiás, que administra e tem 85% de aceitação da população, é que deveria ter esse recurso, porque ela é que tem o **know-how** para administrar e ela é que, no futuro, vai operar e manter esse sistema. Agora o problema de saneamento no Brasil é muito mais sério. Eu acho que se não houver uma postura, uma tomada de atitude dos senhores todos, dos políticos brasileiros, nós vamos ter com o saneamento um problema parecido com o da energia elétrica. Mas só que com o saneamento é diferente porque se trata de mexer com a água, que não tem substituto e não tem concorrente. Não é igual mexer com a energia e com a telefonia. Nós vivemos dois mil anos sem energia e vivemos sem telefonia, mas não vivemos sem água. Quer dizer, o problema é mais grave porque nós estamos tratando, no Brasil, dos efeitos das doenças de veiculação hídrica, em vez de estar tratando da causa, que é a falta de saneamento. No dia em que tiver uma conscientização de que, por exemplo, um programa como o Programa Pró-Saneamento não poderia jamais ter acabado neste País. Porque, no



afã de se fazer a privatização do setor, interrompeu-se a vinda do Pró-Saneamento, e nós ficamos em dificuldades em vários locais. A não-vinda do Pró-Saneamento é que paralisou muitas obras. E nós estamos fazendo um esforço enorme para terminar todos esses sistemas e dar funcionalidade. E hoje a política da Caixa é essa mesma que o senhor citou. A política da Caixa hoje é a seguinte: ela só aceita colocar recursos aonde vai dar funcionalidade, e não para a pessoa fazer apenas rede de esgoto. A pessoa vai fazer a estação; a pessoa vai fazer a rede e ligar. O povo quer o esgoto tratado. Olha, por informações do Ministério da Saúde, para cada dez internações hospitalares, sete são doenças de veiculação hídrica. Então, é um negócio seríssimo. Seríssimo. Quer dizer, então, eu acho que essa questão de saneamento ela é muito maior, ela é muito maior. E esse detalhe que o senhor cita é importante ser revertido, porque eu acho que quem tem o **know-how**, quem é fiscalizado pela Caixa tem que ter os técnicos formados aí por longos e longos anos, com cursos técnicos de renome. A SANEAGO tem muito técnico de renome internacional, nacional. Quer dizer, então eu acho que o senhor está correto. Eu acho que essa é a posição correta.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria que registrasse que existe um relatório nosso de que a obra do saneamento básico de Itumbiara e Luziânia vão ser retomados depois de seis anos parados. O Presidente assumiu um compromisso, o acordo foi feito...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA Já estão sendo, viu Deputado.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...para serem retomadas essas obras. É uma obra que recebeu investimento do Governo Federal, da Caixa



Econômica Federal... Via Caixa Econômica Federal, Pró-Saneamento. E tem outras obras que eu gostaria, Dr. Geraldo... Não foi no mandato do senhor, não foi na Presidência. Diversos Municípios que nós temos... Eu tenho uma relação — infelizmente eu não trouxe — das cidades que receberam o Pró-Saneamento e estão paradas e que vão ser retomadas agora.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Está retomada, sim. Tem algumas em andamento.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - São diversas cidades, no Estado, que receberam recursos do Pró-Saneamento e há seis, sete, oito anos estão paralisadas e que vão ser retomadas agora, se for necessário. Que é importante, viu Dr. Geraldo, para não ficar um cano que não levou nada para outro. Mas gostaria só de acrescentar um negócio. Em meu Município, nós colocamos uma emenda orçamentária de três milhões em 99 para saneamento básico — esgoto de Aparecida. Instalou cano para tudo quanto é lugar; manilha para tudo quanto é lugar. Em 2000, colocamos cinco milhões, aí se fazia uma extensão. Aí a Caixa bloqueou...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Para dar funcionalidade.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - ...para fazer a lagoa de tratamento de esgoto.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Está pronto; praticamente pronto.

O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - E agora faltou um milhão e 360, que foi liberado. E a obra vai ser terminada.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Vai inaugurar dentro de dois meses.



O SR. DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA - Mas eu espero que... O Setor Garavelo é uma obra que não está terminada, que recebeu esses recursos do Pró-Saneamento, e diversas outras obras no Estado de Goiás. É isso que é importante. Coloca-se dinheiro no recurso, mas que venha e termine as obras necessárias.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Inclusive, Deputado Norberto, o senhor, que conhece bem o Município, poderia nos ajudar para a gente terminar aqueles bairros lá de Aparecida, tão necessários e que o senhor conhece tão bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Eu queria só lhe fazer uma pergunta. A Estação de Tratamento de Esgoto, paralisou em algum momento a obra?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Ela paralisou. Ela estava paralisada antes de a gente assumir o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Há uns dez anos.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Mais ou menos, é de 89, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - A obra estava parada há dez anos.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Estava, praticamente. Eu não sei. Posso responder isso com mais certeza, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - O senhor sabe por que é que estava parada?



O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não sei, não sei. Pode ter sido por falta de recursos. Eu não sei dizer. Posso levantar esses dados para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Há suspeição de alguma irregularidade?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, que eu conheça não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Nem antes, nem...

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, hoje que eu conheça, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Depois que recomeçou neste Governo.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Ritmo normal, tem tido ritmo normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Não parou em nenhum momento?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Não, não parou. Apesar de os recursos terem atrasado, nós continuamos com os nossos recursos. A SANEAGO já investiu lá 13 milhões e do Orçamento Geral da União vieram 11 até hoje. Era para ter vindo quase treze.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E ela está orçada em quanto?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Em 60 milhões a obra toda, concluída.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - E existe um prazo previsto para quando?

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Meados de 2002, se não ocorrer atrasos nos recursos que a gente tem solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Bom, queria agradecer... Antes, o Deputado Carlos Alberto Rosado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO ROSADO - Sr. Presidente, tenho certeza de que em seguida o senhor vai encerrar a sessão. Eu queria deixar aqui a minha palavra de agradecimento a todos que ajudaram para que esta sessão de quase 8 horas de trabalho fosse realizada, a colaboração decisiva dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e também a paciência dos Secretários, pessoas ligadas ao Governo Estadual, que vieram, com muita cortesia e muita vontade, ajudar no trabalho da nossa Comissão e prestar os esclarecimentos necessários para que a Comissão se posicionasse em relação a obras inacabadas do Estado de Goiás e também ao uso dos prédios públicos. E um agradecimento em especial aos funcionários da Câmara Federal que nos acompanham desde às 8h da manhã. Portanto, já estamos aqui com 16 horas de trabalho. Esse esforço faz com que a Comissão Parlamentar de Inquérito trabalhe e que consigamos, através do trabalho desta Comissão e das outras Comissões, construir um Brasil melhor. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Quero acusar o recebimento do documento fotográfico da SANEAGO, do Sistema de Esgoto Sanitário de Goiânia, para fazer parte dos arquivos da nossa Comissão, entregando também ao nosso Secretário, Geraldo Ferreira Félix, o questionário para responder,



no prazo de 15 dias — e, por gentileza, mande o **e-mail** —, agradecendo a sua participação e presença.

O SR. GERALDO FERREIRA FÉLIX DE SOUSA - Eu é que agradeço. Muito obrigado aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Damião Feliciano) - Quero agradecer, de público, à Assembléia Legislativa de Goiás, que nos recebeu tão bem e nos colocou as instalações desta Casa para que pudéssemos realizar o nosso trabalho; a todo o pessoal da Câmara dos Deputados, da assessoria, também agradecendo o Departamento de Polícia Federal, também a estrutura dessa Assembléia Legislativa, a todos vocês. Em nome desta Comissão e desta Presidência, obrigado pela colaboração dos trabalhos. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião. Antes informando que amanhã os Deputados irão a uma visita às obras. Está encerrada a sessão.